

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente
Grupo de Ordenamento do Território

**A Ilusão do Tempo - os Núcleos Antigos e o
Ordenamento do Território.**
Alcochete: um estudo de caso.

por

Ana Filipa Ribeiro Ramalhete

**Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e
Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção
do grau de Mestre em Ordenamento do Território e
Planeamento Ambiental**

Orientador: Professor Doutor João Reis Machado

Lisboa

1998

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental foi elaborada com o apoio do Programa Mobilidade e Recursos Humanos (Bolsa de Mestrado 4878), coordenado pela Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Professor Doutor José Luís Ferreira Mendes, coordenador do Mestrado.

Ao Professor Doutor João Reis Machado, orientador deste projecto, agradeço todo o apoio teórico e metodológico fornecido durante a sua realização, assim como a disponibilidade e rigor com que sempre o acompanhou.

Ao Presidente da Câmara Municipal de Alcochete, Miguel Boieiro, e a todos os técnicos da Câmara, devo o auxílio que me prestaram durante o trabalho de campo, dedicando-me todo o tempo que solicitei e permitindo-me a consulta de dados e documentos que de outro modo me seriam inacessíveis.

Ao Eng.º Vítor Carvalheira agradeço as informações que me prestou quanto ao funcionamento da Divisão de Administração Urbanística, e também a sugestão do título da dissertação, que resultou de uma das conversas que tivemos.

O apoio fornecido pela Junta de Freguesia de Alcochete, através do seu Presidente, António Luís Rodrigues, da D. Maria José, do Domingos e do Sr. António Augusto, foi essencial para levar a bom termo o trabalho de campo. Na sede da Junta de Freguesia de Alcochete foi-nos dado todo o apoio logístico de que necessitámos e, com enorme simpatia, foram esclarecidas todas as dúvidas sobre a vila que nos surgiram durante o trabalho de campo. A Junta foi ainda o ponto de partida para muitos dos contactos pessoais que efectuámos.

Os inquéritos realizados na Escola C+S D. Manuel I só foram possíveis graças à pronta colaboração dos professores Jerónima e Eurico, que nos cederam (em duas ocasiões) algumas horas de aula.

Gostaria de fazer um agradecimento especial a todos aqueles que, de bom grado, responderam às nossas perguntas, quer em inquéritos, quer em longas e proveitosas entrevistas, partilhando connosco as suas vivências e opiniões.

Durante a pesquisa bibliográfica foi indispensável a boa vontade e simpatia da Dra. Fernanda Leite, responsável pelo antigo centro de documentação do GEPAT - Grupo de Estudos de Planeamento e Administração do Território.

A componente gráfica desta dissertação foi totalmente elaborada nas instalações da Área Metropolitana de Lisboa. Gostaria de agradecer ao Dr. João de Almeida, e a toda a equipa, em especial à Rita Roquette e ao Jorge Rocha, o tempo, a competência e a boa disposição com que sempre atenderam todos os pedidos que lhes fizemos.

Agradeço aos meus pais, à minha irmã, e a todos os amigos e familiares, em especial à Inês, ao Tó e à Paula, que tiveram a paciência de acompanhar a redacção desta dissertação, de lê-la e dar sugestões, e de oferecer apoio técnico e moral.

Por fim, um agradecimento muito especial à Graça e ao João Brás. Sem a vossa colaboração, realizar esta dissertação não teria sido nem tão realizador em termos pessoais e académicos, nem tão divertido.

SUMÁRIO

Os Núcleos Antigos representam uma parte importante do património da humanidade. São por excelência o local onde se materializa a memória e os valores das comunidades, reflectindo, num determinado espaço, a continuidade histórica e cultural de uma população.

Contudo, mudanças mais ou menos bruscas, provocadas pela construção de grandes infra-estruturas de ordenamento podem acelerar o processo de transformação de um espaço, colocando os seus habitantes num conflito causado pela mudança não só do próprio espaço, mas também de valores e vivências.

Nesta dissertação apresentamos o estudo de caso de Alcochete, vila que se encontra numa situação periférica em relação às grandes cidades da Área Metropolitana de Lisboa, e que irá sofrer alterações no ordenamento do seu território devido à construção da nova ponte sobre o rio Tejo.

Apresentamos primeiro o modo como a análise dos valores, da identidade e das representações espaciais dos habitantes pode ser um instrumento aplicável ao Ordenamento do Território. Em seguida, são elaboradas algumas sugestões de ordenamento para o Núcleo Antigo de Alcochete. Numa óptica mais vasta de ordenamento, são enquadradas sugestões para a rede dos Núcleos Antigos da Península de Setúbal.

SUMMARY

Old cities and towns represent an important part of world heritage. They are, by excellency, the place where the memory and values of a community are materialised in a certain space, reflecting the historical and cultural continuity of a population.

Nevertheless, changes more or less sudden, caused by the construction of large scale land-use planning infrastructures may speed the process of spatial changing, putting local residents in an internal conflict, caused not only by spatial changing itself, but also by changes in values and ways of living.

In this thesis we present the case study of Alcochete, a village that occupies a peripheral situation towards the major cities of the Lisbon Metropolitan Area, and that will suffer changes in its land-use structure, due to the construction of the new bridge over the Tagus River.

We first present how an analysis of values, identity and spatial representations can be an useful land-use planning instrument. Secondly, we elaborate some land-use planning suggestions that might be applied to the old part of Alcochete. At last, in a broader perspective, we make some suggestions about the Setúbal Peninsula old urban centres network.

ÍNDICE DE MATÉRIAS

Introdução	10
1. Os Núcleos Antigos.....	14
1.1. Porquê, no contexto do Ordenamento do Território, estudar os Núcleos Antigos?	14
1.2. Porquê a necessidade de estudar um caso prático?	15
2. Metodologia.....	18
2.1. Trabalho de campo.	18
2.2. Metodologia de análise dos dados recolhidos.....	20
2.3. Sistemas de Informação Geográfica.....	24
3. Alcochete.....	25
4. Alcochete: o Núcleo Antigo.....	33
4.1. Até chegar aos limites.	33
4.2. Agentes privados de mudança: pedidos de licenciamento feitos pelos habitantes.....	36
4.3. Agentes institucionais de mudança: a actuação formal e informal da Câmara Municipal.	40
4.4. Relação entre autarquia e habitantes: a resolução dos principais problemas.....	53
4.5. Os valores como agentes de mudança.	60
5. As discurso da autarquia e o discurso dos munícipes. O real e o ideal.	63
5.1. Património.	63
5.2. O Núcleo Antigo. “Alcochete é as festas, as fogaças, o arroz doce.”	70
5.3. Alguns aspectos da gestão do Núcleo Antigo.....	75
5.4. Memória e expectativa: o passado e o futuro.....	87
6. Os Núcleos Antigos e o Ordenamento do Território. O que fazer perante a mudança.	97

6.1. O Núcleo Antigo de Alcochete – algumas sugestões para o seu ordenamento.....	98
6.2. O Núcleo Antigo de Alcochete num contexto mais vasto de Ordenamento do Território.	111
7. A ilusão do tempo.	119

Bibliografia

Anexos

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.2.1. - Localização da Ponte Vasco da Gama na Área Metropolitana	16
Figura 4.1.1 - Localização do Núcleo Antigo de Alcochete no concelho	32
Figura 4.1.2. - Evolução da vila de Alcochete do séc. XVIII ao séc. XX	34
Figura 4.1.3. - Praceta Raul Carapinha	36
Figura 4.2.1. - Pedidos de licenciamento de obras particulares 1959 - 1996	39
Figura 4.2.2. - Levantamento do número de pisos dos edifícios do Núcleo Antigo de Alcochete.....	41
Figura 4.2.3. - Levantamento funcional dos edifícios do Núcleo Antigo de Alcochete: função comercial.....	42
Figura 4.2.4. - Levantamento funcional dos edifícios do Núcleo Antigo de Alcochete: função habitacional	43
Figura 4.2.5. - Levantamento funcional dos edifícios do Núcleo Antigo de Alcochete: função serviços.....	44
Figura 4.2.6. - Levantamento funcional dos edifícios do Núcleo Antigo de Alcochete: outras funções.	45
Figura 4.2.7. - Localização do Bairro das Barrocas no Núcleo Antigo de Alcochete.....	46
Figura 4.3.1. - Pormenor de uma porta do Bairro das Barrocas.....	48
Figura 4.3.2. - Rua no Bairro das Barrocas.....	48
Figura 4.3.3. - Sede da Reserva Natural do Estuário do Tejo.....	52
Figura 4.4.1. - Sede da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898.....	54
Figura 4.4.2. - Largo do Tróino.....	55
Figura 4.4.3. - Sede do Núcleo Sportinguista de Alcochete	55
Figura 4.4.4. - Rua Comendador Estevão de Oliveira	56
Figura 4.4.5. - Rossio (Largo Barão de Samora Correia).....	57
Figura 4.4.6. - Estátua do Salineiro no Largo da República.....	59
Figura 4.4.7. - Estátua do Forcado no Largo João da Horta	60

Figura 5.1.1. - Património mais importante: resultados dos inquéritos feitos na Escola C+S D. Manuel I.....	64
Figura 5.1.2. - Localização do património classificado da vila de Alcochete.....	65
Figura 5.1.3. - Padrão comemorativo no Largo da Misericórdia	66
Figura 5.1.4. - Localização das estátuas e padrão comemorativo no Núcleo Antigo de Alcochete	67
Figura 5.3.1. - Largo Almirante Gago Coutinho.....	76
Figura 5.3.2. - Localização do novo empreendimento relativamente ao Núcleo Antigo	83
Figura 5.3.3. - Localização do edifício da produtora filmográfica “Madragoa Filmes” no Núcleo Antigo de Alcochete	86
Figura 6.2.1. - Localização dos Núcleos Antigos e Centros Históricos da Península de Setúbal.....	113
Figura 6.2.2. - Localização do património da Península de Setúbal	114
Figura 6.2.3. - Localização dos Núcleos Antigos/Centros Históricos, património e Reserva Ecológica Nacional (REN) da Península de Setúbal.....	117

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.2.1. - Grelha de análise das representações espaciais	23
Quadro 3.1. - População residente dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa em 1981 e 1991.....	25
Quadro 3.2. - Distância Média em Tempo entre os concelhos (em minutos) dos distritos de Lisboa e Setúbal.....	27
Quadro 4.2.1. - Número e tipo de pedidos dos processos de obras que deram entrada na Câmara Municipal de Alcochete entre 1959 e 1996	37

Introdução

Este trabalho surge no âmbito do Mestrado em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.

O Ordenamento do Território pode ser definido como “a expressão espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica de toda a sociedade” (*Carta Europeia do Ordenamento do Território*, 1988). John Friedman designa por “exógenas” decisões como a localização de infra-estruturas e classifica o Ordenamento do Território como uma actividade “endógena”, que procura estabelecer continuidades históricas, visando a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento das potencialidades locais (FRIEDMAN, John et al, 1979).

O tema escolhido para efectuar a pesquisa que deu lugar a esta dissertação foi o ordenamento do Núcleo Antigo de Alcochete. Com ele pretendemos elaborar um estudo que constitua um contributo para o ordenamento de vilas ou cidades cujos Núcleos Antigos mantenham ainda as suas características tradicionais fundamentais, mas que se encontrem, de algum modo, num processo de mudança eminente e acelerado, provocado por alguma alteração no seu espaço.

O principal objectivo desta dissertação é a elaboração de um conjunto de sugestões de possíveis políticas e práticas que poderão constituir a reacção “endógena” de um Núcleo Antigo a decisões mais vastas, “exógenas”, que interferem no ordenamento do território nacional e que causam transformações, não apenas no meio físico, mas também nos sistemas de valores e na identidade da população. Pretendeu-se no fundo confrontar os valores e a identidade dos habitantes e dos membros da autarquia com a perspectiva de uma transformação no ordenamento do seu território (a construção da Ponte Vasco da Gama), avaliar o modo como essa alteração poderá afectar o Núcleo Antigo, e elaborar algumas sugestões que integrem as expectativas da população e da autarquia nas transformações previstas.

O Ordenamento do Território é essencialmente interdisciplinar, e nele é fundamental a participação das mais variadas formações. Uma dissertação de Mestrado nesta área, reflecte apenas uma das muitas abordagens que esta disciplina deverá integrar. Não pretendemos por isso com este trabalho apresentar soluções definitivas para a conservação do Núcleo Antigo de Alcochete, mas antes demonstrar que alguns contributos, até agora muitas vezes preteridos ou ignorados, podem fornecer novos dados e induzir novos raciocínios que contribuirão para um melhor desempenho do Ordenamento do Território, e para que o ordenamento de um determinado espaço corresponda também aos objectivos e expectativas daqueles que nele habitam:

“L’aménagement du territoire peut se définir comme la direction du développement du territoire d’une région en vue de promouvoir la création d’un ensemble répondant dans toute la mesure du possible aux besoins de la collectivité.” (BRASSARD, s.d.)

Conhecer o modo como os habitantes de um espaço o percebem poderá ser a chave do sucesso das acções de planeamento e poderá também indicar qual o melhor caminho para efectuar uma sensibilização da população para as opções tomadas. Defendemos assim que o Ordenamento do Território deve ser algo essencialmente participado, no sentido dado por vários autores a este termo, quando se referem à reabilitação do património:

“...utiliza essencialmente a informação local para a reabilitação do património local - urbano ou territorial - estuda e dimensiona as soluções face às possibilidades locais, embora no quadro geral de um programa nacional, desde que exista, para aspectos de ordem financeira. Radica os objectivos e as metodologias em análises sociais e antropológicas e define processos de actuação e soluções técnicas utilizando a participação financeira, voluntária e opinativa dos cidadãos abrangidos, recorrendo à formação de consensos designadamente na formação das prioridades e na repartição de recursos.” (CABRITA, António Reis, 1982, p. 280)

Esta política participativa opõe-se a uma política normativa, hoje já ultrapassada (pelo menos teoricamente...) que “recorre apenas à análise estatística dos grandes números para definir o quadro socio-económico, define as respectivas medidas, promove o estudo das tipologias entendidas como mais adequadas e com elas define os níveis de qualidade a aplicar com generalidade. Estes níveis de qualidade tendem a ser mínimos

ou médios e são definidos na procura de uma justiça social no quadro nacional de recursos.” (CABRITA, António Reis, 1982, p. 280)

Se é no espaço que se tornam visíveis a história e cultura das comunidades, os Núcleos Antigos são por excelência os locais onde podemos observar, através de registos arquitectónicos, sociais e culturais, o passado, o presente e os desejos futuros de uma comunidade. A diversidade de realidades que daí resulta é tão grande quantas comunidades existem e se pensarmos que o Ordenamento do Território se esforça por manter a diversidade, então os Núcleos Antigos deverão receber uma atenção especial, não deixando contudo de ser enquadrados no seu contexto local e regional. Explicaremos no primeiro capítulo o porquê de estudar os Núcleos Antigos e a necessidade de estudar um caso prático para desenvolver este tema.

A apresentação da metodologia que utilizámos, assim como a descrição do trabalho de campo e da realização do suporte gráfico da dissertação encontram-se no capítulo segundo. Nos capítulos terceiro e quarto apresentamos brevemente o concelho de Alcochete e, mais detalhadamente, o seu Núcleo Antigo. Mostramos neste último capítulo como se processou a evolução espacial do Núcleo Antigo ao longo dos anos, que complementamos com a apresentação de dados sobre a intervenção dos agentes públicos e privados no espaço do Núcleo Antigo. Observamos por fim o modo como são resolvidos os principais problemas entre autarquia e municípios e a importância dos valores enquanto agentes da mudança ou de resistência a ela.

A análise dos elementos recolhidos durante o trabalho de campo é apresentada no capítulo quinto. Em primeiro lugar abordamos o modo como a população de Alcochete vê o conceito de património, para depois avaliarmos a sua relação com o conceito de Núcleo Antigo e com o modo como os alcochetanos o representam espacialmente. É ainda referida a opinião dos habitantes e membros da autarquia em relação a alguns aspectos que considerámos paradigmáticos da gestão do Núcleo Antigo. O último ponto deste capítulo demonstra como os alcochetanos gerem as suas expectativas futuras para o concelho e para o Núcleo Antigo com a vontade de permanência dos elementos que constituem a sua memória.

O capítulo sexto consiste na apresentação de sugestões para o ordenamento do Núcleo Antigo de Alcochete, com base na análise realizada ao longo dos capítulos anteriores e no seu enquadramento num contexto mais vasto de Ordenamento do Território. Por fim, no último capítulo, tecemos algumas considerações sobre uma questão fundamental de toda a dissertação - o conflito entre mudança e permanência.

1. Os Núcleos Antigos.

1.1. Porquê, no contexto do Ordenamento do Território, estudar os Núcleos Antigos?

“Considering that historic areas are part of the daily environment of human beings everywhere, that they represent the living presence of the past which formed them, that they provide the variety in life’s background needed to match the diversity of society, and that by so doing they gain in value and additional human dimensions (...)

The General Conference recommends that Member States bring this Recommendation to the attention of the national, regional and local authorities and of institutions, services or bodies and associations concerned with the safeguarding of historic areas and their environment.”
(*Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas*, 1976)

A citação com que iniciámos este capítulo principia o documento que resultou da Conferência Geral da Nações Unidas, que teve lugar em Nairobi, em 1976. Este documento refere ainda que «preservation of historic areas can make an outstanding contribution to maintaining and developing the cultural and social values of each nation” (*Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas*, 1976) O mesmo é afirmado numa das cartas do ICOMOS - International Council on Monuments and Sites, produzida por vários especialistas internacionais, adoptada na Assembleia Geral de 1987, em Washington e conhecida como Carta de Washington: “... the conservation of towns and other historic urban areas should be an integral part of coherent policies of economic and social development and of urban and regional planning at every level” (*ICOMOS CHARTER On the Conservation of Historic Towns and Urban Areas*, 1987)

Os Núcleos Antigos, ou as Zonas Históricas como aqui são referidas, são portanto de extrema importância em termos de património, não só de património construído, mas também de património cultural. Eles são, por excelência, sedimento da memória colectiva das comunidades. Desenvolveremos esta questão oportunamente no caso específico de Alcochete, mas gostaríamos de afirmar aqui a importância dos Núcleos Antigos para o património e identidade das comunidades. A sua destruição ou descaracterização poderá

ter consequências irreversíveis e causar disfunções nessas mesmas comunidades, mesmo quando existem benefícios económicos com essa destruição.

Contudo, para o Ordenamento do Território, os Núcleos Antigos não são áreas delimitadas de conservação integral. Pelo contrário, poderão e deverão ter um papel importante na rede urbana existente, constituindo fortes pólos de identidade e de estruturação do território. Identificar e estudar estas realidades numa perspectiva de rede traz ao ordenamento informações de extrema importância, que permitem evitar erros irreversíveis.

Ao longo deste trabalho utilizamos a expressão “núcleo antigo”, em detrimento daquela que estamos mais habituados a ouvir, a de “centros históricos”. Não existe consenso em relação ao melhor conceito a utilizar para designar esta realidade. Não havendo legislação que indique uma designação, cabe às câmaras decidir, nos planos de pormenor que elaboram, qual a designação e a delimitação da área em questão. Optámos pois por adoptar a expressão que é utilizada no Plano Director Municipal (PDM) de Alcochete.

1.2. Porquê a necessidade de estudar um caso prático?

A utilização de um estudo de caso para testar na prática algumas das questões que pretendemos ver respondidas pareceu-nos desde sempre indispensável. Alcochete surgiu como objecto evidente de estudo por várias razões. A nova travessia rodoviária sobre o rio Tejo efectua-se entre o concelho de Loures, na margem Norte, e de Alcochete, na margem Sul (vide Figura 1.2.1. - Localização da Ponte Vasco da Gama na Área Metropolitana de Lisboa). Uma alteração desta envergadura no sistema rodoviário nacional vai produzir necessariamente grandes repercussões no Ordenamento do Território. A opção desta alternativa de travessia foi bastante contestada pela sociedade civil. Uma das razões que esteve na base desta contestação foi a possibilidade da existência no futuro de um crescimento urbanístico que provoque uma transformação do tecido urbano e social, alteração dos padrões de vida e das características socio-culturais dos aglomerados urbanos da margem Sul. A existência desta possibilidade fez com que nos interrogássemos acerca de qual seria a opinião das autoridades e da população local sobre o seu passado, sobre a existência deste novo eixo viário e quais as perspectivas e expectativas em relação ao futuro do

concelho

e,

sobretudo, do Núcleo Antigo. Propusemo-nos assim a estudar as identidades locais e o sistema de valores da população, de modo a avaliar se o seu papel neste processo, irá ser de resistência ou de incorporação da mudança.

A vila de Alcochete era, até há pouco tempo, uma vila de reduzidas dimensões, onde não havia propriamente uma distinção entre o Núcleo Antigo e o resto da vila e esta realidade da consciência da existência de um Núcleo Antigo é algo que está actualmente em pleno processo de formação. A vivência social dentro no Núcleo Antigo é ainda hoje próxima daquilo a que J. Rémy chama “aldeia não urbanizada” (RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane, 1994) onde o interconhecimento entre os habitantes, a existência de um controlo ecológico, um forte enraizamento e fraca mobilidade são as características mais marcantes. Voltaremos a esta questão no capítulo quarto, quando apresentarmos o Núcleo Antigo de Alcochete.

Contudo, se no Núcleo Antigo se observa uma situação semelhante à da “aldeia não urbanizada”, quando observamos a vila no seu conjunto, assim como as opiniões daqueles que residem fora do Núcleo Antigo, podemos observar que entre os mais jovens, entre aqueles que vieram residir para Alcochete e mesmo entre os dirigentes políticos e associativos, existe um desejo marcadamente urbano: o aumento da mobilidade. No entanto, não podemos pensar na questão da urbanização como sendo um processo evolutivo linear, podendo sempre observar-se múltiplas situações intermédias. E se verificamos que o discurso de alguns habitantes contém referências marcadamente urbanas, esse mesmo discurso integra sempre uma vontade de que Alcochete mantenha as suas características não urbanas.

É a gestão deste conflito entre querer manter o tradicional e integrar simultaneamente o cosmopolita (entre querer novas acessibilidades e crescimento para lá do Núcleo Antigo e o desejo de manter o interconhecimento e a segurança que advêm de uma situação não urbanizada) que faz de Alcochete um exemplo extremamente interessante no estudo do Ordenamento do Território.

2. Metodologia.

“A preocupação dos etnólogos aproxima-os e afasta-os, simultaneamente, dos historiadores da micro-história; (...) mas enquanto estes (...) têm que recorrer às noções de «vestígios», de «indícios» ou de excepionalidade exemplar, o etnólogo de campo, se for consciencioso, dispõe sempre dos meios de ir ver um pouco mais longe se o que observou à partida se mantém válido. É a vantagem de trabalhar sobre o presente - modesta compensação face à vantagem essencial que os historiadores detêm sempre: conhecem o seguimento.” (AUGÉ, Marc, 1994, pp. 21-22)

Esta citação de Marc Augé relembra-nos o facto de que todas as disciplinas que lidam com fenómenos humanos, à excepção da história, se encontram na difícil posição de tentar conhecer uma realidade cujo rumo ignoram. O Ordenamento do Território, porque tem de escolher qual a estrutura física que será o futuro suporte territorial de uma comunidade, depara-se permanentemente com esta questão. A metodologia usada para a elaboração desta dissertação corresponde apenas a uma das vertentes do Ordenamento do Território. Para poder minimizar os riscos de proceder a um mau processo de ordenamento, para “prever” o futuro histórico, numa acção efectiva de ordenamento, outros contributos são, evidentemente, indispensáveis.

2.1. Trabalho de campo.

Tal como foi já dito, a escolha de um estudo de caso é indispensável para abordar o tema que nos propusemos desenvolver, designadamente para consecução dos objectivos a atingir. Para realizar este estudo de caso, foi realizado um trabalho de campo na vila de Alcochete.

O primeiro contacto foi com a Câmara Municipal de Alcochete, que permitiu o acesso à bibliografia de que dispunha sobre a evolução histórica da vila, assim como aos planos existentes na Câmara, em vigor ou não (estudos para o Plano Director Municipal, Plano Geral de Urbanização da vila de Alcochete, Plano de Pormenor das Barrocas, entre outros). Paralelamente, foram efectuados alguns contactos com os técnicos da Câmara. Foi também facilitada a consulta dos arquivos de todos os pedidos de licenciamento de obras particulares que deram entrada na Câmara desde que existem registos de entrada (1959).

Várias técnicas poderiam ter sido utilizadas para efectuar o estudo das opiniões, memória e expectativas dos alcochetanos em relação ao seu espaço: entrevistas, desenhos ou esquemas feitos pelos habitantes, interpretação de fotografias, questionários, listas de locais preferidos, ou mais ou menos seguros, etc. (LYNCH, Kevin, 1980, pp. 111-114). Depois desta primeira fase, em que estabelecemos um primeiro contacto com a realidade, decidimos realizar 14 entrevistas a pessoas que considerámos como ocupando lugares-chave ou que representavam uma determinada faixa etária da população. Assim, foi entrevistado o Presidente da Câmara, os presidentes das três Juntas de Freguesia do Concelho (Alcochete, S. Francisco e Samouco), a Arquitecta e o chefe da Divisão de Administração Urbanística da Câmara, o Vereador da Cultura, o Presidente do Aposento do Barrete Verde (uma das associações culturais e recreativas mais importantes da vila), a técnica do Museu Municipal, um jovem que trabalhou no departamento de Cultura da Câmara e na Junta de Freguesia de Alcochete. Entrevistámos ainda uma jovem que participou na realização de um inventário sobre património religioso da vila, um técnico-desenhador que realiza projectos de restauro e manutenção de edifícios do Núcleo Antigo e, por fim, um reformado, morador (e proprietário de uma quinta) dentro dos limites deste núcleo.

As entrevistas foram feitas de modo semi-dirigido (QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van, 1988, p. 185) Este tipo de entrevistas são as mais frequentes na investigação antropológica, e nas ciências sociais em geral. Existe um guião que serve de referência (vide anexos), mas que é um instrumento flexível. As perguntas não seguem necessariamente a ordem definida, e o discurso do interlocutor pode sugerir novas questões (aliás, a informação de maior riqueza surge, habitualmente, no seguimento do discurso). O entrevistado fala livremente e o entrevistador procura apenas que a entrevista cumpra os objectivos. Esta técnica tem como principal inconveniente o facto de não permitir abranger um universo “estatisticamente significativo” razão pela qual são normalmente escolhidas para entrevistados pessoas-chave. Contudo, o enorme potencial de informações qualitativas que as entrevistas semi-dirigidas permitem recolher, faz com que o discurso dos

entrevistados, depois de analisado, possa ser representativo de uma determinada faixa da população, que as pessoas-chave representam.

Para colmatar a lacuna que tínhamos consciência que existia pelo facto de o universo de entrevistados ser relativamente reduzido, realizámos inquéritos a duas turmas de alunos da Escola C+S D. Manuel I, uma do 9º outra do 12º ano (com idades compreendidas entre os 15 e os 18 anos). Os inquéritos (vide anexos) versaram sobre o património e sobre o Núcleo Antigo, procurando saber como é que os jovens lidam com estes conceitos aplicados ao caso da sua vila. Foi-lhes primeiro perguntado quais os locais mais importantes da vila em termos de património. Em seguida, pedimos que delineassem numa planta o centro histórico de Alcochete. Por fim, perguntámos aos jovens quais os locais onde passavam os seus tempos de lazer.

2.2. Metodologia de análise dos dados recolhidos.

Os inquéritos foram tratados quantitativamente e apresentados graficamente (vide Figura 2.2.1.). Os resultados da sua análise levaram-nos a compreender o facto de ser imprescindível abordar nesta dissertação o conceito de património, uma vez que, tal como referimos na introdução, a problemática dos Núcleos Antigos gira em torno do seu valor patrimonial. Será assim dispensada especial atenção à noção de património dos alcochetanos, e à relação que estabelecem com o Núcleo Antigo.

As entrevistas semi-dirigidas foram feitas com a ajuda de um guião que possuía sete temas: dados pessoais, memória, centro histórico, relação com a autarquia, vivência quotidiana do espaço e futuro. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas. Foram depois trabalhadas através de uma análise de conteúdo com a qual pretendemos observar o tipo de valorização que foi dado ao discurso, avaliando todos os temas de cada entrevista, de modo a saber se os entrevistados possuem discursos positivos, negativos, neutros ou compensatórios (um aspecto positivo que compensa um negativo) em relação a cada um dos assuntos abordados (vide anexos). Esta análise permitiu-nos comparar, por exemplo, o tipo de discurso relativo ao passado e ao futuro, comparando o optimismo ou pessimismo de perspectivas.

Mais tarde achámos que seria útil proceder a uma análise das representações espaciais dos entrevistados no tema “Centro Histórico”, de modo a avaliar as representações colectivas dos alcochetanos em relação a este espaço, e o modo como estas têm subjacentes uma determinada identidade colectiva.

O modo como o espaço é representado é comum a toda a comunidade, embora possa haver diferenças entre os vários grupos que a constituem (sociais, etários, profissionais, habitantes de um mesmo local, etc.). O que é necessário é descobrir quais são os pontos de referência usados pela comunidade para representar o seu espaço. Émile Durkheim foi um dos primeiros investigadores a sistematizar a subjectividade inerente ao modo como os indivíduos manejam as suas representações do espaço:

“Pour pouvoir disposer spatialement les choses il faut pouvoir les situer différemment: mettre les unes à droite, les autres à gauche, celles-ci en haut, celles là en bas, au nord, au sud (...) Mais ces divisions, qui lui sont essentielles, d’où viennent-elles? Par lui-même il n’a ni droite, ni gauche, ni haut, ni bas, ni nord, ni sud, etc. Toutes ces distinctions viennent évidemment de ce que les valeurs affectives différentes ont été attribués aux régions. Et comme tous les hommes d’une même civilisation se représentent l’espace de la même manière, il faut évidemment que ces valeurs affectives et les qui en dépendent leur soient également communes.” (DURKHEIM, Émile, 1912, pp. 15-16)

Posteriormente, Claude Lévi-Strauss demonstrou, no seu estudo sobre os índios Bororó, do Brasil (LÉVI-STRAUSS, Claude, 1986, pp. 193-239), como a organização dos aspectos sociais está interligada com as representações do espaço, explicando como os missionários católicos, ao construírem uma nova aldeia que obedecia a padrões europeus de organização espacial, provocaram a extinção de algumas daquelas comunidades tal como elas existiam até aí¹.

¹ “A distribuição circular das palhotas em torno da casa dos homens é de tal importância, no que diz respeito à vida social e à prática do culto, que os missionários Salesianos da região do Rio-das-Grças rapidamente descobriram que a maneira mais segura de converter os Bororó consistia em obrigá-los a abandonar a sua aldeia, trocando-a por outra, onde as casas são dispostas em filas paralelas. Desorientados, relativamente aos pontos cardeais, privados da planta que fornece um argumento para o seu saber, os indígenas perdem rapidamente o sentido das tradições, como se os seus sistemas social e religioso (vamos ver que são inseparáveis) fossem muito complicados, para passarem sem o esquema tornado patente pela planta da aldeia e cujos contornos são perpetuamente refrescados pelos seus gestos quotidianos.”, LÉVI-STRAUSS, Claude, 1986, pp. 214-215)

Representações espaciais e identidade são indissociáveis. Observar o modo como os indivíduos representam o Núcleo Antigo permitiu-nos saber onde é que eles estabelecem os seus limites, avaliando o modo como cada entrevistado reproduz no espaço a expressão abstracta “Centro Histórico” e como a relaciona com a sua própria identidade local. A análise foi feita segundo o método desenvolvido pelo Centre de Recherche d’Architecture et Architecturologie - CRAAL, da Universidade de Genève, e posteriormente aplicado ao contexto português num projecto de estudo sobre a regionalização (PELLEGRINO, P. et al, 1986).

Este método foi também usado por Filomena Silvano, no estudo do caso da territorialidade de três casos na região de Guimarães (SILVANO, Filomena, 1997, p.89), estudo que serviu de referência à análise espacial desta dissertação.

“Quando se fala em representações colectivas, pressupõe-se que os membros de uma determinada colectividade possuem repertórios semelhantes de significações, que são reconhecidos como fazendo parte da existência da colectividade. No que diz respeito ao espaço, isso significa que existe um princípio de atribuição de significações ao território que é comum aos membros de uma dada colectividade. Através das representações do espaço, os indivíduos conferem uma especificidade ao seu território e reconhecem uma identidade à sua colectividade, o que significa que se estabelece um laço indissociável entre o sentimento de pertença a uma colectividade e o sentimento de pertença a um território.” (SILVANO, Filomena, 1997, p. 11)

O método consta da análise de cada termo do discurso com conotação espacial (topónimos, palavras como aqui, ali, lá, etc.), sob o ponto de vista da inclusão ou exclusão do indivíduo num determinado local, analisado como espaço de pertença, espaço objecto e espaço de referência:

“O espaço de pertença corresponde ao lugar de identificação do entrevistado (...) e o espaço objecto e o espaço de referência (...) o primeiro corresponde ao espaço de actuação do indivíduo, é o objecto da sua acção, o ‘aqui’ e o segundo ao espaço que lhe serve de referência, o ‘além’. Frequentemente, o espaço objecto é também espaço de pertença, mas esta sobreposição não é sistemática.” (SILVANO, Filomena, 1997, p. 15)

Ou seja, no seguinte exemplo,

“Quem vem ali do lado do Aposento do Barrete Verde, depois chega ali aquela bifurcação e em vez de virar aqui para o lado da estátua do touro e do forcado, vira à direita como quem vai para onde é o Centro de Saúde.” (Entrevista nº 5, 1996, p. 34)

as palavras analisadas são as que estão sublinhadas, por corresponderem a topónimos e a advérbios de lugar. Todos os termos são classificados consoante transmitam uma mensagem de exclusão ou de inclusão (ali, aquela ou aqui no caso dos advérbios, e consoante o contexto no caso dos topónimos). Quanto ao espaço de pertença, referência e objecto, a grelha de análise é a seguinte:

Quadro 2.2.1. - Grelha de análise das representações espaciais.

Palavra	Inclusão/ Exclusão	Espaço de pertença	Espaço Objecto	Espaço de Referência
<u>ali</u>	exclusão	Alcochete	Aposento Barrete Verde	Câmara
<u>ali</u>	exclusão	Alcochete	R. Centro Saúde/ Largo Coronel Ramos da Costa	Câmara
<u>aquela</u>	exclusão	Alcochete	R. Centro Saúde/ Largo Coronel Ramos da Costa	Câmara
<u>aqui</u>	inclusão	Alcochete	Largo Coronel Ramos da Costa	Núcleo Antigo
<u>Centro de Saúde</u>	exclusão	Alcochete	Centro de Saúde	Câmara

Exemplificando com uma das palavras do quadro, aqui é um termo em que o entrevistado, cujo lugar de identificação é Alcochete, inclui o Largo Coronel Ramos da Costa (espaço objecto desta palavra) no Núcleo Antigo (espaço que lhe serve de referência).

Em seguida, estes dados foram contabilizados, sendo assim possível sistematizar a informação qualitativa, o que nos permitiu projectar no espaço do Núcleo Antigo as representações que os entrevistados possuem dele. Ou seja, confrontar os limites oficiais do Núcleo Antigo com os limites que os próprios entrevistados identificam através das suas representações mentais desse espaço.

Este método permite-nos observar até que ponto as delimitações oficiais são representativas da identidade que os indivíduos conferem ao espaço em questão.

Contudo, tal como referimos, a metodologia de análise antropológica que utilizada é apenas uma das muitas disponíveis quando se pretende realizar um trabalho de campo:

“L’observation, telle qu’elle est conçue ici, ne doit pas être séparée de l’interprétation, de la comparaison et de l’expérimentation. Il est impossible d’observer les faits ou les groupes d’une manière valable sans tenir compte des expériences antérieures, qu’elles viennent de l’observateur lui-même ou d’autres recherches. La véritable objectivité ne consiste pas à se rendre le plus neutre possible; elle consiste à connaître et à reconnaître ses propres engagements et les biais personnels qui peuvent en résulter.” (LAUWE, P. H. Chombart de, 1965, p. 57)

2.3. Sistemas de Informação Geográfica.

Qualquer estudo de ordenamento deve possuir um suporte visual que seja o mais elucidativo possível. Neste trabalho optámos por utilizar, para além de fotografias, os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), ou seja um sistema informático que liga uma tabela alfanumérica a um suporte gráfico.

Para tal, digitalizámos o mapa do Núcleo Antigo e área circundante à escala 1:200. Foram digitalizadas todas as ruas e todos os edifícios. Elaborámos em seguida uma tabela com a informação do número de pisos de cada edifício, a sua função (segundo o levantamento funcional por nós efectuado no trabalho de campo) e identificação dos edifícios classificados. Foram ainda digitalizadas as plantas de evolução do Núcleo Antigo, apresentados nos Estudos Prévios do Plano Director Municipal. Os mapas finais não só permitiram obter um suporte visualmente mais atractivo, mas proporcionaram também um valioso instrumento de análise.

Todo este trabalho foi efectuado com a colaboração da equipa de SIG da Área Metropolitana de Lisboa, que, para além dos mapas restantes, correspondentes à Área Metropolitana de Lisboa, e à Península de Setúbal, forneceu a formação necessária à execução destas tarefas, que, no total, representam cerca de dois meses de trabalho intensivo.

3. Alcochete.

O concelho de Alcochete, composto por três freguesias (Alcochete, Samouco e São Francisco), é o menos populoso da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e tem registado um crescimento populacional bastante lento (“Relatório 10 - Caracterização dos Principais Aglomerados Urbanos”, *Plano Director Municipal, Estudos Prévios*, 1991).

Se observarmos o concelho no contexto da AML, apresentado no quadro seguinte (no qual ordenámos os concelhos da AML por ordem decrescente de população em 1981) podemos verificar que, em termos de área, o concelho pode comparar-se, por exemplo, ao do Seixal, mas que a sua população é muito inferior (embora possamos apontar para um número ligeiramente superior, uma vez que nos foi várias vezes afirmado em Alcochete que o levantamento efectuado no último recenseamento da população não produziu resultados totalmente fidedignos e que o número de eleitores registados no concelho é de 9403, o que pode também levar-nos a pensar em valores superiores).

Quadro 3.1. - População residente dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa em 1981 e 1991.

Concelho	1981	1991
Lisboa (84 km2)	807 937	663 394
Loures (187 km2)	276 467	322 158
Sintra (316 km2)	226 428	260 951
Amadora (23 km2)	163 878	177 167
Oeiras (46 km2)	149 328	151 342
Almada (70 km2)	147 690	151 783
Cascais (97 km2)	141 498	153 294
Setúbal (171 km2)	98 366	103 634
Seixal (94 km2)	89 169	116 912
Vila Franca de Xira (294 km2)	88 193	103 571
Barreiro (34 km2)	88 052	85 768
Moita (55 km2)	53 240	65 086
Mafra (291 km2)	43 899	43 731
Palmela (462 km2)	36 933	43 857
Montijo (347 km2)	36 849	36 038
Sesimbra (195 km2)	23 103	27 246
Azambuja (262 km2)	19 768	19 568

(continua)

Alcochete (94 km ²)	11 246	10 169
AML (3122 km ²)	2 502 044	2 535 669

Fontes: *Censos 91, XIII Recenseamento Geral da População 1991, XII Recenseamento Geral da Habitação*, Lisboa e Vale do Tejo, Resultados Definitivos, Lisboa, INE, Outubro 1993; “Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Variáveis e Indicadores para o ano de 1998, Outras Variáveis para o distrito de Lisboa”, *Página da Associação Nacional de Municípios Portugueses*, <http://www.anmp.pt>; “Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Variáveis e Indicadores para o ano de 1998, Outras Variáveis para o distrito de Setúbal”, *ibidem*.

Esta comparação serve apenas para ilustrar o facto de que, num espaço unido por uma mesma entidade administrativa, podem existir realidades territoriais muito diversas. Contudo, assistimos hoje em dia a uma homogeneização progressiva do território, quer em termos arquitectónicos, urbanísticos, quer em termos sociais e culturais e a oposição entre rural e urbano faz cada vez menos sentido. Esta situação verifica-se quer a nível local quer a nível regional e nacional.

“Even the familiar distinctions between rural and urban life are becoming blurred. The terms themselves are less and less useful as descriptions of settlements. For centuries towns were widely separated, small enclaves with forms and functions that marked them off from life in the surrounding countryside. Not so anymore.” (GUNN, Angus M., 1978, p. 3)

O fenómeno da urbanização e suburbanização progressiva de zonas que até meados deste século eram rurais foi uma das razões que deu corpo à questão da preservação das características distintivas de cada comunidade. A urbanização não ocorre de igual modo em todas as comunidades. Muitas das características que as distinguem mantêm-se, outras são alteradas, mas segundo lógicas muito próprias que procuram integrar os novos valores nos valores existentes.

Uma das questões que é fundamental na discussão deste processo de urbanização, e da sua importância no Ordenamento do Território e, nesta área, para a problemática dos Núcleos Antigos é a importância do aumento de mobilidade, que se manifesta não só no quotidiano, mas também a um nível mais profundo:

“A mobilidade que afecta não só as pessoas e os bens mas também as mensagens e as informações - repercute-se de várias maneiras na estruturação e no uso do espaço, e afecta a vários graus e numa temporalidade diferente a cidade e o campo.” (RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane, 1994, p.61)

Alcochete irá sofrer alterações muito relevantes em termos de aumento das possibilidades de mobilidade. Na realidade, o que irá aumentar serão as opções de escolha disponíveis a partir do momento em que a nova ponte esteja em pleno funcionamento; as opções de acesso à margem Norte irão aumentar, enquanto o tempo de acesso diminuirá significativamente. Como podemos observar no quadro seguinte, em termos de acesso rodoviário Alcochete é o concelho mais periférico da AML, sendo aquele que a maior tempo de distância fica de Lisboa. No distrito de Setúbal, Alcochete é também o concelho que mais distante (em termos temporais) fica da capital de distrito. É necessário contudo referir que estes valores correpondem a tempos óptimos, sem considerar o tráfego intenso que caracteriza o acesso às capitais de distrito (sobretudo à cidade de Lisboa).

Quadro 3.2. - Distância Média em Tempo entre os concelhos (em minutos) dos distritos de Lisboa e Setúbal.

Municípios	Acessibilidade a Lisboa	Acessibilidade à capital de distrito
Distrito de Lisboa		
Amadora	20	20
Azambuja	55	55
Cascais	48	48
Lisboa	0	0
Loures	38	38
Mafra	78	78
Oeiras	28	28
Sintra	47	47
Vila Franca de Xira	27	27
Distrito de Setúbal		
Alcochete	82	65
Almada	7	33
Barreiro	48	38
Moita	48	34
Montijo	70	56
Palmela	35	10
Seixal	26	38
Sesimbra	58	58
Setúbal	40	0

Fontes: “Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Variáveis e Indicadores para o ano de 1998, Outras Variáveis para o distrito de Lisboa”, *Página da Associação Nacional de Municípios Portugueses*, <http://www.anmp.pt>; “Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Variáveis e Indicadores para o ano de 1998, Outras Variáveis para o distrito de Setúbal”, *ibidem*.

Isabel Guerra, num estudo publicado na revista *Sociedade e Território* (GUERRA, Isabel, 1990), refere que, em 1981, 65,2% da população de Alcochete trabalhava dentro do concelho, 21,2% no Montijo e apenas 5,5% no concelho de Lisboa, distribuindo-se os restantes 8,1% sobretudo pelos restantes concelhos da Península de Setúbal.

Estes valores irão concerteza alterar-se e Alcochete poderá comparar-se, em termos de acessibilidades, a Almada ou ao Seixal. Os dirigentes locais valorizam muito este aumento de acessibilidades, considerando-o imprescindível para o futuro do concelho, tal como podemos observar na entrevista feita ao Presidente da Câmara:

“As acessibilidades, as ligações, são fundamentais para o desenvolvimento das urbes. Completamente. Portanto, sejam estradas, sejam auto-estradas sejam... rios, antigamente eram rios. Portanto, as grandes cidades não nasceram por acaso ao pé dos rios. Porque os rios eram grandes linhas de comunicação. Era muito importante, e por isso é que eu entendo que a nova ponte vai ser um factor de dinamização económica desta região um bocado em crise, não é? Um bocado em crise, muito em crise.” (Entrevista nº 1, 1996, p. 2)

Mas, tal como afirmam Jean Rémy e Liliane Voyé, a mobilidade é algo que afecta muito mais do que a circulação de pessoas e bens. Ela é a chave de todo o processo de urbanização:

“Assim caracterizada como processo de integração da mobilidade na vida quotidiana, a urbanização dará à individualização toda a sua lógica, ao diminuir o peso dos enraizamentos territoriais e o controlo ecológico na dinâmica global. Permitirá fazer do projecto individual um elemento chave de reivindicação na vida quotidiana.” (RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane, 1994, p.61)

Esta citação remete-nos de novo para uma questão que levantámos no primeiro capítulo: o concelho de Alcochete possui características de “aldeia não urbanizada”²,

² “...na aldeia não urbanizada, a pequena dimensão do grupo e a similitude das actividades procuram um interconhecimento. Este é tanto mais global quando a vida profissional, a vida familiar e os outros aspectos da vida social se desenrolam no interior de um espaço restrito. Esta situação favorece o controlo ecológico, i.e., um controlo baseado na visibilidade e na observação directa, e na capacidade de todos conhecermos cada um em todas as actividades, ao multiplicarem sobre ela comentários personalizados. Semelhante controlo - que, certamente, as pessoas hoje em dia tendem a reler de forma negativa como exprimindo uma vontade de vigilância permanente e de avaliação constante frequentemente dominada pela malevolência - reveste-se de uma significação totalmente outra na aldeia não urbanizada, onde se vê nesse mesmo controlo a expressão de uma solidariedade incondicional e de uma confiança recíproca baseada na qualidade da relação interpessoal. (...) A conjugação de ambos estes aspectos - interconhecimento global com controlo ecológico, por um lado, e relativa hostilidade para com o exterior e o estranho, por outro, faz da aldeia em situação não urbanizada um lugar de

ou seja, mantém vivências e referências que remetem para uma realidade pré-urbanizada, onde a população se encontra fortemente enraizada³. Contudo, encontra-se neste momento num processo de mudança em que se começam a acentuar projectos individuais e colectivos que integram aspirações urbanas, mas que, simultaneamente, revelam uma vontade de manutenção de enraizamento. Desenvolveremos esta questão mais aprofundadamente no capítulo quinto em que confrontaremos o discurso dos entrevistados sobre a realidade e sobre aquilo que é desejado como ideal.

Podemos observar que existe em Alcochete um conflito entre tradição e modernidade e que o futuro da vila poderá tomar diferentes rumos, dependendo do modo como este conflito será gerido no seu Núcleo Antigo, visto que é sobretudo aí que observamos uma ordem social fundamentalmente tradicional. Como afirma Anthony Giddens, no seu livro *As consequências da modernidade*, a modernidade arredou-nos da ordem social tradicional em extensividade (globalização da interligação social) e em intensividade (alterou a existência humana, a nível quotidiano) (GIDDENS, Anthony, 1992). Em Alcochete, e a isso não é alheia a relativa reduzida mobilidade dos habitantes (imposta ou escolhida) encontramos-nos face a uma primazia do local e não do global (GIDDENS, Anthony, 1992, p.84).

Não pretendemos com esta descrição do concelho de Alcochete afirmar que a vila se encontra ainda num cenário pré-moderno. Procuramos apenas demonstrar que, dos concelhos da AML, Alcochete é um dos mais periféricos, quer em termos de acessibilidade física às capitais de distrito mais próximas, quer em termos do próprio fenómeno da urbanização. Contudo, temos que referir que Alcochete possui um reduzido número de habitantes que trabalham no sector primário (558 pessoas, segundo os Censos 91) e que a indústria teve um papel relevante no concelho. A extracção do sal teve uma enorme importância, quer na economia quer na memória e na vida socio-cultural da vila e, mais recentemente, as fábricas da Firestone (fábrica de pneus), do Alumínio Português, da Ormis (folha de Flandres) e dos Orvalhos

grande transparência interna que quer preservar a sua opacidade para com o exterior...” (RÉMY, Jean; VOYÉ, Liniane, 1994, p. 28)

³ Remetemos aqui para a definição do termo “enraizamento”, por oposição a “cosmopolitismo”, apresentados por Filomena Silvano: “Enraizamento: colectividade, relações sociais decorrentes da pertença a um grupo, unicidade de valores culturais, espaço território, enraizamento. Cosmopolitismo: indivíduo, relações sociais

(transformação de cortiça) representavam uma importante fatia dos empregos do concelho. A quase extinção da produção de sal e o fecho da Firestone e do Alumínio Português causaram uma conjuntura de crise de emprego, que está sempre presente no discurso dos alcochetanos e nas suas preocupações com o futuro da vila (ainda segundo os Censos 91, havia em Alcochete 487 desempregados, o que correspondia a 10,3% da população activa).

Contudo, Alcochete é uma comunidade fortemente tradicional, em que até há bem pouco tempo a continuidade entre o passado e o futuro era feita através de uma perpetuação das actividades e valores tradicionais, que se repercutia na organização do espaço.

“Nas culturas tradicionais, o passado é respeitado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar o controlo reflexivo da acção na organização espacio-temporal da comunidade. É um meio de lidar com o tempo e o espaço, que insere cada actividade ou experiência particular na continuidade com o passado, presente e futuro, sendo estes, por sua vez, estruturados por práticas sociais recorrentes. A tradição não é totalmente estática, porque tem de ser reinventada por cada nova geração à medida que esta assume a herança cultural daqueles que a precederam. A tradição não resiste tanto à mudança como pertence a um contexto em que existem poucas referências temporais e espaciais separadas, em termos das quais a mudança possa ter qualquer forma significativa.” (GIDDENS, Anthony, 1992, pp. 28-29)

O Núcleo Antigo de Alcochete reflecte exactamente o que Giddens afirma na citação transcrita. Nele está reflectida a tradição e a história da vila, numa continuidade que é observável nas várias épocas que observamos dentro de um mesmo espaço. Porém, tal como explicaremos no próximo ponto, a reivenção da tradição é levada a cabo por vários agentes. Aqueles a quem chamamos “cidadãos comuns” têm um papel importante neste processo, mas é sem dúvida a Câmara Municipal o principal criador de referências, de memórias, de “novas tradições”. Procuraremos de seguida mostrar quais têm sido as principais alterações decorridas nos últimos anos no Núcleo Antigo e quais as ideias e políticas subjacentes a estas mudanças. Compararemos depois estes dados com as opiniões da população inquirida.

decorrentes da pertença a um grupo, multiplicidade de valores culturais, espaço rede, desenraizamento” (SILVANO, Filomena, 1997, p. 39)

4. Alcochete: o Núcleo Antigo.

4.1. Até chegar aos limites.

O Núcleo Antigo de Alcochete, cuja localização podemos observar na Figura 4.1.1. - Localização do Núcleo Antigo de Alcochete no Concelho, expandiu-se lentamente até à década passada (vide Figura 4.1.2. - Evolução da vila de Alcochete do séc. XVIII ao séc. XX). A partir da década de 90 assistimos a um considerável aumento da construção no concelho. Este facto está relacionado com o aumento das diversas pressões na AML e, obviamente, também com a construção da nova ponte sobre o Tejo. A primeira menção à ponte no Boletim Municipal da Câmara de Alcochete é feita no número de Março/Abril de 1989 (*Informação Municipal*, Mar./Abr. 1989, p. 8), em que é referido o Samouco como local possível para testa de ponte, na margem Sul do Tejo. O Decreto-Lei que estabelecerá a localização da ponte será publicado em 1992:

“Artigo 1º

Localização da nova ponte sobre o Tejo

É aprovada a localização da nova ponte sobre o Tejo, situada entre as proximidades de Samouco, município de Alcochete, e Sacavém, no município de Loures, bem como o conjunto viário a ela associado, nos termos do anexo ao presente diploma, que dele faz parte integrante” (“Decreto-Lei 220/92”, p. 4843)

Uma questão recorrente no discurso dos entrevistados é a possível existência em Alcochete de palácios, ou pelo menos de um palácio, que pertenceria à família real no tempo de D. Afonso V e de D. João II, uma vez que o rei D. Manuel I nasceu em Alcochete a 1 Junho de 1469 (filho dos infantes D. Fernando e D. Beatriz, neto de D. Duarte). Aliás, a apropriação da imagem do rei para conferir um passado dignificante e glorioso à vila faz parte dos mecanismos discursivos dos alcochetanos inquiridos. Este, ou estes, palácios teriam desaparecido com o terramoto de 1755, tendo ficado apenas como vestígio a Igreja da Misericórdia, situada num promontório, junto à actual ponte-cais. Uma obra dos Serviços Geológicos, de 1928, escrita com base num relato da época, refere o seguinte:

“ALCOCHETE (S. João Baptista).

Vila Muito antiga, com uma igreja matriz também muito antiga, de três naves e arquitectonicamente bonita. (...)

É muito interessante que, achando-se tão próximo de Lisboa, que tanto sofreu com o terremoto, não tivesse tido ruínas.

Tem Misericórdia e Hospital.” (SOUSA, Francisco Luís Pereira de, 1928, p. 482)

Em contrapartida, o boletim da autarquia transcreve um trabalho de um investigador da área de história que diz o seguinte:

“Quanto aos paços reais de Alcochete, sabido que o terramoto de 1755 o destruiu certamente, tal como Lisboa e toda a zona ribeirinha do Tejo, talvez não seja difícil de localizar, atendendo aos avanços que a arqueologia urbana tem registado nos últimos anos.” (PEREIRA, Pedro M., Mar./Abr. 1994, p. 5)

Não pretendemos aqui fazer um estudo histórico exaustivo da vila, apenas mostrar em traços gerais como é que o Núcleo Antigo se formou. Não foram encontradas ruínas que corroborem a opinião deste investigador particular, embora existam alguns elementos isolados (um portal manuelino e alguns arcos não datados, ambos descobertos no interior de edifícios do Núcleo Antigo). Para repor a verdade histórica seria necessário efectuar estudos de arqueologia urbana e de história manuelina. Neste trabalho, contudo, mais do que a busca da verdade histórica, interessa-nos a memória dos seus habitantes.

Tal como podemos verificar na Figura 4.1.2., a vila do século XVIII ocupava essencialmente um núcleo que se situa numa pequena elevação. No século XIX dá-se uma expansão ribeirinha, surge o cais e é construído, num aterro ganho ao rio, o Bairro das Barrocas. Voltaremos a falar deste bairro e da sua importância no Núcleo Antigo, mas por ora diremos apenas tratar-se de um bairro de casas de pequenas dimensões, em ruas paralelas entre si e perpendiculares ao Tejo.

No século XX (e a Figura 4.1.2. apenas mostra a evolução do Núcleo Antigo e área circundante), a expansão urbana fez-se, nas décadas de sessenta e setenta, sobretudo em altura, dentro da própria vila. Vários edifícios foram demolidos, para serem

substituídos por prédios de vários pisos. Houve também construção de moradias fora do perímetro urbano da vila. Já nos anos oitenta foram construídos novos prédios em terrenos contíguos à zona urbanizada. Nos anos noventa podemos observar o acentuar desta tendência de uma expansão para a periferia (vide Figura 4.1.3. - Praceta Raul Carapinha).

Figura 4.1.3. - Praceta Raul Carapinha

4.2. Agentes privados de mudança: pedidos de licenciamento feitos pelos habitantes.

O Núcleo Antigo de Alcochete (vide Figura 4.1.1.) está delimitado precisamente por esse limite de construções pós anos setenta, a partir dos quais se deu início à expansão urbana (e aqui referimo-nos sobretudo à construção de habitações, uma vez que havia já outros edifícios, como a Praça de Touros e o campo de futebol do Alcochetense exteriores a esse limite). Esta delimitação foi estabelecida no Plano Director Municipal, mas decorre, com algumas alterações, de uma proposta efectuada em 1982 no Plano Geral de Urbanização (PGU), que classifica como Zona Especial I o “núcleo gerador do aglomerado urbano e respectivas áreas de influência”, denominando-o então de Centro Histórico (*Plano Geral de Urbanização da Vila*, 1982, p.1)

Esta proposta inclui uma listagem de todas as ruas que compõem o Núcleo Antigo, e foi com base nela que realizámos, nos arquivos da Câmara Municipal de Alcochete, o levantamento de todos os pedidos de licenciamento de obras particulares que deram entrada na Câmara entre 12 de Março de 1959 (ano em que a Câmara começou a efectuar registos das entradas de pedidos) e 7 de Maio de 1996 (data em que terminámos a pesquisa).

Não nos foi possível localizar num mapa os edifícios correspondentes aos registos, uma vez que só a partir de 1987 se começa a anotar o número de polícia referente a cada processo. A análise que apresentaremos em seguida refere-se ao Núcleo Antigo na sua totalidade. Verificámos que neste período foram feitos 308 pedidos, sendo a distribuição feita do seguinte modo:

Quadro 4.2.1. - Número e tipo de pedidos dos processos de obras que deram entrada na Câmara Municipal de Alcochete entre 1959 e 1996.

Anos	Pedidos feitos	Pedidos reprovados, anulados ou não executados
1959	4	0
1960 - 1964	89	7
1965 - 1969	53	6
1970 - 1974	24	4
1975 - 1979	32	2
1980 - 1984	30	3
1985 - 1989	33	2
1990 - 1994	32	0
1995 - 1996	10	0
sem data	1	0
TOTAL	308	24

Fontes: *Livro do Movimento Diário dos Processos de Obras*, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 1 Janeiro 1985; *Livro do Movimento Diário dos Processos de Obras*, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2 Janeiro 1989; *Livro do Movimento Diário dos Processos de Obras*, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 12 Setembro 1995.

Como podemos verificar, quase metade dos pedidos de licenciamento de obras particulares (uma vez que as obras em edifícios públicos não são submetidas a este processo de pedido, e aprovação ou rejeição do mesmo, sendo aprovadas directamente na Câmara), foram feitos até à década de setenta. Desde essa época, o número tem-se mantido quase constante. O número de pedidos não executados, por rejeição ou outra razão, é reduzido. Observaremos em seguida a sua tipificação.

Uma vez que os pedidos não se encontravam registados de modo uniforme optámos por utilizar a classificação proposta pelo Regulamento Municipal de Obras Particulares de Alcochete, agrupando-os nas seguintes categorias:

- **edifício novo:** obra realizada em terreno livre, correspondendo a, pelo menos, uma unidade funcional autónoma;
- **reconstrução:** obra que mantém a implantação, estrutura e forma do prédio preexistente;
- **alteração:** obra que modifica um edifício existente ou parte dele, sem aumentar a área bruta de construção;

- **ampliação:** obra que aumenta a área bruta de um edifício, estando ou não associada à alteração;
- **adaptação:** obra de alteração e ou ampliação que mantém a generalidade dos elementos estruturais e arquitectónicos, destinando-se a adequar o edifício a um novo uso ou mesmo a melhorar a sua utilização;
- **conservação:** obra que se destina a manter um edifício, sem introduzir quaisquer modificações nos seus elementos estruturais, nos acabamentos exteriores, na compartimentação interna e nos respectivos usos;
- **remodelação:** obra de alteração e ou ampliação de um edifício que pode conduzir à substituição do seu interior, com manutenção integral ou alteração controlada das fachadas confinantes com o espaço público. (“Câmara Municipal de Alcochete, Regulamento Municipal de Obras Particulares”, 1996, p. 7082)

Outras propostas de conceitos poderiam ter sido usados como referência. Contudo, ao seguirmos o regulamento da Câmara de Alcochete procurámos aproximar os critérios de classificação aos que são usados na Câmara, embora, devido à antiguidade e falta de homogeneidade nos registos, seja impossível garantir que os critérios usados pelos funcionários da Câmara para registar um pedido há trinta anos atrás tenham sido os mesmos de hoje.

Ao longo dos 37 anos que abrangem os registos recolhidos, os pedidos distribuem-se da seguinte forma:

Figura 4.2.1. - Pedidos de licenciamento de obras particulares 1959 - 1996.

Fontes: *Livro do Movimento Diário dos Processos de Obras*, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 1 Janeiro 1985; *Livro do Movimento Diário dos Processos de Obras*, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 2 Janeiro 1989; *Livro do Movimento Diário dos Processos de Obras*, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, 12 Setembro 1995.

Como podemos verificar, o número maior de pedidos são referentes a alterações. Grande parte destes correspondem a obras de melhoramento no interior das casas, como se poderá verificar pelos quadros onde registámos todas as entradas tal como se encontravam assinaladas nos arquivos, colocados em anexo. Trinta e três pedidos referiam-se à construção de instalações sanitárias e quarenta e nove a obras de

remodelação ou modificação. Neste gráfico estes dois casos encontram-se incluídos nas alterações. Quanto à construção de edifícios, construíram-se cento e quinze novos edifícios, dos quais trinta e seis são garagens, arrecadações ou armazéns e setenta e nove são edifícios de habitação, comerciais, ou de serviços.

Se observarmos o mapa da distribuição do número de pisos dos edifícios (Figura 4.2.2. - Levantamento do número de pisos do Núcleo Antigo de Alcochete) vemos que poucos são os edifícios com mais de três pisos e que estes foram, como a Figura 4.2.1. mostra, construídos até ao fim da década de setenta. A partir desta época não são construídos edifícios com mais de três pisos, sendo no entanto alguns com cave. Quanto aos restantes edifícios, mantém-se constante a construção entre um e três pisos.

O número de pedidos de adaptação dos edifícios para novos usos tem sido crescente e, dimensionado à escala da vila, podemos considerá-lo elevado. Os mapas seguintes (Figuras 4.2.3. a 4.2.6.) mostram o resultado do levantamento tipológico que efectuámos durante o trabalho de campo. É importante referir que considerámos como serviços apenas o sector terciário (bancos, gabinetes de trabalho, empresas de prestação de serviços). Os edifícios públicos, as sociedades recreativas, as sedes de partidos políticos e equipamentos hoteleiros, religiosos, e sociais encontram-se na Figura 4.2.6. - Levantamento funcional do Núcleo Antigo de Alcochete: outras funções.

Como podemos verificar, a função habitacional predomina em todo o Núcleo Antigo. A função comercial está também muito presente, com uma distribuição bastante uniforme, com excepção do bairro ribeirinho das Barrocas (vide Figura 4.2.7.), que pelas suas características bastante específicas possui pouco comércio. Quanto ao tipo de comércio, os estabelecimentos existentes na vila dedicam-se sobretudo ao pequeno comércio de retalho. Até há pouco tempo, a única grande superfície próxima de Alcochete situava-se no concelho vizinho do Montijo, não longe dos limites do Concelho de Alcochete. Recentemente foi inaugurado, na periferia da vila, um grande supermercado pertencente a uma cadeia internacional.

4.3. Agentes institucionais de mudança: a actuação formal e informal da Câmara Municipal.

O PDM de Alcochete foi ratificado a 22 de Agosto de 1997, pelo que todo o trabalho de campo que realizámos diz respeito a uma situação de referência em que este plano era usado apenas como indicativo, ainda sem carácter vinculativo.

O único plano em vigor para o Núcleo Antigo era o já referido Regulamento Municipal de Edificações Urbanas. Existem ainda o Plano Geral de Urbanização e o Plano de Pormenor das Barrocas (*Câmara Municipal de Alcochete, Barrocas, Plano de Pormenor*, 1988) que, embora não tenham vínculo legal, são usados como indicativos quando alguma alteração é requisitada. Ambos foram realizados na Câmara, o primeiro pelos Serviços Técnicos, o segundo por um Gabinete Técnico Local (GTL) que esteve em funcionamento para o efeito, de acordo com o Despacho n.º 4/SEHU/85 (“Despacho n.º 4/SEHU/85, Programa de Reabilitação Urbana”, 4-2-1985).

A realização deste último teve consequências muito curiosas. As Barrocas situam-se junto ao rio e foram construídas num aterro, feito no século passado, ganho ao rio entre dois promontórios (ver Figura 4.1.1.), situando-se uma igreja em cada um deles, da Misericórdia (hoje museu) e da Srª da Vida. Tal como demonstra a Figura 4.2.7. - Localização do Bairro das Barrocas no Núcleo Antigo de Alcochete, na página seguinte, as ruas são paralelas entre si e perpendiculares aos principais eixos viários da vila e ao rio. Este mapa inclui ainda dois quarteirões, a Este, que no estudo do GTL são considerados também como parte do bairro, embora se localizem fora do terreno de aterro e alguns edifícios que aí existem (como a Câmara Municipal e a Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898) possuam já características diferentes. As casas são de um ou dois pisos e, de uma forma geral, de reduzidas dimensões. Ocuparam este bairro trabalhadores rurais, salineiros, pescadores, ou seja, trabalhadores com recursos financeiros mais escassos. Actualmente habitam nas Barrocas sobretudo idosos ou pessoas com baixos rendimentos. As casas, embora diferentes entre si, apresentam semelhanças a nível da tipologia, características construtivas e forma exterior, que fazem das Barrocas um conjunto de indubitável interesse dentro do Núcleo Antigo. (vide Figura 4.3.1. - Pormenor de uma porta do Bairro das Barrocas e Figura 4.3.2. - Rua no Bairro das Barrocas).

Figura 4.3.1. - Pormenor de uma porta do Bairro das Barrocas

Figura 4.3.2. - Rua no Bairro das Barrocas

Talvez por essa razão, este foi o local escolhido pelo GTL para realizar um estudo que teve como resultado o Plano de Pormenor referido:

“O bairro das Barrocas é uma área habitacional pobre começada a construir nos princípios do Séc. XIX. Em 1812 a Câmara Municipal procedeu à construção de uma nova muralha que seguia junto à Rua Direita. A nova muralha construída entre a Igreja da Misericórdia e a Igreja de N^a Sr^a da Vida, avança no rio em relação à anterior, permitindo que os terrenos conquistados fossem aterrados e utilizados para permutas com proprietários do centro da Vila, de modo a permitir à Câmara Municipal levar a efeito uma remodelação no núcleo urbano existente.

Devidamente planeado, surgia então entre 1815 e 1840 o bairro das Barrocas. Estando intimamente ligado à Vila, não se opõe no entanto ao rio, antes serviu para os unir.

Até aos nossos dias o valioso conjunto urbano das Barrocas não sofreu grandes alterações fisionómicas, pelo que se tornou numa zona de grande interesse histórico que é necessário preservar, como testemunho de uma época e modelo de intervenção planeada na organização do espaço urbano.” (*Câmara Municipal de Alcochete, Barrocas, Plano de Pormenor*, 1988, p.1)

O mais curioso é que, talvez devido à importância do estudo do GTL (que realizou um levantamento exaustivo no bairro, junto da população) praticamente toda a população com que contactámos que não estava ligada por razões profissionais ao planeamento urbano afirma que o Núcleo Antigo de Alcochete são as Barrocas. Este facto leva-nos a reflectir sobre os mecanismos que constróem a memória espacial de uma comunidade, uma vez que as Barrocas são muito mais recentes que o resto do Núcleo Antigo. Na realidade, talvez devido ao facto de este bairro representar um conjunto com alguma uniformidade, é ele que surge como resposta ao pedido de localização de um Núcleo Antigo (ou Centro Histórico) da vila que fizemos nos inquéritos e nas entrevistas. Este é, sem dúvida, um exemplo de uma situação em que a realização de um plano influi na percepção espacial dos indivíduos.

O relacionamento entre os munícipes e a Câmara de Alcochete é bastante informal, pelo que a aplicação das regras dos planos se faz muitas vezes também de um modo informal, frequentemente através de informações orais, visto que existe um relacionamento muito próximo entre os munícipes e os autarcas e técnicos da autarquia. O chefe da Divisão de Administração Urbanística da Câmara deu-nos a sua opinião sobre o modo como se processa este relacionamento:

“Bem, em princípio há o regime de licenciamento de obras particulares que conjugado com o código de procedimento administrativo indica, em termos teóricos e legais, obviamente, qual é o procedimento e como é que esse relacionamento deve acontecer. É evidente que na prática depois é muito diferente de Câmara para Câmara, especialmente entre uma Câmara pequena com uma terra pequena, como é a nossa, e a de uma Câmara grande.

Naturalmente nós aqui, embora não deixemos de ter o procedimento previsto na lei, aliás temos essa preocupação, mas de facto conseguimos ter um relacionamento muito menos formal. Paralelamente, digamos, ao procedimento dentro dos trâmites previstos, conseguimos ter depois um relacionamento com as pessoas que se consubstancia no atendimento, muitas vezes infelizmente fora dos períodos que até estão estabelecidos para o efeito, porque a lei também o impõe. Aliás já antes de isso estar previsto nós fazíamos esse atendimento, mas de qualquer forma, as pessoas vêm com alguma frequência aqui antes de, digamos, iniciarem qualquer coisa, saber se podem, se não podem... a figura do pedido de informação prévia, que apesar de tudo vai entrando, acaba muitas vezes por acontecer aqui em conversa mais ou menos informal com as pessoas. É evidente que recomendamos sempre, para além da conversa, que as pessoas façam o pedido por escrito, porque enfim, as pessoas às vezes fazem o pedido, depois só alguns meses mais tarde é que pretendem avançar de facto com o projecto, e pode haver alteração da lei entretanto. E enquanto um pedido escrito, enfim, constitui de certa forma um vínculo para a Câmara, a conversa que porventura aqui se tenha não constitui.” (Entrevista nº 10, 1996, p.1)

Um aspecto que nos foi também referido é que este relacionamento tem vindo gradualmente a formalizar-se, porque cada vez mais os pedidos são feitos por pessoas estranhas à vila, o que diminui a confiança proveniente do interconhecimento que até agora existia.

Falámos até agora do papel e da actuação da Câmara em relação à autorização de licenças para efectuar obras e construções particulares no Núcleo Antigo. Contudo, a intervenção da Câmara não se esgota nesta área. Há que referir o papel da Câmara

como agente dinamizador da mudança no que diz respeito à política de gestão do espaço público e exterior aos edifícios. Apresentaremos em seguida alguns exemplos ocorridos neste contexto no Núcleo Antigo nos últimos anos.

Em termos de alterações no espaço público, as principais intervenções que a Câmara Municipal de Alcochete promoveu foram os arranjos do Rossio (Largo Barão de Samora Correia), do miradouro no Largo Marquês de Soydos, ambos na faixa ribeirinha, do Largo da República, a colocação de estátuas e algumas obras de recuperação e conservação de imóveis. No próximo sub-capítulo referiremos mais detalhadamente estas intervenções, visto que algumas delas levantaram alguma polémica junto dos habitantes.

Em termos de política de gestão do Núcleo Antigo, a opção da Câmara tem sido a de valorizar os edifícios mais notáveis, através da recuperação das igrejas da vila (foi realizado, em 1986, o restauro da Igreja da Sr.^a. da Vida), tendo inclusivamente transformado a Igreja da Misericórdia em Museu de Arte Sacra, depois de obras de restauro efectuadas em 1992/1993. Ambos os edifícios foram classificados como imóveis de valor concelhio, por proposta da autarquia. Este viria a ser o segundo museu da vila (o Museu Municipal foi inaugurado em 1988, passando a incluir como núcleo, em 1990, o Museu do Sal, situado nas salinas do Samouco).

A promoção do potencial turístico é outras das opções tomadas pela autarquia, reflectindo-se na construção do complexo turístico Alfoz (1992) que inclui um hotel, um restaurante e uma pequena marina.

Em relação aos edifícios para comércio e habitação a Câmara não tem seguido uma política conservacionista, embora nos últimos anos tenha havido um maior cuidado na aprovação dos projectos, procurando-se não alterar as características exteriores dos edifícios, ou fazê-lo de modo a não provocar desarmonia com a zona envolvente. O relacionamento informal com os munícipes e a reduzida dimensão do Núcleo Antigo permitem um acompanhamento das obras quase diário pelos técnicos da autarquia. Existem alguns exemplos interessantes, que mencionaremos no próximo ponto, quando referirmos o modo como os principais problemas no espaço urbano são resolvidos (ou não...) entre os munícipes e a autarquia.

Ainda em relação aos edifícios de habitação, uma das acções promovida pela Câmara desde 1980 é a campanha de sensibilização para limpeza exterior dos edifícios, apresentada pela primeira vez no Boletim Municipal de Maio/Jun. 1980 (*Informação Municipal*, nº 3, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete, Maio/Jun. 1980). Nesta campanha, que se destina a todo o Concelho e não só ao Núcleo Antigo, a Câmara oferece a cal e os pincéis para os habitantes caíarem as suas casas. Segundo o testemunho dos técnicos da autarquia, a campanha teve bastante aceitação no início, mas a participação tem vindo a diminuir.

No que diz respeito a intervenções destinadas à instalação de serviços e equipamentos, vários edifícios foram construídos de raiz. É disso exemplo a construção da sede da Reserva Natural do Estuário do Tejo (em 1992). (vide Figura 4.3.3. - Sede da Reserva Natural do Estuário do Tejo).

Figura 4.3.3. - Sede da Reserva Natural do Estuário do Tejo

Há também na vila alguns exemplos de intervenções em antigos edifícios. Uma delas é a adaptação do antigo edifício da Cooperativa Agrícola de Alcochete para escritório de uma produtora filmográfica. Por ser uma intervenção marcadamente moderna num edifício antigo causou alguma polémica e foi um dos tópicos que introduzimos nas entrevistas, para saber qual a opinião dos entrevistados sobre este tipo de questões. O outro exemplo que usámos como tópico das entrevistas foi a recente construção (começada em 1994 e ainda a decorrer) de um novo edifício com 32 fogos no Moisém, uma zona adjacente ao Núcleo Antigo, à beira-rio, cujos preços estimados são demasiado elevados para que possam ser adquiridos pelos habitantes de Alcochete e que corresponde a uma opção da Câmara para tentar atrair habitantes que possuam rendimentos mais elevados do que a média dos habitantes da vila.

4.4. Relação entre autarquia e habitantes: a resolução dos principais problemas.

Apresentámos no ponto 4.2. os pedidos de licenciamento de obras particulares que deram entrada na Câmara. Contudo, nem todas as alterações que tiveram lugar no Núcleo Antigo foram sujeitas a pedidos de licenciamento. Apesar da informalidade de

relacionamento permitir alguma flexibilidade entre os moradores e os serviços técnicos da Câmara, existem problemas que têm a ver sobretudo com pequenas obras, construção de anexos, acabamentos exteriores, colocação de janelas, portas, sistemas de obscurecimento, etc.

Ao longo dos anos, várias soluções têm sido utilizadas pela autarquia para resolver esta questão, por exemplo, em relação à utilização de alumínio nas portas e janelas dos edifícios. Começou por ser interdita a sua aplicação, mas actualmente são permitidas algumas cores de alumínio termolacado, como o castanho e o branco. Os testemunhos seguintes revelam algumas experiências e opiniões de membros da autarquia sobre esta questão:

“Em Alcochete, de facto, temos tido algumas dificuldades em fazer perceber às pessoas determinadas coisas nesse campo, nomeadamente, a substituição de caixilharia de madeira por alumínio. A certa altura as pessoas já perceberam que, no mínimo, utilizam alumínio lacado, enfim, não da cor natural, mas isso muitas vezes não corresponde também à melhor solução.” (Entrevista nº 10, 1996 p. 3)

“Nós tínhamos um regulamento que dizia que era proibido, não era permitido alumínio anodizado. Era madeira, pronto. E o que é que acontecia? Nós tínhamos fiscalização durante a semana, mas ao fim-de-semana não tínhamos. E a agressividade comercial dos indivíduos que tem... que vendem o alumínio é muito maior que os da madeira. A madeira é mais complicado. À segunda-feira aparecia já, aquelas casas todas com alumínio anodizado, aquela cor prateada. Que é horrível. E não conseguíamos. Chamávamos as pessoas, multávamos, as pessoas pagavam a multa e ficavam consciencializadas que resolviam o problema. Mas depois era uma violência, as pessoas não tinham dinheiro, como é que se fazia? Depois tinham que pagar aquilo, era uma chatice. E então tivemos que encontrar um meio termo. Foi permitir o alumínio anodizado de cor castanha ou cor preta ou cor branca. Porque aí já disfarça, já imita a madeira. Foi um mal menor.” (Entrevista nº 1, 1996, p. 18)

Estes testemunhos levantam uma questão extremamente importante quando falamos do ordenamento de Núcleos Antigos: as restrições e a fiscalização e consequente punição para quem não as cumpre. De um modo geral, e uma vez que não existe um plano aprovado para o Núcleo Antigo de Alcochete, estas questões têm sido resolvidas com alguma tolerância por parte da autarquia, o que tem contribuído para alguma falta de homogeneidade nas soluções que são adoptadas, sobretudo no que se refere à

colocação de portas e janelas e aos sistemas de obscurecimento. O mesmo não se passa em relação às cores dos edifícios, uma vez que, com algumas excepções (vide Figura 4.4.1. - Sede da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898), as cores tradicionais têm sido mantidas. (vide Figura 4.4.2. - Largo do Tróino e Figura 4.4.3. - Sede do Núcleo Sportinguista de Alcochete).

Figura 4.4.1. - Sede da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898

Figura 4.4.2. - Largo do Tróino

Figura 4.4.3. - Sede do Núcleo Sportinguista de Alcochete

Um outro problema da autarquia é lidar com a existência de edifícios cuja autorização de construção ou adaptação foi dada no passado, mas que não correspondem à actual perspectiva da Câmara daquilo que deveria fazer parte do Núcleo Antigo. Esta questão não tem sido alvo, até à data, de quaisquer tipo de actuações levadas a cabo pela Câmara. (vide Figura 4.4.4. - Rua Comendador Estevão de Oliveira).

Figura 4.4.4. - Rua Comendador Estevão de Oliveira

Como referimos anteriormente, a proximidade física e de relacionamento dos técnicos da autarquia das obras que decorrem no Núcleo Antigo proporciona a oportunidade de acompanhá-las de perto, o que tem aspectos positivos e negativos. Se, por um lado, se consegue por vezes sugerir aos habitantes alterações durante a obra, à medida que vão observando os resultados, por outro, não há nenhum mecanismo que de facto possa impedir (ou implementar) a realização de obras.

Existe no Núcleo Antigo um exemplo curioso deste processo. Ao efectuar as obras para transformar uma antiga loja e oficina de bicicletas num café/restaurante, o proprietário descobriu no interior do edifício dois arcos ogivais e uma coluna cuja datação não foi feita, mas que pertenceram visivelmente a antigas residências da vila. O proprietário notificou a Câmara das suas descobertas e, perante a nova realidade e acompanhado pela arquitecta do município, procedeu a alterações ao projecto original, de modo a valorizar o novo espaço comercial integrando os elementos patrimoniais, mudando mesmo o nome que tinha inicialmente previsto para o estabelecimento.

Referimos alguns problemas que têm a ver com as intervenções feitas pelos munícipes nos edifícios do Núcleo Antigo. Mas existem outros, levantados por alterações que não partem de particulares. Em primeiro lugar, temos aquelas situações que interferem no espaço público e que, por alguma razão, causam conflitos com a população.

Nos últimos anos, têm sido várias as situações que deram origem a conflitos. Uma das mais marcantes foi o arranjo paisagístico do Largo Barão de Samora Correia, ou Rossio, um terreiro que se situava junto à muralha ribeirinha e que, entre 1985 e 1988 sofreu uma intervenção paisagística que o transformou num espaço ajardinado, com um edifício de sanitários, um parque infantil e um bar. [vide Figura 4.4.5. - Rossio (Largo Barão de Samora Correia)].

Figura 4.4.5. - Rossio (Largo Barão de Samora Correia)

O início das obras causou grande polémica e desconfiança junto dos habitantes, que foi minimizada por parte da Câmara através de várias sessões de esclarecimento em que o projecto foi apresentado ao público. Embora tenha levantado bastante celeuma, o projecto final é do agrado da maior parte das pessoas, e a sua concretização levou à alteração de hábitos de utilização do espaço público, pois o Rossio tornou-se no local de passeio por excelência dos alcochetanos, papel que era antes ocupado pelo “Jardim do Coreto”, o jardim que circunda a Igreja Matriz da vila, que se situa num largo interior, e que está hoje associado a alguma insegurança, e à toxicodependência:

“Sei lá, aqui no Centro, as pessoas que estão aqui no centro, o sair à noite, passear pelo Rossio, quando é aquelas noites de Verão, que apetece mesmo é andar aí à beira rio, para refrescar um bocado. (...) Não se vêem pessoas a passear no Jardim do Coreto como se via antes. Dantes não era no Rossio que as pessoas iam dar a voltinha, era ao Jardim do Coreto, à noite. (...) O Rossio, também era tudo a dizer mal. Mas depois chega a uma altura em que as pessoas vêem que é tudo para o bem da vila. E acabam por dar o braço a torcer.” (Entrevista nº 6, 1996, pp. 14-15, 20)

“Um caso... houve mais do que um, mas houve uma situação então que foi gritante, o arranjo do Rossio. (...) Hoje não, é um sítio onde à noite, e de Verão, essencialmente, e nos fins de tarde, se vê gente, miúdos, estão pessoas, os velhotes sentam-se, enfim, é um espaço vivido, utilizado, apreciado, que não era antes, portanto, nesse sentido pelo menos, para além de todos os defeitos que possa ter, e de todas as eventuais más soluções, é muito mais positivo do que era antes. (...) Quando aquilo ficou pronto, quando ficou verdinho... bem, hoje é a menina dos olhos aí das pessoas, mesmo daqueles que eram mais críticos na fase inicial.” (Entrevista nº 19, 1996, pp. 18-19)

Já o arranjo do Largo da República não teve o mesmo desfecho feliz. Realizado em 1985, constou da remoção de uma bica de água e de bancos, para ser colocada uma estátua de homenagem ao salineiro, bancos e algumas meias-esferas de pedra, evocando pequenos montes de sal (por foto). O arranjo em si não foi alvo de consulta à população, mas a execução da estátua foi acompanhada de uma exposição pública da maquete. Hoje, passados mais de dez anos, a população não deixou ainda de criticar a actual configuração do largo e, sobretudo, a estátua (vide Figura 4.4.6. - Estátua do Salineiro no Largo da República):

“Foi desfeado, meteram uma estátua completamente desenquadrada do largo, no canto do largo sem... sem aspecto nenhum. Existia antigamente lá uma fonte, uma bica lá no centro, desapareceu a bica, que era uma coisa espectacular.” (Entrevista nº 13, 1996, p. 17)

“A estátua é uma das coisas... sabe que em Alcochete isto é giro. Acho que as coisas são muito polémicas... (...) e faz-se um grande burburinho, toda a gente fala do mesmo. Passado algum tempo já ninguém fala de nada, e na maior parte dos casos depois adoptam as coisas e gostam muito delas. Por acaso isso com a estátua do salineiro nunca aconteceu. Ou seja, a adopção. (...) Aquilo é uma estátua que tem um corpo, se bem que enfim, com umas massas musculares assim, talvez mais exageradas do que é habitual, mas que é proporcional. Os pés, as pernas, os braços, o tronco, têm uma relação uns com os outros. Só a cabeça é que é nitidamente para aí... pelo menos devia ter mais cinquenta por cento de tamanho, no mínimo.

Ora bem, isto também se calhar é um comentário perfeitamente descabido, mas que é assim: eu penso que um artista pode estar a fazer uma obra para seu prazer pessoal. (...) Também não me parece que o facto de a estátua ter uma cabeça pequena seja razão para que as pessoas detestem o sítio. Mas o que não há dúvida é que tenha a gente dificuldade ou não em perceber, aquele largo tornou-se, de alguma forma, enfeitado, por causa daquela estátua.” (Entrevista nº 3, 1996, p. 17)

Figura 4.4.6. - Estátua do Salineiro no Largo da República

Aliás, a relação da população com a estatuária do Núcleo Antigo é algo conflituosa. À excepção da estátua de D. Manuel I, localizada no Rossio, e da estátua do Padre Cruz (natural de Alcochete), situada no Largo de S. João, em frente à Câmara Municipal, as mais antigas da vila, as estátuas que foram colocadas mais recentemente, parecem não corresponder ao imaginário da população. Passa-se com a estátua do forçado, assente em 1989, o mesmo que com a estátua do salineiro. (vide Figura 4.4.7. - Estátua do Forçado no Largo João da Horta). A população considera que as estátuas não são suficientemente dignificantes e engrandecedoras das duas actividades tradicionais mais importantes (juntamente com a de campino, mas esta menos referida), e, portanto, não fazem juz à memória da população, sendo por vezes mesmo consideradas algo ultrajantes:

“A estátua do salineiro... é engraçada. Um corpo tão grande numa cabeça tão pequenina, é assim um bocado assim... (...) Não, não. Mal, mal, não. Não disseram mal. Eu acho que... em termos de estátuas ninguém disse mal. É como tudo, aquela estátua lá forçado. Não é aquela ao pé da praça de touros, a outra. Também dizem que aquilo não se parece com um touro, parece um porco autêntico, não tem nada a ver com um touro. Que é muito pequenino, muito isto, muito aquilo.” (Entrevista nº 6, 1996, p.3)

Figura 4.4.7. - Estátua do Forçado no Largo João da Horta

4.5. Os valores como agentes de mudança.

“Em situação não urbanizada, a aldeia está essencialmente marcada pelo facto de a vida quotidiana se organizar em torno do sentido positivo do enraizamento e de não-valorização

da mobilidade espacial. Contudo, isto associa-se a vários modos de aspiração a diferentes tipos de ‘outros lugares’, mesmo se estes são entendidos como momentos excepcionais.” (RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane, 1994, p. 36)

As atitudes dos alcochetanos em relação ao Núcleo Antigo da vila são fortemente enraizadas, como afirmámos. Contudo, existe já uma certa valorização da mobilidade, expressa na vontade de possuir um meio de transporte que permita fazer parte da vida quotidiana fora do concelho.

O Núcleo Antigo e todas as suas vivências reflectem a tradição e a história da vila transposta para um local espacialmente referenciado, que é para os alcochetanos muito valorizado como local importante em termos de património e de espaço de lazer. Se, por um lado, parece ser praticamente unânime uma vontade de mudança, que confira dinamismo à vida económica local e que projecte a vila para fora do anonimato, retribuindo-lhe uma notoriedade que faz parte da memória colectiva dos alcochetanos, por outro todos os inquiridos sem excepção demonstraram o desejo de a vivência da vila não ser alterada. Alguns referiram que a mudança que desejam teria provavelmente de sacrificar alguns aspectos dessa vivência tradicional, onde o interconhecimento global é veículo de entreajuda e de um ambiente seguro.

Neste contexto, a nova ponte surge como o veículo mais imediato de progresso, numa noção deste associado à ideia de que o aumento de mobilidade trará benefícios económicos. Contudo, os alcochetanos não desejam a ponte para saírem eles próprios do concelho, mas sim para que outros indivíduos, portadores de vantagens económicas, entrem nele. Importa aqui referir que o grau de desejo de mudança não é de todo unânime nem uniforme. Algumas pessoas manifestaram receio de que a mudança alterasse demasiado a vivência da vila. Curiosamente, à excepção daqueles que estão profissionalmente ligados a esta área, os receios falavam sobretudo da vivência tradicional e não do espaço urbano em si.

Até que ponto é que a vivência da vila poderá ser, ela própria, veículo de mudança, oferecendo no futuro um modelo alternativo, constituindo uma narrativa única que satisfaça os desejos dos habitantes do Núcleo Antigo é um dos aspectos que abordaremos no próximo capítulo, ao confrontar as perspectivas da autarquia com os

desejos dos munícipes através da apresentação do modo como eles referenciam o espaço do Núcleo Antigo. Procuraremos observar até que ponto a cidade surge ou não como modelo de referência alternativo ao modelo da vila tradicional, e o modo como os indivíduos conjugam modelos aparentemente opostos numa projecção daquilo que desejam para o seu futuro.

“É certo que a mudança não se opera logo de entrada e que a leitura da cidade enquanto modelo de referência supõe a desconstrução pelo menos parcial da imagem anterior, a qual via o campo provavelmente enquanto tecnicamente inferior à cidade, mas sobretudo enquanto moralmente superior a ela. Além disso, tal mudança não intervém nem ao mesmo tempo, nem do mesmo modo em todo o campo.” (RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane, 1994, p. 149)

De uma forma geral, as vivências tradicionais tendem a ser conservadoras, procurando reproduzir sempre a mesma realidade. Contudo as vivências não são uma entidade em si. São modos de vida tidos por pessoas que, embora a ritmos diferentes, alteram em cada geração a tradição, transformando-a e adaptando-a. A vida num Núcleo Antigo de uma vila com características tradicionais como as que referimos, não é de modo algum estagnada, como por vezes se refere comparando-a com a cidade. Simplesmente reflecte um outro ritmo, que evolui de uma forma distinta. Parece ser o desejo dos alcochetanos que o tradicional integre, a bom ritmo, o moderno, contribuindo também como um veículo da mudança que desejam para o concelho, orientando-a, de modo a que não se afaste muito daquilo que é valorizado por todos.

5. As discurso da autarquia e o discurso dos munícipes. O real e o ideal.

“If one side of the coin is the actual behaviour of people in a place, the other side is their internal image of it, what it means to them. This is the darker side of the coin, but also the richer one, for our purpose.” (LYNCH, Kevin, 1980, p.111)

Kevin Lynch, na sua obra *Managing the Sense of a Region*, demonstra a importância do conhecimento de factores “invisíveis”, como os aspectos sensoriais e as representações do espaço, para o Ordenamento do Território regional dos Estados Unidos. A riqueza de informações que advém de uma abordagem que analisa e sistematiza estes conhecimento permite que aspectos que são muitas vezes considerados demasiado abstractos para serem objectivados sejam tidos em conta na prática do ordenamento. Contudo, o que é o ordenamento senão uma opção de organizar/posicionar de um determinado modo (entre vários possíveis) uma abstracção? A escolha de uma opção de ordenamento e não de outra é, no limite, eminentemente cultural. Por isso mesmo, ela deverá corresponder o mais possível à visão da comunidade abrangida, sob risco de provocar disfunções sociais e culturais.

5.1. Património.

A noção da existência de património e a vontade de proceder à sua preservação é muito recente em termos históricos. Em Portugal, Alexandre Herculano foi um dos grandes impulsionadores da tomada de consciência da necessidade de preservar o património histórico e a memória do país. Contudo o conceito de património não é algo de absoluto. A Lei n.º 13/85, Lei do Património Cultural Português, define-o do seguinte modo:

“...todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.” (“Lei n.º 13/85”, Título I, Artigo 1º)

Esta definição apresenta-nos o conceito de uma forma geral e abstracta. Contudo, para além desta abstracção, há a ideia que cada indivíduo possui daquilo que é património, sobretudo quando aplicada ao espaço com que interage mais proximamente:

“...é da junção de conceitos de tempo enquanto aplicado a determinado fenómeno artístico, com os valores culturais entendidos nos seus vários aspectos, que nos surge o conceito de património cultural.” (PEDREIRINHO, José Manuel, 1982, p. 15)

Os factores tempo e espaço são a chave deste conceito. Mas que tempo e que espaço? Inquirimos a população de Alcochete sobre o que era para eles o património mais importante da vila. O gráfico seguinte mostra os resultados a esta pergunta nos inquéritos feitos a quarenta e nove alunos da Escola C+S D. Manuel I:

Figura 5.1.1. - Património mais importante: resultados dos inquéritos feitos na escola C+S D. Manuel I.

Fonte: inquéritos realizados a duas turmas do 9º e 12º anos da Escola C+S D. Manuel I, de Alcochete.

Como se pode observar, e tivemos já oportunidade de demonstrá-lo noutro local (RAMALHETE, Filipa; SERRA, Graça, 1997, pp. 421-426), as respostas reflectem uma perspectiva fragmentada do património. O local mais vezes indicado foi a Igreja Matriz (Igreja de S. João), que é um dos monumentos classificados do Núcleo Antigo. A Figura 5.1.2. - Localização do Património Classificado da vila de Alcochete, mostra-nos os monumentos classificados deste núcleo: a Igreja de S. João, classificada como monumento nacional, e as igrejas da Misericórdia (hoje Museu de Arte Sacra) e da Sr.^a

da Vida, ambas imóveis de interesse público. O “pelourinho” que aparece referido cinco vezes é, na realidade, um padrão comemorativo, erigido pela Câmara Municipal em 1955 no Largo da Misericórdia, em frente à Igreja (vide Figura 5.1.3. - Padrão comemorativo no Largo da Misericórdia), uma vez que o fragmento do pelourinho manuelino, classificado como monumento nacional, se encontra no Museu Municipal de Alcochete, situado fora do Núcleo Antigo. O facto de não haver investigações históricas ou arqueológicas de fundo feitas no Núcleo Antigo faz com que seja difícil identificar outros edifícios ou elementos importantes em termos monumentais. Em relação à Igreja da Misericórdia, esta foi transformada em museu em 1993. Não funcionava já como igreja, apenas como velório, e encontrava-se bastante degradada. A recuperação foi feita pelo Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e, embora tenha causado alguma polémica entre os membros mais religiosos da comunidade, é hoje bem aceite pelos alcochetanos.

Figura 5.1.3. - Padrão comemorativo no Largo da Misericórdia

Outros elementos referidos como importantes em termos de património são as estátuas e os museus (vide Figuras 5.1.2. - Localização do Património Classificado da vila de Alcochete e 5.1.4. - Localização das estátuas e padrão comemorativo no Núcleo Antigo de Alcochete). Estas revelam que não existe uma relação directa entre a antiguidade dos elementos e o seu valor patrimonial. A estátua do salineiro tem apenas onze anos e a Igreja Matriz data do século XVI, com a sua actual configuração,

embora tenha sofrido algumas alterações, nomeadamente com o restauro feito nos anos 40, pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (“A Igreja Matriz de Alcochete”, 1943). Neste sentido, poderíamos dizer que os alunos consideram que tudo o que é testemunho de tradição é património. Não deixa de ser curioso referir que a estátua que homenageia o forçado foi referida uma única vez (razão pela qual não surge neste gráfico, onde assinalámos os elementos que foram indicados pelo menos por dois alunos), talvez porque se encontra num local mais “escondido” do Núcleo Antigo do que, por exemplo, a do Padre Cruz, mas sem dúvida também porque esta actividade, apesar de ser uma das tradicionais de Alcochete e de as festas anuais incluírem corridas e largadas, não representa para a memória da comunidade um laço tão importante com o passado como a actividade de salineiro. Quanto aos museus, eles são os depositários institucionalizados da memória colectiva da vila e a maior parte dos alunos conheceu-os através de visitas organizadas pela escola.

Um aspecto extremamente importante é o facto de as salinas surgirem como um dos locais mais importantes em termos de património (tanto mais que é uma das poucas referências a conjuntos e não a elementos isolados). Atribuímos esta importância ao facto de a produção de sal ocupar uma importância muito significativa na memória colectiva da população como a actividade económica que mais importância teve, no passado, no concelho. A actuação da Câmara, através da sua política cultural (que inclui a criação do Museu do Sal e o apoio anual às Festas do Barrete Verde e das Salinas) contribui também para fazer deste local uma referência patrimonial importante para os jovens da vila. Por outro lado, as noções de património e passado encontram-se quase sempre associadas, e o facto de as salinas estarem hoje praticamente sem funcionar contribui para que esta associação se concretize.

A mesma questão foi posta nas entrevistas e nestas algumas respostas foram bastante diferentes. Os técnicos da Câmara responderam que o património mais importante de Alcochete era a vila no seu conjunto. O Adjunto do Presidente da Câmara Municipal (também Presidente da Fundação João Gonçalves Júnior, que possui algumas das últimas salinas a funcionar em Alcochete) e o Presidente do Aposento do Barrete Verde responderam que o património cultural e as tradições se encontravam em primeiro lugar. Estas respostas reflectem, pensamos, o facto de as pessoas estarem

ligadas por razões pessoais ou profissionais à vida cultural e à gestão do Núcleo Antigo. Contudo, todos os entrevistados referiram, depois de identificado o “Centro Histórico”, que este constitui um elemento importante de património a preservar.

“O nosso património cultural acho que é muito importante. É das coisas mais ricas que nós temos é o nosso património, e podemos englobar nesse património cultural uma série de actividades. Quer dizer, desde a banda de música aos grupos de forcados, ao termos uma fragata, ao cantar o fado. Enfim, quando falo no património cultural não é só aquele património que podemos considerar cultural erudito, mas é aquele património cultural que também é da pessoa da rua, a maneira de falar, os termos que usam... (...)

Depois em termos de património erudito (...) Penso que temos, possuímos a Igreja, Monumento Nacional. Mas... penso que em Alcochete existe... não uma coisa que seja... não temos cá o Centro Cultural de Belém, não temos cá os Jerónimos, mas vale pelo conjunto! Quer dizer, não podemos salientar “a igreja tal”. Não, a igreja é Monumento Nacional mas também não é uma igreja por aí além. É uma igreja que sofreu mutações ao longo dos últimos anos, que já teve coisas que deitaram abaixo, já acrescentaram outras. Teve um gradeamento em ferro, já não tem, uma série de coisas. Tem uma porta manuelina do lado direito que é aquilo que lhe dá algum valor. Tem alguns azulejos interiores, alguns painéis com valor. No fundo é isso. Agora, penso que Alcochete também vale pelo conjunto.” (Entrevista nº 5, 1996, pp. 30-31)

Uma das jovens entrevistadas referiu também o Núcleo Antigo, embora tenha referido os edifícios isolados e não o conjunto da vila. Quando lhe perguntámos qual o património mais importante de Alcochete, respondeu-nos o seguinte:

“As igrejas. Os monumentos. As casas. Acho que há muitas casas antigas que têm aquele perfil, e acho que era bonito... portanto, deviam restaurar e arranjar, só que manter a mesma fachada, como era dantes.” (Entrevista n.º 12, 1996, p.8)

O que é interessante nesta opinião é a imediata associação entre importância do património e a necessidade da sua conservação, o que ilustra os dados que obtivemos através da análise valorativa das entrevistas. Esta revelou-nos que património é o tema em que os entrevistados, globalmente, têm o discurso mais positivo (cerca de 38% do discurso proferido pelos entrevistados neste tema revela opiniões positivas, havendo uma percentagem de 30% de discurso valorizado negativamente, 27% neutro e 5% de afirmações do tipo compensatório). Contudo, se observarmos caso a caso, apenas o Presidente da Câmara e o seu Adjunto têm de facto um discurso maioritariamente positivo quanto ao património da sua vila. Aliás, o Presidente, sem dúvida devido ao

cargo que desempenha, foi de todos os entrevistados o que maior optimismo demonstrou em relação a todos os assuntos. As opiniões negativas devem-se sobretudo à convicção dos entrevistados de que os seus conterrâneos não conhecem o património da vila e que ele necessita de ser divulgado e, por vezes, recuperado. A desvalorização surge, portanto, não em relação ao património em si, mas em relação às atitudes dos alcochetanos perante ele. Mas, valorizado ou não, a opinião de que este património deverá ser preservado é consensual. Esta ideia aplica-se aos monumentos e estende-se aos edifícios habitacionais da parte antiga da vila, acabando por estar implícita a existência de um Núcleo Antigo. Observaremos em seguida de que modo os alcochetanos lidam quer com o conceito em si, quer com a prática diária no espaço deste Núcleo.

5.2. O Núcleo Antigo. “Alcochete é as festas, as fogaças, o arroz doce.”

A delimitação que os alcochetanos fazem deste Núcleo Antigo corresponde, tal como o património, a uma imagem que os habitantes têm de si próprios e da vila de Alcochete. Esta imagem difere consoante as vivências, a profissão e até mesmo a idade dos indivíduos. Nos inquéritos que realizámos na escola, as respostas foram diferentes na turma no 9º ano (cuja média de idades é 15,5) e na do 12º ano (média de 18,2 anos), talvez devido ao grau de maturidade e capacidade de abstracção, ou ao aumento do nível de conhecimentos. Assim, dois dos alunos mais velhos (dos vinte e três inquiridos), depois de uma breve explicação do que seria um Núcleo Antigo, delimitaram-no tal como está definido no PDM. Quatro fizeram-no de um modo bastante aproximado, e outros dois delimitaram-no, mas retirando ou aumentando um pouco a sua área. A maior parte dos restantes delineou áreas mais reduzidas, situadas na zona ribeirinha incluindo sempre o Bairro das Barrocas. Os restantes, tal como praticamente todos os alunos da turma do 9º ano, indicaram elementos isolados, normalmente aqueles que consideravam os mais importantes em termos de património. Assim, a Igreja da Misericórdia é referida por treze dos quarenta e nove alunos inquiridos, a Igreja Matriz doze, e o Museu Municipal sete vezes. O largo do Rossio é também referido como elemento de património, sendo apontado dez vezes. A Praceta Padre Cruz (talvez devido ao seu nome), situada já fora do Núcleo Antigo, numa zona de urbanização começada na última década foi indicada por sete alunos.

O facto de surgir esta referência constante a elementos isolados leva-nos a pensar que o conceito de “Centro Histórico” não é claro para os mais jovens, o que poderá reflectir uma falta de divulgação por parte do município desta delimitação, ou mesmo da existência da realidade em si.

Também nas entrevistas verificámos que os entrevistados (à excepção dos técnicos da Câmara e do entrevistado que possui a profissão de desenhador) não associam a expressão “Centro Histórico” à delimitação feita pela autarquia. A análise das representações espaciais dos entrevistados para o tema “Centro Histórico” revelam-nos que existe uma grande predominância do discurso exclusivo em relação ao inclusivo, o que corrobora a ideia de que não há de facto interiorizada uma representação do Núcleo Antigo como unidade autónoma. Isto pode significar uma de duas coisas, ou talvez ambas: o crescimento lento que a vila sofreu pode ter levado à ausência, nas representações espaciais dos indivíduos, de uma cisão entre o espaço antigo e o espaço novo, no que diz respeito às zonas adjacentes ao Núcleo Antigo. Por outro lado, o Núcleo Antigo não existe como representação espacial operatória no discurso dos alcochetanos, apesar de existir indubitavelmente o conceito de zona antiga da vila a preservar. Não deixa de ser interessante referir que os únicos entrevistados em que isto não sucedeu foram o chefe da Divisão de Administração Urbanística e o Vereador da Cultura. Ambos possuem claramente a noção do Núcleo Antigo como um conceito espacialmente representado, com que operam conscientemente no seu discurso. O primeiro por razões evidentes, uma vez que a delimitação é também da sua autoria, e o segundo talvez por ter estado emigrado durante vários anos, o que lhe permite ter duas imagens para comparar, o “antes” e o “depois”.

A inclusão surge normalmente apenas associada aos espaços contíguos ao local em que foram realizadas as entrevistas ou, caso o espaço objecto seja outra vila ou cidade, a toda a vila de Alcochete (e só muito raramente ao Núcleo Antigo como conjunto). Contudo, são muito poucas as alusões a espaços exteriores à vila, sendo o espaço de referência quase sempre o local da entrevista, ou a vila, em relação a ela própria, funcionando como um universo quase isolado, em relação a este tema. Excepções que alterem o espaço de referência, através de um discurso que recorra a exemplos de outras vilas são quase inexistentes.

Também nesta análise é notória uma percepção fragmentada do Núcleo Antigo surgindo quase sempre um discurso apoiado em elementos individuais e não num conjunto homogéneo. A única excepção é o Bairro das Barrocas, que é sempre referido como uma unidade e só quando há uma referência a uma rua ou casa específica deste bairro essa unidade é abandonada, por razões óbvias de operacionalidade do discurso. Mas parece-nos não haver margem para dúvidas no que diz respeito à existência deste bairro como representação espacial autónoma uma vez que se associa um espaço concreto a um conceito abstracto, transformando-os numa unidade operatória única no mecanismo discursivo.

Há, como referimos já, uma menção constante às Barrocas como sendo este bairro o Núcleo Antigo de Alcochete. Esta realidade mostra como uma intervenção por parte da Câmara pode reflectir-se no modo como os indivíduos representam o espaço e demonstra a pertinência de acções que divulguem as opções de delimitação tomadas pela autarquia. Este aspecto revela-se tanto mais importante quanto há uma relação muito estreita entre os conceitos de património e de Núcleo Antigo (ou Centro Histórico). Contudo, embora não haja uma identificação do Núcleo Antigo como conceito imediato, todos os entrevistados o identificaram correctamente, quando foi pedido que nos dissessem os limites de uma área cuja características devessem ser mantidas no futuro.

“Desde o Rossio até... pronto apanhar aqui aquela zona da Barroca, o centro todo, até ao fim da Barroca, até acho que até... até às Palmeiras, portanto até à fábrica do Orvalho. Essa zona aí já vai ser alterada. Acho que vão fazer um empreendimento turístico ali. (...) Aqui para dentro, pronto, aqui mais para dentro (isto também não é muito grande) eu acho que até à escola já está muito modificado, até à Escola Secundária. Aquela zona ali já está muito, com muitos prédios, já é mais o progresso, que dantes não havia prédios nenhuns, não é? Casinhas pequeninas e pronto. Acho que daquela zona até aqui, até aqui à Junta, e a parte do Centro de Saúde, até essa zona. Não é muito grande. Eu acho que, pronto, tudo tem que evoluir, e as pessoas têm que... claro, é lógico que tem que haver prédios. Mas acho que destruir aqui o centro da vila, acho que não. Destruir ou modificar acho que não.” (Entrevista n.º 6, 1996, p.7)

“Essa parte, esses prédios, a partir daí [bairro residencial perto da Escola Secundária] para cá, isso já não é Alcochete antiga. Tudo o que seja prédios novos ali ao pé da escola, a grande

avenida onde vai ser o novo hipermercado. A parte do campo da bola, isso aí já é tudo bairros à parte. Não é tão antigo.” (Entrevista n.º 12, 1996, p. 10)

Estes testemunhos de dois jovens alcochetanos revelam que a imagem de um Núcleo Antigo de Alcochete é algo que se encontra em plena formação, uma vez que os limites da vila sofreram poucas alterações até há muito pouco tempo, pelo que até mesmo os mais jovens acompanharam todo este processo (é de referir o facto de o primeiro jovem residir na vila, morando a sua família no Núcleo Antigo, enquanto que a segunda jovem reside já perto de S. Francisco, um outro núcleo urbano do concelho. É notória a diferença nos seus discursos quanto ao conhecimento que demonstram possuir da toponímia e da organização do espaço da vila). Existe sem dúvida uma vontade de manter as características exteriores deste núcleo, que são associadas com o “antigo”, com a memória colectiva da comunidade, e que representam uma parte importante do imaginário alcochetano, porque estão associadas às actividades tradicionais. Não podemos esquecer que a “vocação” ribeirinha e actividade salineira do concelho são um aspecto de grande importância, materializados pela população no Núcleo Antigo, sobretudo no Bairro das Barrocas. Esta característica, de “espelho” de uma tradição é justificação para que o Núcleo Antigo seja cuidado e preservado, uma vez que reforça características importantes da imagem do alcochetano como um indivíduo trabalhador, modesto, que sofreu duras condições de trabalho. Uma outra é o facto de ser também testemunho de uma outra realidade mais gloriosa, o passado histórico da vila:

“Alcochete era um sítio importante, não é? Era um sítio onde vinha a corte. Onde vinha a corte. Toda a dinastia de Avis frequentava Alcochete. Portanto, e o facto do D. Manuel I ter nascido aqui e o facto do D. Manuel I ser o rei mais venturoso da história portuguesa, enfim, Portugal aqui era uma potência... No tempo de D. Manuel I Portugal era uma potência mundial e o português era a língua de... era o inglês de hoje. No, Oriente era... enfim, as pessoas para se comunicarem, uns eram árabes, outros eram não sei quê, então falavam português. Portugal era uma potência. E portanto, Alcochete não admira, no século XVI o concelho, portanto, a vila, era a localidade com mais casas na margem esquerda do estuário, e mais gente a morar, a que mais residências tinha... mais vizinhos, na altura chamava-se assim, tinha mais vizinhos do que tinha Almada. Barreiro era uma coisinha pequenina. Moita nem existia quase. Mais tinha Alhos Vedros que era maior do que o Barreiro, ou Cóiça que era maior na altura que o Barreiro, ou Aldeia Galega que já era grandinho. Mas Alcochete era

maior. E a nobreza vinha para aqui, tinham aqui os seus palácios, havia muitos palácios aqui. Muitos. Muitos palácios que havia aqui.” (Entrevista n.º 1, 1996, pp. 11-12)

Esta é a opinião do Presidente do Município, visão que, contudo, está menos presente no discurso dos jovens do que no dos mais velhos, embora exista consenso no que diz respeito ao reconhecimento do valor patrimonial do Núcleo Antigo e à vontade de o preservar.

A Câmara não tem promovido directamente acções de “educação patrimonial” com o objectivo de levar ao conhecimento dos alcochetanos o seu Núcleo Antigo. Contudo, indirectamente, através da constituição de museus e da sua política em relação ao Núcleo Antigo, perpetua a imagem do Alcochete monumental e da vila ligada às actividades tradicionais. Um exemplo desta actuação é o facto de anualmente, nas Festas do Barrete Verde e das Salinas, serem homenageados o salineiro, o forçado e o campino mais velhos.

Todos estes factos não impedem que a opinião geral seja, tal como já referimos no ponto anterior, a de que os alcochetanos não conhecem nem valorizam o seu património. Embora a análise das opiniões dos entrevistados o contradiga, parece haver uma certa disparidade entre o desejável e aquilo que é considerado a realidade.

Quer os membros da autarquia e dos museus quer os jovens entrevistados consideram que, de uma forma geral, os habitantes do concelho não conhecem bem o seu património. Os mais jovens referem o desconhecimento dos seus conterrâneos dos museus e igrejas da vila (o que faz sentido, se pensarmos serem estes os elementos que referem como mais importantes, em termos de património, da vila).

De facto, constatámos, em conversas com alguns habitantes, que alguns desconhecem a transformação da Igreja da Misericórdia em Museu de Arte Sacra. Em contrapartida, se considerarmos o Núcleo Antigo como um elemento vivo, onde a tradição oral e as vivências são tão importantes como o seu suporte espacial, o passado de Alcochete está ainda suficientemente ligado ao presente para que todos os alcochetanos, por exemplo, conheçam e descrevam com exactidão e minúcia o funcionamento de uma salina, e o ciclo anual de vida de um salineiro (curiosamente, o passado industrial da

vila parece não ter deixado marcas na vivência quotidiana, para além do aspecto socio-económico ligado ao desemprego).

Esta certeza de que o Núcleo Antigo da vila é muito mais do que o seu esqueleto está bem presente no discurso dos alcochetanos. Um exemplo interessante dessa realidade é o facto de os entrevistados não reconhecerem um determinado tipo de edifício como o tradicional de Alcochete (embora encontrem algumas características dominantes, como mostraremos no próximo ponto), mas identificarem a tradição cultural da vila como algo de caracteristicamente alcochetano:

“Mas assim, dizer assim «aquilo é mesmo Alcochete», não. Alcochete é as festas, as fogaças, o arroz doce. Isso é que é mesmo típico. Agora assim em termos de casas, isso acho que não.”
(Entrevista n.º 6, 1996, p. 34)

5.3. Alguns aspectos da gestão do Núcleo Antigo.

Mas, na prática, quais são as atitudes dos alcochetanos quando uma intervenção é feita, ou quando têm de intervir no seu espaço? Em primeiro lugar, temos as obras de conservação. Em relação à cor dos edifícios do Núcleo Antigo alcochetano, parece haver aceitação geral do branco como cor tradicional, conjugada depois com outras cores (amarelo, vermelho, azul), nas ombreiras das portas e janelas, e em barras na parte inferior das casas. Contudo, esta imagem não corresponde a todos os edifícios. Existem alguns edifícios Arte Nova, que datam das primeiras décadas deste século, revestidos a azulejo (vide Figura 5.3.1. - Largo Almirante Gago Coutinho).

Figura 5.3.1. - Largo Almirante Gago Coutinho

Mas, de uma forma geral, a cor predominante no Núcleo Antigo é de facto o branco, e as excepções existentes correspondem muitas vezes a edifícios ou intervenções mais recentes. Uma jovem entrevistada descrevia-nos as casas tradicionais de Alcochete do seguinte modo:

“Baixinhas. As mais antigas são assim. Baixinhas. Não têm mais do que rés-do-chão. Brancas. Algumas cores nas portas e nas janelas. Porque o resto das casas que a gente vê que já não são assim, acho que já são mais modernas, mais novas.” (Entrevista n.º 12, 1996, p.11)

Não podemos deixar de referir que esta ideia corresponde à realidade, mas também a um estereótipo que a memória dos habitantes fez dela, uma vez que existem de facto edifícios com outras cores e foi-nos, inclusivamente, relatado um processo de intervenção em que um edifício, cuja cor era o branco, possuía várias camadas de tinta com cores diferentes, tendo o projectista decidido adoptar o amarelo:

“Porque o prédio, anteriormente a esta pintura, estava pintado de branco. Mas depois, com o picar do prédio, e não sei quê, fomos descobrir que por baixo daquilo tudo havia ali amarelo. Que era um amarelo que provavelmente foi a primeira cor do prédio, porque o prédio tinha quase meio centímetro de espessura de tintas, de cales, de tinta, de ocre e coisas... e descobrimos um azul e descobrimos um amarelo. E descobrimos um ocre, vermelho. Mas o amarelo que lá estava antigamente não era o amarelo ocre, não era aquele amarelo que, por exemplo, têm os edifícios do Terreiro do Paço. Não era esse amarelo, era uma amarelo mais dentro disto, aliás é o que lá está. E pronto, e mandei fazer o amarelo.” (Entrevista n.º 13, 1996, p. 9)

A política camarária de incentivar o branco, por exemplo através da “Campanha da Cal e do Pincel”, e a ideia que se tem vindo a formar no país nos últimos anos de que o branco é a cor indicada para as casas portuguesas, sobretudo no litoral, contribuíram sem dúvida para estas opiniões de que “se é branco, é tradicional”, o que contribuiu de início (acentuado pelo hábito de ver o edifício daquela cor), para que a nova cor do referido edifício fosse rejeitada pelos habitantes:

“...mas o prédio quando começou a ser pintado, a gente pintou um pedaço grande para ver, e aquilo era um amarelo vivo como o diabo. Mas depois começámos a pintar o resto... e depois claro, o prédio era branco, as pessoas passavam por ali viam aquilo amarelo “que feio”, e hoje toda a gente gosta do prédio.” (Entrevista n.º 13, 1996, p. 9)

A Câmara Municipal tem vindo a procurar que as cores usadas para pintar os edifícios não difiram daquelas que eram tradicionalmente utilizadas. Em termos de cores, e em geral nas obras de conservação, a opinião dos técnicos da Câmara é que se deveria seguir o traçado original, sem introduzir alterações. Contudo, existe uma certa condescendência em relação a certos aspectos dos arranjos exteriores dos edifícios, como os sistemas de obscurecimento e a colocação de portas e janelas. Todas estas questões não são, evidentemente, exclusivas de Alcochete e, quer as opções da

Câmara, quer as opiniões dos munícipes, têm raízes em opiniões e opções tidas já anteriormente noutros locais.

A questão da manutenção das portas e janelas em madeira ou a sua substituição por alumínio é de facto uma das questões mais polémicas quando intervenções feitas pelos habitantes nas suas habitações. A Arquitecta da Câmara disse-nos o seguinte:

“Em termos de exterior, só assim em relação a obras superficiais, os problemas maiores, quanto a mim, acho que são as portas de alumínio. Não é pelo alumínio em si, mas é pelo desenho que essa porta apresenta, não é? A porta às vezes, em alguns casos, até podia ser uma porta de alumínio, mas é o próprio desenho que torna chocante, que não se enquadra nem... uma série de elementos, isto agora só com um levantamento fotográfico é que a gente conseguia ver, não é?” (Entrevista n.º 3, 1996, p. 3)

A Câmara, tal como referimos já, começou por assumir uma posição bastante mais rígida do que aquela que tem hoje, proibindo por completo os alumínios. Contudo, quer porque os materiais evoluíram, quer porque uma política repressiva se mostrava ineficaz, optou por autorizar a utilização de alumínios, restringindo o leque de cores possíveis e proibindo o alumínio de cor natural. Nos edifícios construídos de raiz, passa-se o mesmo. Talvez devido à enorme variedade de opções que hoje existe ou à actuação da Câmara (ou aos dois factores conjugados) os habitantes do Núcleo Antigo fazem actualmente algum esforço no sentido de pôr portas e janelas de alumínio exactamente iguais às de madeira, na cor e na forma. Eis algumas das opiniões que registámos sobre esta questão. As duas primeiras opiniões são dos dois jovens que entrevistámos, a seguinte do entrevistado cuja profissão é desenhador, que possui o seu gabinete de trabalho no Núcleo Antigo, e que fez já vários projectos para esta área, e a última de um habitante do Núcleo Antigo, já reformado:

“Eu acho que se as pessoas querem por uma porta de alumínio, porque sai mais barato ou dura mais tempo, deve ser por causa disso, porque dura mais tempo e sai mais barato. Pronto, tudo bem, que ponham, mas que não descaracterizem tanto. ‘Tá certo porem castanho. Uma pessoa que veja assim de longe nem vê se aquilo é uma porta de alumínio se não é. Eu acho que se for assim daquelas de alumínio prateado, acho que se nota logo. Descaracteriza um bocado.” (Entrevista n.º 6, 1996, p.7)

“O alumínio para mim não me diz nada. Porque acho que uma casa com madeira, com janelas da madeira fica muito mais bonita. Uma casa com janelas de alumínio para mim torna-se uma casa mais fria. (...) Isso aí, quando é parecido com a madeira, aí não tinha nada contra. Agora aquele alumínio cinzento não me diz nada.” (Entrevista n.º 12, 1996, p. 12)

“O que tem acontecido aqui muita vez, muitas vezes, aqui em Alcochete, é que têm mudado ultimamente com a... ultimamente não, já de há uns anos bons a esta parte, têm-se utilizado os alumínios para substituir as vidraças. Nalguns casos tem-se aceite, a Câmara tem aceite nalguns aspectos, noutros não tem aceite. Mas, enfim, o alumínio é um material mais durável, que requer menos manutenção, é menos dispendioso... enfim, muitas vezes com o alumínio consegue-se também, digamos, imitar as vidraças antigas, por exemplo. Mas é sempre o alumínio, não é, vê-se a diferença entre os materiais. Às vezes é uma, digamos, é uma violência dos diabos, quando os prédios têm muitos vãos e não sei quê... (...)

Quer dizer, desde que as vidraças sejam com a mesma forma das vidraças de madeira, nalguns casos eu acho que são tão perfeitos que quase não se nota. Quer dizer, nota-se se a gente chegar ao pé vê o alumínio, mas ao longe, a passar, quase não se nota. É uma questão um bocado complicada. Agora se um indivíduo estiver, por exemplo, num determinado lugar e que chega à conclusão - «Não senhor, isto tem de ser madeira» - pronto, tudo bem, concordo com isso e respeito a opinião e acho que deveria ser assim. Mas deveria ser assim para toda a gente. E não é isso que acontece. Eu não posso dizer, sim senhor, a um cliente qualquer que me manda fazer uma obra de restauro e que diz que quer alumínio - «Eh pá, mas porque é que não mete madeiras?». A pessoa diz logo assim - «Então vou meter madeiras aqui se o meu vizinho aqui ao lado tem alumínios». E isso acontece muito. Você vai aos becos das Barrocas, vai a qualquer casa aí do Centro Histórico, existem montes de casas com alumínios, ao lado de outras com madeiras. E a gente vai ver e qual é a mais engraçada e a mais bonita? Quer dizer é a que tem alumínios, que a das madeiras está toda partida, as massas dos vidros saíram, as tintas saltaram e todos os anos têm que pintar aquilo, e é um chatice, e as pessoas fogem.” (Entrevista n.º 13, 1996, pp. 4, 8)

“E eles [a Câmara] querem aquilo posto pelo antigo, não querem pelo moderno. Querem ter a vila velha e a vila nova. Mas eles fecham os olhos a algumas coisas. (...) As paredes, as portas, essas coisas todas. As pinturas das paredes, tudo pelo antigo. (...) Eu acho bem, haver o Alcochete velho e o Alcochete novo. Eu acho bem. (...) Foi posta em madeira [uma janela na sua casa]. Se pusesse em alumínio se calhar a Câmara não gostava.” (Entrevista n.º 13, 1996, pp. 12, 13)

Estes testemunhos reflectem que, de facto, esta tem sido uma questão sobre a qual os alcochetanos têm reflectido e formado, ao longo dos últimos anos, a sua opinião. As

preocupações do entrevistado cuja profissão é desenhador, reflectem a ausência de uma política normativa por parte da Câmara e levantam também uma outra questão fundamental na gestão dos Núcleos Antigos - a fiscalização das obras ilegais. O discurso dos dois jovens alcochetanos demonstra que a população possui uma opinião formada ao longo dos anos, com o contributo da autarquia que procurou adaptar a realidade a uma gestão não conflituosa do problema. Aquilo que o entrevistado desenhador na realidade demonstra é que a formação desta opinião dos habitantes se fez à custa de alguma desarmonia na imagem do Núcleo Antigo. O testemunho do entrevistado reformado aponta para uma outra realidade, que nos foi corroborada pelos técnicos da Câmara - o interconhecimento entre os habitantes do Núcleo Antigo faz por vezes com que os seus habitantes não se queiram “arriscar” a receber uma visita da fiscalização camarária, ou a serem multados, pois isso chegaria sem dúvida ao conhecimento dos seus vizinhos e conhecidos. Para terminar esta questão, transcrevemos ainda a opinião do Presidente da Câmara:

“O que eu penso é: se não conseguirmos convencer as pessoas da bondade das nossas ideias, não conseguimos fazer nada. Nós tínhamos um regulamento que dizia que era proibido, não era permitido alumínio anodizado. Era madeira, pronto. E o que é que acontecia? Nós tínhamos fiscalização durante a semana, mas ao fim-de-semana não tínhamos. E a agressividade comercial dos indivíduos que vendem o alumínio é muito maior que a dos da madeira. A madeira é mais complicado. À segunda-feira aparecia já aquelas casas todas com alumínio anodizado, aquela cor prateada. Que é horrível. E não conseguíamos. Chamávamos as pessoas, multávamos, as pessoas pagavam a multa e ficavam consciencializadas que resolviam o problema. Mas depois era uma violência, as pessoas não tinham dinheiro, como é que se fazia? Depois tinham que pagar aquilo, era uma chatice. E então tivemos que encontrar um meio termo. Foi permitir o alumínio anodizado de cor castanha ou cor preta ou cor branca. Porque aí já disfarça, já imita a madeira. Foi um mal menor.” (Entrevista n.º 1, 1996, p. 18)

Existe uma relação evidente entre a preservação do espaço físico e a memória dos habitantes. Manter as características físicas é também “agarrar” um pouco o passado, numa lógica óbvia de enraizamento. A mesma jovem que citámos referiu também, embora de modo indirecto, que não só as casas são importantes, que há também uma “alma”, uma vivência que as preenche com um determinado significado. Ao falar da casa característica de Alcochete, descrevia-a do seguinte modo:

“Baixa, branca. (...) Com a roupa à frente... coloridas, brancas... (...) Ah, e sempre na janelinha uma velhota a espreitar.” (Entrevista n.º 12, 1996, p. 8)

É evidente no discurso desta jovem a associação entre o espaço construído e a ocupação humana desse mesmo espaço, remetendo para uma vontade de preservar um preservando o outro.

Contudo, as casas tradicionais do Núcleo Antigo dificilmente poderão responder às aspirações dos jovens de hoje, uma vez que as suas dimensões interiores são reduzidas e as condições de habitabilidade por vezes deficientes (mesmo quando as condições de salubridade foram melhoradas, construindo casas-de-banho, por exemplo, a iluminação é muitas vezes reduzida), pelo que as poucas casas adquiridas recentemente pertencem a indivíduos mais velhos, que apreciam as características arquitectónicas da vila e as adquiriram para fim-de-semana ou para instalar pequenos ateliers de trabalho. Soluções alternativas, como por exemplo juntar duas casas, não têm sido usuais, também devido à dificuldade acrescida de as casas serem arrendadas e pertencerem muitas vezes a senhorios diferentes. De facto, o mercado imobiliário do Núcleo Antigo é praticamente inexistente e as casas têm, na sua maioria, contratos de arrendamento já antigos (quando os há), com rendas bastante baixas.

Estes aspectos levantam um problema que é comum a todos os núcleos e bairros antigos - a renovação da sua população. Também em Alcochete a população do Núcleo Antigo é envelhecida e as casas que vagam têm sido ocupadas por habitantes de fora (embora sejam pessoas de algum modo relacionadas com a terra). Ou seja, regista-se, embora a uma escala muito reduzida, o tão falado fenómeno da gentrificação - a vinda de habitantes com vivências e valores diferentes daqueles que eram os vigentes naquele espaço - embora esta tendência seja ainda muito reduzida. Aliás, até muito recentemente sucedia precisamente o contrário, uma vez que a construção nova em Alcochete era praticamente inexistente, o que levava os jovens que procuravam casa a fazê-lo sobretudo no vizinho concelho do Montijo. Habitar no Montijo correspondia de certo modo a uma ascensão social e a uma aspiração de mudança para um espaço mais urbano, aspiração que foi depois transferida para os novos empreendimentos cada vez mais numerosos em Alcochete (uma vez que, a partir dos fim da década de oitenta, esta lacuna começou a ser colmatada através da

construção de novos edifícios em zonas adjacentes ao Núcleo Antigo e também em zonas já mais afastadas do centro da vila).

Deste modo, os jovens de Alcochete não procuravam ultrapassar as barreiras que os levariam a habitar no Núcleo Antigo (ausência de mercado imobiliário, necessidade de adaptar as casas às necessidades actuais, ou de adaptar essas mesmas necessidades ao espaço existente), até porque fazê-lo não é, ainda hoje, socialmente valorizado. O facto de serem pessoas de fora a adquirir essas casas, sobretudo as das Barrocas, contribui para a opinião de que os alcochetanos não valorizam o seu património. Curiosamente um dos jovens que entrevistámos, cuja avó habita precisamente nas Barrocas, manifestou vontade de vir residir para o Núcleo Antigo de Alcochete, se conseguir fazer obras numa casa que lhe permitam obter dimensões interiores menos reduzidas. A discussão da futura ocupação populacional do Núcleo Antigo levanta uma outra questão, a das aspirações dos jovens alcochetanos, que abordaremos no próximo ponto deste capítulo. Por ora referimos apenas que, de facto, a alteração de vivências nos parece inevitável e que ela não é, de modo algum, alheia à transformação física do próprio espaço, uma vez que, quer os ocupantes que vêm de fora de Alcochete, quer os jovens alcochetanos que optarem por habitar no Núcleo Antigo, têm aspirações e padrões de habitabilidade muito diferentes dos actuais habitantes.

A Câmara não estabeleceu ainda qualquer política de promoção de habitação no Núcleo Antigo, embora os responsáveis manifestem o desejo de que a habitação continue a ser a função predominante. Também os habitantes da vila possuem uma vontade semelhante, expressa sobretudo no desejo de que a vivência que conhecem se mantenha, desejo que também os mais novos possuem apesar de lhe apontarem algumas desvantagens, como demonstraremos no próximo ponto.

Um outro assunto acerca do qual inquirimos os habitantes, foi a sua opinião sobre a expansão dos territórios adjacentes ao Núcleo Antigo. Escolhemos como exemplo um edifício que está actualmente a ser construído numa área que, no PGU de Alcochete, era considerada Centro Histórico, mas que não faz parte do Núcleo Antigo delimitado no PDM (vide Figura 5.3.2. - Localização do novo empreendimento relativamente ao Núcleo Antigo). Este edifício situa-se num local usualmente denominado “Moisés”,

possuirá 32 fogos, com 18 estacionamentos incluídos, e está a ser construído num local onde anteriormente existia uma escola, um viveiro de flores pertencente à Câmara e um celeiro, da EPAC - Empresa de Produtos Agrícolas Cerealíferos. O projecto de construção inclui um passeio ribeirinho, que prolongará o “Miradouro das Palmeiras”. Pelas suas características arquitectónicas, e também pelos preços que irão ser praticados, a construção deste edifício suscita opiniões controversas e mesmo algum cepticismo quanto ao cumprimento daquilo que está previsto no projecto e às vantagens da sua execução:

“Sim é um projecto... sabe, a minha preocupação em relação àquilo é que aquilo vai ser um empreendimento privado, aquilo é um empreendimento privado. Não sei como é que eles vão conciliar essa história do passeio, do prolongamento do passeio das Plmeiras para o lado de lá. Isso é tudo muito discutível. Os processos de intenção nem sempre chegam ao fim em termos de obras. Os processos de intenção são metidos para conseguir que as obras sejam feitas. Aquilo devia... aquilo era muito bonito, era muito engraçado, mas era se a Câmara tivesse demolido aquilo e tivesse feito a continuação do passeio até lá em cima. Isso é que era engraçado. Até podiam fazer ali uns balneários, podiam fazer ali umas coisas engraçadas. Isso é que era engraçado.

Agora, aquilo é dado a uma entidade privada. Eu não acredito que vá haver uma continuidade do passeio. Ora, se aquilo vai ser para venda. Vai ser, digamos, aquilo vai funcionar em termos de condomínio fechado. Inclusivamente estão a pensar criar uma espécie dum cais de acostagem lá em baixo, para barcos de recreio. Uma mini marina, ou o que é. Não estou a ver que aquilo fique assim aberto para a malta andar a passear de um lado para o outro e não sei quê. Está a perceber?” (Entrevista n.º 13, 1996, p.12)

Esta opinião, embora bastante céptica e algo pessimista, é coincidente com o ponto de vista da Câmara, uma vez que, com a construção deste empreendimento, a Câmara pretende criar um espaço turístico/habitacional que seduza um tipo de habitante que não corresponde ao alcochetano:

“Têm que ser novos moradores, pessoas que venham para aqui. Mas isso tem a ver também com a nossa política de procurar não crescer em quantidade, mas em qualidade. E procurar que os novos moradores sejam pessoas de substractos culturais elevados. O que não quer dizer que seja assim. As pessoas podem ter muito dinheiro e não serem... mas é possível, não é?, que sim, que as pessoas tenham, sejam pessoas, portanto, economistas, médicos, advogados, pessoas assim, que são quadros que fazem falta, e que valorizam, portanto, uma terra, não é? E isso também é um bocado uma aposta, porque Alcochete não é muito rica nesse tipo de quadros, pessoas licenciadas, não temos muita gente.” (Entrevista n.º 1, 1996, p. 10)

Falámos já das construções feitas de raiz e das obras de conservação, que procuram integrar-se na arquitectura tradicional do Núcleo Antigo. Não referirmos ainda um outro tipo de intervenções arquitectónicas, aquelas marcadamente contemporâneas, que pretendem criar um contraste com a área envolvente. Existe em Alcochete um exemplo, situado na Av. D. Manuel I, a avenida ribeirinha. O edifício era o antigo

Grémio da Lavoura e foi adquirido por uma produtora cinematográfica, a “Madragoa Filmes”, tendo sido posteriormente adaptado para escritório desta empresa e remodelado no exterior e no interior. A remodelação das duas fachadas do edifício (vide Figura 5.3.3. - Localização do edifício da produtora filmográfica “Madragoa Filmes” no Núcleo Antigo de Alcochete) provocou reacções bastante negativas quer por parte dos membros da Câmara, quer por parte da população:

“Olhe, eu não gosto daquilo! Não sei... pessoalmente não gosto! Se me vierem explicar... enfim, eu posso aceitar ou não. Mas não tem nada a ver com o resto. Pessoalmente, não tem. Acho que estes arquitectos novos... cada arquitecto tem uma, enfim, às vezes não... É que, pronto, nós também temos que considerar uma coisa. Nós não temos que estar agarrados aquilo que foi construído no principio do século e hoje, não só arquitectos, engenheiros, também querem marcar o seu cunho, não é? Quer dizer, estamos de acordo com isso. Agora, também não queremos é desfigurar aquilo que foi feito no início do século.” (Entrevista n.º 5, 1996, p. 33)

“Aquilo acho que não tem nada a ver com aquela zona ali. Está situada num sítio que... pronto, que aquilo está... tem muitos enfeites, aquilo parece uma árvore de Natal.” (Entrevista n.º 6, 1996, p. 8)

O que está aqui em questão não é tanto o facto de se tratar de uma intervenção de arquitectura contemporânea, pois, de uma forma geral, todos os entrevistados se mostraram receptivos à realização deste tipo de intervenções no Núcleo Antigo, tendo mesmo alguns manifestado que aquela opção, apesar de não ser a melhor para aquele local, não será assim tão negativa. Não obstante, o que parece ter chocado a sensibilidade dos habitantes, mais do que os materiais ou a forma da nova fachada foi a utilização de cores, extremamente dissonante da cromática dos edifícios alcochetanos, tendo os próprios autarcas e técnicos da autarquia exprimido essa opinião.

As duas intervenções que acabámos de relatar levantam uma outra questão. A zona ribeirinha de Alcochete encontra-se na área de jurisdição da Administração do Porto de Lisboa, pelo que os projectos relativos a edifícios nesta área têm de ser submetidos à sua apreciação. Tendo em conta que os edifícios que se encontram num raio de cinquenta metros dos edifícios classificados têm também de ser aprovados pelo

IPPAR, existem por vezes opiniões dissonantes. Esta sobreposição de entidades, quase sempre benéfica para a conservação do património da vila, provoca por vezes atrasos na elaboração das obras e pode causar mal-entendidos que resultam em soluções que desagradam à população, alheia de todo este processo.

5.4. Memória e expectativa: o passado e o futuro.

“As atitudes sociais face ao espaço são, por um lado, de carácter conservador - cada colectividade reproduz e preserva uma memória colectiva - e, por outro, de carácter prospectivo - cada colectividade opera no sentido da transformação do seu território.”
(SILVANO, Filomena, 1997, p. 16)

Falámos já do modo como os habitantes de Alcochete materializam no espaço da vila o conceito de património, assim como da relação entre este e a sua representação do Núcleo Antigo, contrapondo a opinião dos habitantes à dos autarcas e técnicos da autarquia. Referimos também alguns problemas específicos da política de gestão do Núcleo Antigo, o modo como têm vindo a ser resolvidos e qual a opinião que os munícipes têm sobre eles. Contudo, não foi ainda abordado um aspecto fundamental - como é que os alcochetanos olham para o passado da vila e como é que gerem a sua memória em relação às expectativas que possuem quanto às transformações futuras do espaço que ocupam?

A análise valorativa que fizemos do discurso dos entrevistados para o tema Futuro (que inclui respostas a questões relativas às ligações de Alcochete com o exterior agora e daqui em diante, às expectativas dos entrevistados para a vila e àquilo que mais falta faz em Alcochete) teve um resultado interessante. Assim, as percentagens de discurso conotadas negativa e positivamente são exactamente iguais (34%) e a percentagem de discurso conotada como neutra é a mais baixa de todos os temas (25%, enquanto que, por exemplo, no tema da memória chega a representar 41%), o que ilustra o impasse em que os alcochetanos se encontram neste momento, em que aguardam o desenrolar dos acontecimentos com moderado optimismo e alguma preocupação. Verificámos, e estes dados comprovam-no, que os alcochetanos, de uma forma geral, gostariam que o futuro da vila fosse uma continuidade com o passado, e que a principal preocupação presente e futura dos alcochetanos é o desemprego. Os

dados que indicámos representam a soma de todas as entrevistas. Se observarmos caso a caso verificamos que dois dos entrevistados, o chefe da Divisão de Administração Urbanística e a técnica de História do Museu Municipal possuem visões bastante mais pessimistas que os restantes entrevistados, que reflectem, no primeiro caso, algum cepticismo em relação ao futuro urbanístico e às dificuldades de relacionamento entre concelhos vizinhos e, no segundo, uma opinião algo negativa sobre as aspirações dos jovens alcochetanos (uma vez que, embora trabalhe actualmente no Museu Municipal, a entrevistada foi professora na Escola C+S D. Manuel I durante vários anos).

Deste modo, o desejo de um futuro melhor, expresso positivamente, é confrontado com a preocupação com factores cujo controle escapa aos habitantes da vila, tais como a droga, o fluxo de pessoas desconhecidas à vila (que poderá estar também ligado à droga) ou a perda de identidade da comunidade, expressa na criação de uma descontinuidade com aquilo que é conhecido e conotado positivamente. Contudo, há também um desejo de mudança, manifestado sobretudo pelos habitantes que são “alcochetanos recentes” e cujas aspirações são mais urbanas, em termos de vivência:

“Penso que, portanto, Alcochete foi sempre uma comunidade muito fechada. Mesmo em relação às pessoas da própria vila e do campo. Aliás as da vila não casavam com as do campo. Havia, mesmo entre a própria freguesia, discriminações a este nível, porque os camponeses eram considerados secundários. Portanto, casavam muito entre si, e eram muito... resistem muito à vinda de pessoas de fora. Isso ainda se mantém um bocado ainda que mais atenuado. (...) As pessoas têm vindo de fora com outros hábitos e culturas, e têm vindo a modificar os comportamentos da terra. (...) Aliás, eu penso que características urbanas virão daqui a uns anos, porque Alcochete esteve um bocado parada no tempo. Viveu muito tempo entre si, quer dizer, uma espécie de aldeia em ponto grande! As pessoas conheciam-se todas, tinham a sua vida e evitavam ao máximo o contacto para fora. Não era sitio de passagem, quando as pessoas iam, por exemplo, para Setúbal, faziam aquela estrada que circunda a vila. Turismo também não havia muito. Há muita gente, por exemplo, de Lisboa que não conhece Alcochete.” (Entrevista nº 11, 1996, pp. 2-3)”

Este desejo de mudança é também expresso por aqueles que, numa contradição que é apenas aparente, gostariam que tudo se mantivesse como dantes. Assim, há a esperança de melhorar a vida dos alcochetanos, caso as alterações previstas para o Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa possibilitem

investimentos em Alcochete que, por sua vez, criem postos de trabalho. Simultaneamente, existe uma resistência à mudança da vila no sentido da urbanização, uma rejeição dos valores cosmopolitas manifestado no desejo de manter valores tradicionais, apoiados sobretudo no interconhecimento e vivência quotidiana do espaço:

“E é bom que cresça devagarinho porque se crescer devagarinho essas pessoas [que vêm de fora] ficam... em vez de imporem as suas matrizes culturais são ganhas para a matriz cultural existente. Embora influenciado-a, toda a gente influencia, toda a gente se influencia, não é? Toda a gente se influencia, ninguém é incólume à influência, e ainda bem que é assim, senão estávamos parados, estávamos estáticos, não pode ser. Mas se o crescimento for assim mais lento as pessoas que vêm de fora ficam ganhas para os valores que já cá existem. E portanto, em vez de nos colonizarem, não digo colonizados, mas são elas próprias ganhas, enfim, para a nossa perspectiva cultural.” (Entrevista n.º 1, 1996, p. 4)

“...as pessoas de Alcochete são mesmo acolhedoras para as pessoas que vêm de fora. Acho que é assim. Eu acho que dá para as pessoas se intrusarem nos hábitos aqui da vila, acho que... pronto, foi como aconteceu quando o Montijo foi para cidade. Muitos alcochetanos «Ah, o Montijo foi para cidade e Alcochete não vai». Deus queira que nunca vá. Deus queira que continue sempre assim. Assim é que é bom. Paradisiaco. Em certas zonas.” (Entrevista n.º 6, 1996, p. 15)

No que toca às aspirações quanto ao futuro, parece não haver grande diferença entre os desejos dos autarcas e os dos alcochetanos, embora os segundos expressem opiniões naturalmente mais cépticas. Todas estas esperanças e anseios têm subjacentes a existência de um marco no tempo bem explícito: a entrada em funcionamento da Ponte Vasco da Gama. A ponte materializa e simboliza para os alcochetanos a mudança, o ponto de viragem entre o passado e o presente, como o demonstram as seguintes transcrições.

“Porque esta história de vir a ponte e não sei quê traz gente, mas é preciso também criar empregos. Porque as pessoas vêm para aqui, mas não vêm para cá morar se não houver empregos. A não ser que façam disto um dormitório, e isso parece-me que está salvaguardado. Mas faz muita falta, indústrias fazem muita falta. Fecharam aí umas indústrias grandes que haviam aí, não houve compensação, não abriram outras idênticas e enfim, isso é um problema que se vai criar no futuro. A não ser que o comércio e os serviços venham

colmatar esse problema do emprego, o que eu não acredito. Não acredito, mas vamos esperar, ver o que é que o tempo diz.” (Entrevista n.º 13, 1996, p 3)

“Pronto, [a ponte] vai trazer muitos mais postos de trabalho. Acho que... em termos de... talvez vá trazer postos de trabalho, mas talvez não sejam para Alcochete, seja... sei lá... tanto que, pronto, em termos de construção civil, já está a crescer muito. Não é para Alcochete, as pessoas que estão cá a trabalhar na construção civil não são de cá, a grande maioria delas. A maioria delas não são de cá. Pronto, se vai aumentar tem que, haver mais comércio, tem que abrir mais cafés, tem que... mas eu estou a falar cá em termos de ter um trabalho cá e de... que agora é mais difícil. Dantes toda a gente trabalhava cá, era rara a pessoa que trabalhava fora.” (Entrevista n.º 6, 1996, p. 31)

Uma das hipóteses de emprego que é frequentemente colocada para o futuro da vila é o aproveitamento turístico das potencialidades do concelho. Tanto a Câmara como os munícipes parecem achar que esta seria uma boa solução, uma vez que a qualidade paisagística e a situação geográfica da vila, referida por todos os entrevistados poderia transformar Alcochete num destino turístico de passeio dentro da Área Metropolitana de Lisboa, tanto mais que as novas acessibilidades a retirarão da situação periférica que tem até agora ocupado. Contudo, não existe nenhuma ideia concreta de como poderia ser implementado este tipo de turismo, nem do modo como este se deveria articular com a actual expansão urbana da vila. A Câmara pretende que seja um turismo “de qualidade”, que tire partido da gastronomia regional, dos espaços naturais e construídos do concelho, mas não foi estabelecida até à data uma política que evite o choque entre a vivência tradicional e o turismo, ou que impeça que o Núcleo Antigo direcione todas as actividades para o exterior, em prejuízo de toda a sua lógica de funcionamento como espaço bem delimitado, associado a uma organização social própria.

É ainda de ressaltar o facto de esta insistência no futuro turístico da vila revelar uma esperança de que o exterior chegue a Alcochete, mas apenas “de visita”. Visitantes ocasionais não são forasteiros que vêm para ficar, para perturbar a ordem vigente e alterar usos e costumes. O turismo seria um modo de acompanhar o futuro de longe, sem sofrer necessariamente dos seus males. No extremo oposto está o “fantasma” da transformação de Alcochete numa vila dormitório, povoada de estranhos com valores culturais muito diversos, desenraizados, e sem o desejo de integrarem a rede de

relações sociais da vila. É evidente que, quando expressam vontade de mudança ou de continuidade em Alcochete, os seus habitantes se referem sobretudo ao Núcleo Antigo da vila, uma vez que o resto da vila não é associado do mesmo modo à tradição, pertencendo já, pelas suas características construtivas, a uma zona de fronteira com a modernidade. Existe a convicção de que, mesmo que os edifícios não se alterem muito, as mudanças vivenciais, que se fazem já sentir, serão inevitáveis. Todos estes aspectos são bem visíveis no testemunho um jovem, de 20 anos, que entrevistámos:

“Eu acho que tudo deve evoluir, e tudo acaba por evoluir, não é? Mas eu acho que aqui o centro, para mim, nunca devia evoluir muito, devia-se manter sempre praticamente o mesmo.

Não, isso escritórios e assim... agora ateliers, desde que mostrasse o que é Alcochete, porque os turistas também gostam de ver, não é? E acho que nós aqui também... eu acho que tratamos bem os turistas e eu não sei, eu por mim tanto me dá andarem eles aí ou não andarem. Acho que tudo bem. Acho que vêm passear, eu também quando vou às outras terras também gosto de passear. Mas também gosto de conhecer as coisas. E daí é que está um museu, há um posto de turismo agora. Eu acho que sim. Eu acho que desde que não seja coisas assim monótonas, ali como o centro do Montijo. Só bancos. Não tem nada a ver. E Alcochete a pouco e pouco está-se a tornar nisso. O centro, em frente à Câmara, dá para contar praticamente os bancos ali, é uns atrás dos outros. Dantes não. Era um café... está ali um que era um café... havia outro que não era nada, era uma casa de habitação... e a pouco e pouco o centro está-se a tornar assim um bocado monótono e... esplanadas, as esplanadas dão muita vida. Eu acho que aqui o centro devia-se manter praticamente igual, uma coisa ou outra modificada. (...)

Gosto muito de Alcochete. Acho que um dia que tenha um filho gostava que ele fosse criado aqui. Se houvesse essa hipótese. Se não houver, pronto, não há. Mas não gostava que ele fosse criado assim numa cidade grande. Ter a liberdade que eu tive ele também já não tem, porque modificou um bocado. Só se fossemos assim para uma freguesia assim de Alcochete. Talvez aí ele tivesse. Mas a liberdade que eu tive, aqui em Alcochete, já ele não vai ter. (...)

Pronto, é o que eu estava a dizer no outro dia, aqui o centro é capaz de não mudar, mas acho que vai acabar por alterar costumes e... não sei. Isso só mesmo quando chegar a altura. (...)

As pessoas que estão aqui no centro, o sair à noite, passear pelo Rossio (...) Eu não sei, eu acho que vai passar a ser tanta gente, e tanta cara desconhecida que agora não há. Agora toda a gente conhece toda a gente «Ah, aquele é o marido da outra, é primo daquele, cunhado daquele, e tal». Eu acho que vai ser mais isso, as pessoas desconhecidas... sei lá, os turistas é diferente, agora pessoas... há pessoas que moram em Alcochete que eu não sei que moram em

Alcochete. Os turistas são diferentes, vêm cá passam um tempo, não é, e depois vão. Agora, há montes de pessoas que moram aqui que é mesmo só por... assim por morar. Moram, vêm cá, dormem, vão para o trabalho.” (Entrevista, n.º 6, 1996, pp. 5, 9, 13, 14)

As expectativas dos alcochetanos quanto ao seu futuro existem em estreita ligação com a memória do passado e com as alterações que o trouxeram ao presente. Tal como já algumas vezes afirmámos ao longo do texto, a memória dos alcochetanos está muito relacionada com a sua ligação com a extracção do sal e com a dureza e as dificuldades da vida quotidiana aliadas a esta actividade. Quando procurámos saber como era a vila no passado, e quais tinham sido as principais mudanças na vila, a maior parte dos entrevistados remeteu-nos para aspectos vivenciais e não materiais, regressando sempre à questão da diminuição do interconhecimento entre os habitantes:

“O que se nota mais aqui a nível de Alcochete é que, embora ainda não se tenha perdido, já há diferenças, é que antigamente toda a gente conhecia toda a gente, hoje já pessoas que não se conhece. E isso... penso que é de fazer um trabalho de integração dessas pessoas na nossa sociedade, e não ser Alcochete a integrar-se no modo de vida dessas pessoas. Quer dizer, as pessoas é que têm de se integrar no modo de vida de Alcochete e não Alcochete... não virem essas pessoas modificar a forma de vida das pessoas que cá estão ou que já cá estão. Eh... isso é uma diferença.” (Entrevista n.º 5, 1996, p. 29)

Em relação à forma da vila, curiosamente, poucas são as alterações apontadas. A referência ao aumento de trânsito em Alcochete, inexistente no passado, foi feita várias vezes, e a intervenção no Rossio parece de facto ser constantemente lembrada pelos habitantes da vila. Para além destas, poucas mudanças são referidas, o que não deixa de ser notável dado que a vila sofreu, ao longo das últimas décadas, várias alterações significativas (tal como o estabelecimento da continuidade da estrada ribeirinha, anteriormente interrompida dado que havia um edifício que praticamente chegava à muralha). Um aspecto que é referido algumas vezes é a pedestrianização, feita mais recentemente, de uma artéria que era um dos eixos viários principais da vila, projecto que incluiu o arranjo de dois largos do Núcleo Antigo. Por fim, surgem amiúde menções à estagnação, em termos de construção, que caracterizou a vila durante várias décadas (talvez seja essa a razão pela qual os entrevistados dizem que pouco mudou no Núcleo Antigo).

Discutimos já neste ponto o modo como os alcochetanos se revêem no seu passado e no seu presente e prospectavam o seu futuro. Por último, iremos referir um grupo fundamental na discussão do futuro do Núcleo Antigo da vila - os mais jovens. As transformações que irão ser operadas nos próximos anos neste território serão sem dúvida responsabilidade de uma camada etária mais elevada. Contudo, o modo como os mais jovens materializarão no espaço os seus valores influenciará decisivamente o futuro do Núcleo Antigo. No fundo o que está em discussão é se a identidade alcochetana se manterá ou não. Espaço e identidade estão intrinsecamente ligados, pelo que quando falamos de urbanização estamos a falar de um processo em que a transformação de um conduz necessariamente à transformação do outro (SILVANO, Filomena, 1997, p. 144).

A identidade alcochetana (partindo do princípio que existe de facto algo de tão uniforme) irá sem dúvida transformar-se, no sentido da urbanização, tornando-se menos enraizada e mais cosmopolita. Tal alteração terá concertiza repercussões na vivência quotidiana do espaço e no próprio espaço. Mas, e referimos já que a urbanização não é um fenómeno linear, isto não quer dizer que a identidade de Alcochete, ou seja os aspectos comuns aos seus habitantes que os distinguem de algum modo dos habitantes de outro local, desapareça. Ela sofrerá sem dúvida alterações, como aliás tem sofrido sempre ao longo dos séculos, poderá tornar-se menos visível caso o número de habitantes aumente muito, mas manterá características distintivas, sem dúvida relacionadas com a memória da vila, com as características do seu Núcleo Antigo e com as suas tradições, mais ou menos recentes.

Neste momento, porém, a questão fundamental parece ser se os jovens alcochetanos possuem ou não valores marcadamente urbanos e de que modo esses valores se irão reflectir, a médio prazo, no espaço tradicional por excelência da vila, o Núcleo Antigo. Os testemunhos que recolhemos de dois jovens, revelaram-nos que ambos (já tivemos oportunidade de dizê-lo) se mostram preocupados com uma possível perda de identidade do Núcleo Antigo, que consideram a “alma” da tradição de Alcochete, revelando mesmo um deles que pretendia vir a nele residir, embora os seus padrões de habitabilidade nos mostrem que os jovens possuem já outras referências (diferentes das tradicionais) em relação àquilo que consideram como as condições mínimas de

habitação. O interconhecimento, característica marcadamente não-urbana é, na sua opinião “o único mal de um meio pequeno” (Entrevista n.º 6, 1996, p. 15), uma vez que provoca um controle social apertado. Em contrapartida, uma grande cidade tem demasiado trânsito e uma rede mais reduzida de contactos sociais, uma vez que numa grande cidade (Lisboa neste caso) só se conhecem algumas pessoas, enquanto que em Alcochete se conhece toda a gente. Quanto aos benefícios de viver em Lisboa, existe, na sua opinião, apenas um - o aumento da oferta, nomeadamente no que diz respeito a espaços de lazer nocturno, aspecto apesar de tudo um pouco secundário, uma vez que considera a oferta em Alcochete muito satisfatória.

De facto, nenhum dos jovens que colaboraram connosco mostrou vontade de vir a residir fora de Alcochete. Esta opinião foi-nos corroborada pela actual técnica do museu, antiga professora na escola local, que nos afirmou que os jovens alcochetanos não demonstram desejo de procurar centros urbanos de maior dimensão, facto que associou ao baixo número de jovens que continuam os seus estudos para além do ensino secundário, possuindo os jovens de Alcochete, na sua opinião, “horizontes limitados a nível de vivência” (Entrevista n.º 11, 1996, p. 3):

“Eu penso que continuam muitos a crescer dentro daquele esquema de vida alcochetano. Hoje em dia em que estão a proliferar os bares, as discotecas, aquele tipo de movimentação, de postura adolescente digamos assim, ou juvenil, parece-me que estão a entrar um bocadinho mais na onda, a abandonar mais o que é tradicional. Mas não sei até que ponto eles terão grandes aspirações de vida. Aqui há uns anos atrás as pessoas casavam e iam para o Montijo, portanto era a aspiração deles, era, quando muito, ir para o Montijo porque lá tinha emprego e cá não tinham. Mas, não me parece que as coisas estejam ainda como deviam estar.”
(Entrevista n.º 11, 1996, p. 3)

Esta entrevistada, também ela ainda jovem, evidentemente possuidora de valores vivenciais marcadamente urbanos, criticou alguns dos aspectos mais tradicionalistas da comunidade alcochetense (por exemplo, a desigualdade de oportunidades entre sexos em alguns aspectos, tal como o acesso às actividades de lazer), factores que não parecem fazer reflectir ou afectar particularmente os elementos mais jovens do nosso painel de entrevistados, embora seja provável que, entre a actual geração liceal, estes valores estejam em mudança mais acelerada.

Uma reduzida mobilidade, outro dos factores existentes numa situação não-urbanizada, é outra característica dos jovens de Alcochete, embora a uma escala diferente do passado. Assim, a maior parte dos jovens aspira a uma maior mobilidade do que a que os seus pais possuíram, e ao automóvel que lha proporcionará. Mas as distâncias percorridas cingem-se normalmente ao Montijo e raramente ultrapassam a Península de Setúbal, sendo Lisboa uma referência muito esporádica.

Deste modo, e contrariamente àquilo que poderíamos pensar, existem de facto algumas aspirações urbanas ligadas à mobilidade, mas a uma escala regional, por vezes mesmo local, enquanto na vida quotidiana é mantida uma vivência bastante tradicional, não aspirando os jovens de Alcochete ao anonimato ou à ausência de interconhecimento, factores que consideram que poderão descaracterizar o Núcleo Antigo, espaço onde passam sempre os seus tempos de lazer (aliás, não só os jovens). Há uma enorme apetência para o desenvolvimento, mas apenas económico e não ‘urbano’, sobretudo no caso do Núcleo Antigo, espaço que funciona como pólo agregador de uma comunidade que partilha uma mesma identidade (embora se possa já falar de valores algo diferentes, por exemplo, entre os mais jovens e os mais velhos ou entre os alcochetanos “de raiz” e os “mais recentes”), e que representa sem dúvida um papel muito importante quer na memória quer na vida quotidiana dos habitantes, uma vez que é neste espaço que se desenrola todo o teatro da vida social da vila. Por essa razão, e apesar de os jovens aparentemente clamarem a sua imutabilidade, este tem vindo a acompanhar as mudanças dos últimos anos, por exemplo com a abertura de bares e cafés que subsistem (quase) pacificamente com os habitantes do Núcleo Antigo. Surpreendentemente (ou talvez não...) são os jovens os mais intransigentes nas suas posições de conservação do Núcleo Antigo, declarando, como vimos, que deveria ser mantido tal como está, pelo menos quando falam no geral, uma vez que quando inquiridos em relação a pormenores concretos se mostram menos intransigentes, admitindo novas intervenções e novos materiais, mas insistindo sempre na necessidade do seu enquadramento na área envolvente.

6. Os Núcleos Antigos e o Ordenamento do Território. O que fazer perante a mudança.

“O território não se oferece a cada grupo como uma folha em branco, espécie de suporte para o exercício da actividade social. Cada geração recebe um espaço já marcado e aprofunda os traços que encontra introduzindo pequenos ajustamentos às novas técnicas e necessidades. De vez em quando (...) dão-se mudanças bruscas (...) Mas mesmo estas nunca apagam totalmente o substrato anterior.” (SALGUEIRO, Teresa Barata, 1991, p. 38)

Ao longo deste trabalho temos vindo a mostrar a estreita ligação que existe entre o espaço físico e a população que o ocupa. Procurámos, recorrendo a temas e exemplos paradigmáticos, conhecer as opiniões da população e dos seus autarcas no que diz respeito à gestão de um espaço que para todos simboliza e materializa uma tradição e uma memória. Observámos assim quais as expectativas da população de Alcochete face às mudanças que se têm vindo a operar na vila, que se irão acentuar num futuro próximo, e constatámos a evidência do conflito entre tradição e modernidade.

Curiosamente, recolhemos alguns testemunhos que nos remeteram para o facto de o suporte físico não ser o único a estruturar a memória e a tradição, chamando a atenção para a dimensão cultural e humana. Teresa Barata Salgueiro, na citação acima transcrita, refere que, mesmo quando ocorrem mudanças bruscas, o substrato cultural anterior se mantém, com maiores ou menores alterações de valores em relação aos que anteriormente predominavam.

Estamos agora em posição de formular algumas sugestões, com base nos testemunhos que recolhemos, na observação que foi realizada durante o período do trabalho de campo, e também na experiência recolhida de soluções adoptadas noutros municípios.

Contudo, estas sugestões não são mais do que uma tentativa de ilustrar como a recolha das opiniões da população pode ser feita através de métodos que permitem sistematizar dados que nos parecem, à partida, demasiado subjectivos para poder ser objectivados em propostas concretas. Não elaborámos aqui um regulamento ou um projecto de recuperação. Apenas procurámos mostrar ser possível saber o que os habitantes pensam e como conjugá-lo com a política de ordenamento do Núcleo Antigo, e com as opiniões daqueles cujas vozes são usualmente as mais ouvidas, os técnicos e autarcas.

Gostaríamos ainda de salientar a necessidade da elaboração de outros estudos que completassem este, de modo a abranger dimensões que aqui não foram tratadas. Por exemplo, seria de grande interesse elaborar um estudo histórico sobre a vila, que incluísse dados sobre as migrações de famílias (pois alguns alcochetanos são descendentes de pessoas que vieram de outros locais do país para trabalhar em Alcochete), e o modo como têm integrado e alterado a vivência da vila as sucessivas gerações de imigrantes. Também o conhecimento da história da arquitectura da vila será indispensável, para estabelecer um plano (ou uma política) de intervenção. O estudo das práticas que definem e constróem a identidade da vila, como é o caso das Festas do Barrete Verde, complementaria as análises sugeridas. E, como é evidente, seria impensável realizar uma acção concertada sem conhecer todos os aspectos técnicos (por exemplo da conservação de edifícios e dos materiais a utilizar) e ambientais da área sujeita a intervenção.

6.1. O Núcleo Antigo de Alcochete – algumas sugestões para o seu ordenamento.

“Uma sociedade em mudança confronta-se, mais do que qualquer outra, com a questão da heterogeneidade. Gerir, em simultâneo, o que resta da tradição e o que a modernidade trouxe de novo corresponde a representar uma temporalidade complexa, por vezes aparentemente contraditória.” (SILVANO, Filomena, 1997, p. 33)

Gerir um Núcleo Antigo (ou, aliás, qualquer outro espaço), implica a compatibilização de dois factores, muitas vezes contraditórios, a tradição e da modernidade. E se, como acontece no caso de Alcochete, assistimos a um cenário de mudança acelerada, este conflito intensifica-se, podendo provocar, para além de mudanças no espaço, mudanças muito rápidas nas vivências da população.

Temos de ter consciência de que qualquer intervenção no espaço cria uma determinada memória. Normalmente, a tendência é querer guardar aquilo que ela tem de melhor, seja a imagem monumental reflexo da presença de uma certa classe possuidora de rendimentos elevados, sejam edifícios que reflectem uma história passada, que constitui um conjunto de valores a transmitir às gerações vindouras (como é o caso do passado “trabalhador salineiro” de Alcochete). Contudo, a persistência de memória aconteceria mesmo que se demolissem todos os edifícios, pois isso transmitiria do

mesmo modo uma mensagem sobre a conjuntura do momento e sobre quem tivesse tomado a decisão. Neste campo não existe imparcialidade, o que existem são opções de carácter subjectivo (reter o passado não é menos subjectivo do que escolher um certo futuro) e, no limite, poderíamos dizer que, quando se escolhe determinada opção, se está a criar passado, porque o presente é algo que não existe. Fazer coincidir estas opções com as vontades e representações dos habitantes é, para além de um processo democrático, uma forma de gerir o permanente conflito entre o passado e o presente em que todas as comunidades vivem.

É consensual entre todos os habitantes e autarcas de Alcochete que o Núcleo Antigo deve ser preservado. É também consensual a sua importância como conjunto patrimonial. Parece ser de facto uma certeza inevitável que o aspecto exterior, assim como a vivência da vila, vão ser alterados, e que esta alteração está relacionada com o aumento de acessibilidade que o concelho terá no futuro. Tal como já foi referido, Alcochete, [que, em meados da década de sessenta, se encontrava na mesma situação que o Montijo e o Barreiro, em termos de capacidade de polarização (MACHADO, Reis, 1970, p. 77)], e que é hoje sem dúvida o mais periférico e o menos urbano de todos os concelhos da AML nas margens do Tejo, ficará numa posição completamente diferente na rede viária da AML, adquirindo muito rapidamente uma capacidade polarizadora muito maior do que a que possui actualmente.

O primeiro aspecto que gostaríamos de referir é que a gestão do Núcleo Antigo não deverá alhear-se desta realidade, sob pena de criar uma situação de autismo irreversível. Nos últimos anos, o efeito destas mudanças começaram já a fazer-se sentir, uma vez que os pedidos de construção e alteração para novos usos aumentaram significativamente. Contudo, o ritmo de transformação irá aumentar, pelo menos nos tempos mais próximos, e caberá à Câmara continuar a manter, como tem acontecido até agora, o equilíbrio entre as novas intervenções e as necessidades dos habitantes.

Outro aspecto que nos parece essencial, é que a Câmara deverá, quanto antes, assumir uma posição e uma política concreta para o seu Núcleo Antigo. Isto pode não implicar obrigatoriamente a criação imediata de planos ou regulamentos, mas deverá existir uma coerência interna relativamente ao que os técnicos e os autarcas pensam ser

melhor, procurando uma actuação coincidente com um tipo de planeamento integrado. Planos ou regulamentos deverão conferir legalidade a uma prática que exista de facto, e se forem feitos apressadamente, sem haver quem os aplique, são apenas impecilhos burocráticos ineficazes.

A questão de uma política para o Núcleo Antigo remete-nos para a gestão do espaço público, pois mais tarde ou mais cedo terá de se decidir qual a imagem que se quer para o exterior da vila (por exemplo, no que diz respeito a sistemas de obscurecimento, toldos, publicidade, iluminação, mobiliário urbano, etc.). Não se trata nem de impedir a introdução de inovações através de certas opções, nomeadamente ao nível dos materiais, nem de escolher o mais bonito e o mais autêntico (ambos são conceitos abstractos e que diferem segundo o contexto em que estão inseridos). Trata-se fundamentalmente de oferecer duas ou três alternativas possíveis, tal como se faz já com os alumínios, tentando que, progressivamente, se crie alguma homogeneidade.

Esta é a razão pela qual conhecer as representações da população é tão importante, uma vez que elas demonstram a vontade que a comunidade possui de manter, ou não, determinadas características. A participação da população, essencial neste processo, deverá começar antes da elaboração dos planos e projectos, e fazer parte de uma atitude continuada (e não pontual). Em Alcochete houve já algumas experiências de envolvimento da população nos novos projectos, como aconteceu na renovação do Rossio, mas não foram totalmente eficazes, pois não houve lugar para propostas de alteração, embora tenham tido muita importância do ponto de vista da sensibilização da população.

Em Alcochete poderia tirar-se proveito do facto de haver, pelo menos até agora, uma relação muito próxima entre a Câmara e os munícipes, o que torna mais fácil, por um lado, o conhecimento por parte da autarquia das opiniões e preocupações dos habitantes, expressas informalmente e, por outro, aos habitantes expressarem essas mesmas opiniões, uma vez que existem inclusive muitas vezes relações de amizade ou mesmo parentesco. Não obstante este interconhecimento, algumas situações, pela sua importância, merecem ser sujeitas a processos mais formais, que possam levar à alteração de projectos (tais como a apresentação em Assembleia Municipal e/ou a

consulta pública, acompanhada por sessões de esclarecimento) ainda que isso não represente uma obrigação legal.

Seria talvez útil a formação de uma comissão que reunisse os diversos parceiros sociais (representantes das escolas, autoridades civis e religiosas, associações recreativas, representantes do comércio e indústria local, etc.), podendo esta ser convocada periódica ou extraordinariamente. A constituição de uma comissão deste tipo, e a sua integração no processo de tomada de decisão, seria concertada uma forma de auscultar os anseios da população, facilitando assim a integração de aspectos subjectivos na gestão do espaço. Esta sondagem de opiniões poderá ser precedida ou acompanhada por pequenos inquéritos, o que a Câmara fez já em algumas ocasiões (para sondar a receptividade dos idosos quanto à possível construção de um Centro de Dia, por exemplo).

Um factor essencial neste processo é a “educação patrimonial”. Só se pode valorizar e proteger aquilo que se conhece. Tal como demonstrámos no capítulo anterior, muitos alcochetanos não conhecem o Núcleo Antigo (ou melhor, conhecem-no, mas não sabem da sua existência...), pelo que seria muito importante proceder à divulgação desta realidade. Em Alcochete os limites são evidentes para quem conhece a vila e é convidado a reconhecer a sua zona antiga, mas não são identificados imediatamente como Núcleo Antigo (como o seriam, por exemplo, se fosse uma vila dentro de muralhas). Uma vez que os alcochetanos, depois de identificarem a zona antiga, consideram que ela é uma área a preservar, seria útil procurar alargar o conceito de património (que se encontra já vulgarizado e associado a uma valorização do espaço e que é, como vimos, algo fragmentado) a esta área. Esta noção de Núcleo Antigo (ou Centro Histórico) já existe em relação ao Bairro das Barrocas (e lembramos que o facto tem a ver com a actuação da Câmara e do GTL), pelo que esta acção de sensibilização consistiria apenas em estender este conceito a todo o Núcleo Antigo.

Assim, proceder-se-ia à divulgação da realidade do Núcleo Antigo, dos seus limites (e também dos monumentos classificados e edifícios notáveis existentes no seu interior), dando a conhecer as razões da sua existência, e também um pouco da história do crescimento urbanístico da vila. Esta divulgação poderá ser feita pelos veículos a que a

Câmara usualmente recorre (Boletim Municipal, exposições), através de outras iniciativas, tais como a elaboração de um cartaz e postais promocionais ou através de um concurso de fotografia. Tudo isto poderá inclusivé ter como público-alvo pessoas que não residam em Alcochete.

Mas a divulgação do Núcleo Antigo terá necessariamente de passar por uma acção mais cuidada, dirigida à população de Alcochete e principalmente aos habitantes do Núcleo Antigo. Uma vez que todos desejam que se mantenham as características habitacionais do Núcleo Antigo, essa deve ser uma forte aposta, e todas as acções de sensibilização e divulgação poderão concertar esforços no sentido de fazer chegar esta mensagem não só aos habitantes do Núcleo Antigo, mas também a todos os restantes, potenciais futuros habitantes deste espaço.

À semelhança de experiências levadas a cabo noutros locais, nomeadamente no Reino Unido, poderia ser elaborada uma pequena publicação, necessariamente colorida e atraente, que incluiria uma apresentação do Núcleo Antigo e das suas características, explicando os critérios da delimitação, acentuando as vantagens de manter a memória construída, em termos de preservação do património e também em termos turísticos, e alertando os particulares para a necessidade de não criar dissonâncias e de consultar a Câmara sempre que se realizem obras. Seria ainda mencionado o horário de atendimento dos técnicos da Câmara para esclarecimento de dúvidas.

Na mesma publicação, ou numa outra posterior (e menos “turística”) a Câmara poderá divulgar a sua política para o Núcleo Antigo, explicando a importância de manter a harmonia do conjunto (embora existam realidades diversas dentro do Núcleo Antigo) indicando materiais, cores e formas, soluções técnicas (nomeadamente quanto à gestão de espaços interiores e uso de energia), apresentar exemplos de intervenções bem sucedidas, possíveis esquemas de financiamento, sanções, opções que poderão ser tomadas por comerciantes ou outras entidades que ocupem edifícios no Núcleo Antigo, tais como associações recreativas.

Este tipo de publicações, assim como outros pequenos folhetos informativos poderão tirar partido do facto de os alcochetanos considerarem, por exemplo, que o branco é a cor tradicional das suas casas, e que as igrejas e estátuas são elementos importantes,

pois isso pode ajudar a transmitir a importância da gestão do espaço público, que também não é considerado património no seu conjunto, mas apenas através de elementos individuais.

Ainda dentro do âmbito educativo, dever-se-ia privilegiar o contacto com as escolas do concelho, uma vez que os jovens se mostraram bastante receptivos a aumentar os seus conhecimentos sobre o seu património. Cremos que a juventude de Alcochete possui ainda um razoável conhecimento do espaço do Núcleo Antigo que está, apesar de tudo, a perder-se. Poderiam estabelecer-se, contactos entre a Câmara e os professores que permitissem integrar nos programas e nas actividades escolares o aumento do conhecimento do património do concelho, estimulando o trabalho de pesquisa sobre o património local. Estes trabalhos poderiam servir como base a iniciativas como, por exemplo, a organização em Alcochete de um Forum de Estudantes de Municípios com Centro Histórico (aproveitando a existência da associação com o mesmo nome), onde se divulgariam os resultados das pesquisas elaboradas, criando-se um espaço de debate onde questões como as vantagens e inconvenientes de residir num município com Núcleo Antigo poderiam ser abordadas, não só por especialistas, mas também pela população escolar.

Mas, uma vez que a população de Alcochete não é só as crianças e os jovens, poderiam ser também promovidas acções de sensibilização de outros sectores da população, como os idosos, as mulheres e os membros de associações.

A divulgação do património e do Núcleo Antigo poderá também ser associada às comemorações que têm lugar ao longo do ano. Até certo ponto, isto já é feito nas Festas do Barrete Verde e das Salinas, mas tentar-se-ia procurar estabelecer uma ligação mais estreita entre o espaço físico e a memória, aproveitando para divulgar o Núcleo Antigo e o património edificado do concelho, relacionando-os com o património cultural, que, podemos afirmá-lo, tem nesta semana a sua expressão máxima. As ruas das Barrocas são enfeitadas com motivos alusivos às salinas e ao mar, e realizam-se festejos que incluem procissões, largadas de touros, animação musical, feira, gastronomia tradicional, materializando no espaço do Núcleo Antigo todos os elementos da tradição alcochetana.

Não pretendemos com estas sugestões insinuar que o Núcleo Antigo de Alcochete se transformaria num museu de ar livre, onde os habitantes seriam uma espécie de personagens que testemunhariam o viver de outrora. O Núcleo Antigo não é um espaço delimitado, testemunho da memória, no interior do qual existem regras e se vive de modo tradicional e no exterior do qual se pode viver na modernidade. Aquilo que se pretende não é sugerir que se crie um espaço que não seria mais do que uma interpretação do passado, mas antes dizer que há que tornar evidente a relação entre as dimensões material e imaterial da cultura alcochetana, quaisquer que elas sejam, em qualquer tempo. Pensamos que as vivências tradicionais não estão, para já, ameaçadas. As mudanças que irão a ocorrer preocupam os alcochetanos porque se realizarão a um ritmo muito mais rápido do que até aqui, e serão, portanto, muito mais visíveis a médio prazo.

Uma das preocupações dos alcochetanos é a chegada de novos habitantes a Alcochete, que venham alterar as vivências da vila. Em princípio, os recém-chegados que desejem habitar no Núcleo Antigo estarão à partida dispostos a sujeitar-se a alguns dos inconvenientes que este local de residência lhes trará, embora o facto de não terem crescido naquele lugar os torne sempre diferentes dos antigos ocupantes e um pouco mais imunes ao apertado controle social que é exercido sobre os seus vizinhos. Mas não pensamos ser essa a questão fulcral, uma vez que acreditamos que, caso isso seja viável economicamente, existirão ocupantes para este mercado imobiliário, desde que as casas possam corresponder minimamente aos padrões de habitabilidade dos dias de hoje (o que por vezes poderá ser difícil, uma vez são espaços construídos noutras épocas, destinados a responder a expectativas diferentes). Mas se houver vontade dos habitantes e da Câmara de investir na procura de soluções tecnológicas que forneçam serviços e soluções que melhorem as condições das casas, é possível que exista um grupo de pessoas que esteja disposto a abdicar de alguns padrões da modernidade para habitar num espaço que poderá ser um nicho de qualidade de vida.

Obviamente não podemos abordar esta questão sem falar dos problemas económicos dos habitantes do Núcleo Antigo e da fraca capacidade monetária dos alcochetanos para adquirir casas, nomeadamente no caso dos jovens. Isto leva-nos a pensar que este mercado será destinado a pessoas de Alcochete, ou com algumas ligações à vila, que

possuam aspirações menos urbanas do que os jovens e maior capacidade financeira do que eles. Quanto aos actuais habitantes, muitos deles poderão não querer alterações, quer porque não possuem aspirações ligadas a outros padrões de habitabilidade, quer porque isso se poderia tornar demasiado dispendioso para os seus recursos.

Mais uma vez, parece-nos que a autarquia deverá desempenhar um importante papel na criação de condições de habitabilidade e qualificação deste espaço, informando os habitantes da intenção de criar um Núcleo Antigo com um aspecto físico homogéneo. Contudo, isso não implicará de forma alguma retirar às pessoas o direito que têm ao conforto e a viverem melhor do que antes. Proteger não significa voltar ao antigamente, mas sim aceitar novas soluções de qualidade para uma nova realidade, sempre em evolução.

Mencionámos já o facto de a dimensão da vila (juntamente com o estreito relacionamento que existe entre a autarquia e os munícipes), permitir resolver praticamente caso a caso os problemas que surgem em Alcochete. Pensamos que se deve tentar manter esta individualidade nas intervenções, porque apesar de possuir algumas características comuns, como já apontámos, o Núcleo Antigo de Alcochete é no seu interior bastante diverso. Referimos já que a expansão do Núcleo Antigo para a periferia se processou muito lentamente e que até à década passada as grandes transformações ocorreram no seu interior. Por esta razão, não há uma uniformidade temporal em todo o Núcleo Antigo, o que justifica plenamente a existência de soluções diferentes, analisadas caso a caso. Não há pois razão para que um edifício construído nos anos sessenta seja encarado da mesma forma que uma casa Arte Nova ou uma casa das Barrocas.

Por esta razão, pensamos que a gestão de um Núcleo Antigo é algo que não deve ser feito de ânimo leve, sem estudos técnicos, mas também académicos, que a acompanhem. Cada Núcleo Antigo é um caso único e embora existam algumas regras que podem ser consideradas universais nesta área (e que estão já consagradas em cartas, recomendações e legislação nacional e internacional), deve ser cada Núcleo Antigo a conhecer as suas especificidades e a delas tirar o proveito que desejar, valorizando o seu potencial endógeno.

A proximidade da população e a informalidade de relacionamento podem ser consideradas vantagens (embora por vezes possam também representar inconvenientes...) que devem ser rentabilizadas ao máximo. Relatos de técnicos de outras autarquias referem essa mesma realidade. A Arquitecta da Câmara Municipal da Guarda relata uma experiência semelhante à de Alcochete (CASTRO, Maria José Abrunhosa de, Dezembro 1991), ao falar da importância da aprendizagem mútua entre técnicos e autarcas, numa contenda onde o executivo municipal que, pressionado por ambos, tem o poder de decidir, acaba também por evoluir. Estes testemunhos são interessantes quando comparados com, por exemplo, o caso de Évora. Nesta cidade, existem formas institucionalizadas de comunicação com a população, duas comissões consultivas, a Comissão Municipal de Arte, Arqueologia e Defesa do Património e a Comissão Municipal de Trânsito (GUERREIRO, José Emílio, Dezembro 1991). Sem dúvida que nesta cidade os autarcas são também interpelados na rua e que existe também, sobretudo na zona histórica, um elevado grau de interconhecimento. Contudo, é evidente que quanto maior for o espaço a gerir, menor será a informalidade no relacionamento entre a Câmara e os seus munícipes. Pensamos, portanto, que este tipo de relacionamento deverá ser incentivado, procurando que os problemas sejam resolvidos conjuntamente. Relataremos ainda, a título de exemplo, uma outra forma de gerir o relacionamento entre Câmara e munícipes, na cidade de Beja. A Câmara elaborou um plano (*Bairro das Portas de Mértola, Plano de Pormenor*, 1985), tendo adquirido uma casa no bairro, onde expôs todo o material relativo ao acompanhamento da sua implementação (RAMÔA, Ana Maria; CALDAS, Eugénio Castro, 1994).

Mas não falámos ainda de um aspecto fulcral na gestão dos Núcleos Antigos - os edifícios (uma vez que a reabilitação é essencial para a existência destes espaços). Em Alcochete, Câmara e habitantes estão dispostos a ditar e aceitar certas imposições, desde que sejam justificadas e sejam apresentadas alternativas de escolha. Falámos já várias vezes da importância da actuação da Câmara nesta área. Mas um aspecto essencial é que nada é melhor, em termos de educação e sensibilização destinada à preservação de edifícios, do que dar bons exemplos. E estes deverão partir, em primeiro lugar, da autarquia, o que a Câmara de Alcochete tem conseguido fazer, embora algumas vezes, no passado, menos satisfatoriamente.

Uma vez sensibilizada a população, há que tentar evitar exemplos como os que nos são relatados pela Architecta da Câmara da Guarda:

“Começam agora a apresentar-se outro tipo de problemas. O afã de recuperar que se está a apossar de muitos proprietários leva-os já não a querer demolir ou a pôr alumínio – coisa que os próprios autarcas já dificilmente aceitam – mas a dar uma imagem «rústica» aos edifícios, mais ao estilo de certas revistas de decoração do que à arquitectura tradicional: madeiras envernizadas, ferragens exuberantes, paredes descascadas, juntas de granito tornadas com cimento e pintadas.

Claro que é muito mais difícil, senão impossível, mandar embargar uma obra destas. Se toda a gente diz que está a ficar tão bonito...” (CASTRO, Maria José Abrunhosa de, Dezembro 1991, pp. 37-38)

Este testemunho reforça a importância de manter um trabalho contínuo, de estar sempre disposto a recolher novas opiniões da população e a fornecer-lhe explicações e apoio técnico, caso seja necessário. Um Núcleo Antigo é uma realidade dinâmica e em permanente interacção não só com o exterior do seu perímetro, mas com o resto da região e do país e mesmo com o resto do mundo, pois, tal como referimos, os habitantes do Núcleo Antigo sofrem as mesmas influências globalizantes que os seus vizinhos, que habitam fora desta histórica delimitação.

Este aspecto da globalização chama-nos a atenção para o facto de não podermos pensar que o Núcleo Antigo de Alcochete será impermeável ao exterior, ou que será uma bolsa de qualidade, rodeada por espaços de menor qualidade urbana. Os limites são algo de necessário, mas apenas do ponto de vista da identificação de uma realidade, tal como afirmámos ao falar da importância de levar ao conhecimento dos alcochetanos o seu Núcleo Antigo. Reafirmamos que o facto de haver duas delimitações dentro da vila (o exterior e o interior do Núcleo Antigo), não deverá implicar perda de direitos ou deveres para nenhuma delas, apenas a existência de realidades distintas. A questão do relacionamento com a zona periférica é tanto mais importante quanto se torna imprescindível não criar *espaços mortos*, zonas de ninguém, entre o Núcleo Antigo e as áreas suburbanas. A vila expandiu-se sempre para zonas adjacentes e é desejável que se mantenha uma certa continuidade, embora

possa haver, como nos disse um dos entrevistados, a “vila velha” e a “vila nova” (Entrevista n.º 14, 1996).

Porém, há outro tipo de articulações que é indispensável que se faça, nomeadamente com outras entidades que operam no mesmo espaço, como a Igreja, o IPPAR e a Administração do Porto de Lisboa. Contudo, a relação com as instituições é, podemos dizê-lo, bastante mais complicada do que com a população.

Quer a Câmara quer os munícipes se mostraram favoráveis à realização de projectos de arquitectura moderna no Núcleo Antigo, desde que beneficiassem o enquadramento da área e o integrassem. Assim, e uma vez que a construção deste tipo de edifícios poderá valorizar a vila, esta hipótese deverá ser considerada, desde que a população e a autarquia possam ter alguma voz no processo.

Quanto à introdução de novos usos, parece ter sido satisfatoriamente levada a cabo ao longo dos anos, embora seja recomendável alguma precaução no futuro quanto à densidade de actividades de lazer, uma vez que a dimensão do Núcleo Antigo é relativamente reduzida e se pretende manter a função habitação. Mas não podemos esquecer que um espaço pode ser reapropriado de uma maneira nova (como aconteceu no caso do Rossio) adquirindo novas funções e passando a representar um papel diferente no contexto do Núcleo Antigo, sem que isso implique o seu desaparecimento.

Todas as actividades sociais têm lugar num determinado espaço. Porém um espaço pode acumular diversos tipos de actividades, em simultâneo ou não, e as actividades que aí têm lugar podem mudar ao longo do tempo. Por exemplo, o Largo da Misericórdia é hoje o local onde os jovens se concentram, sobretudo à noite, mas até há alguns anos era considerado o local de encontro, durante o dia, o dos idosos da vila, que se juntam hoje no Largo de S. João, em frente à Câmara. O jardim junto à Igreja Matriz sofreu uma alteração nas suas actividades sociais, pois deixou de ser um local de passeio para se tornar num ponto de encontro de tóxico-dependentes. Esta é, aliás, uma questão com que a Câmara e os alcochetanos se estão a preocupar, pois a atitude actual é de alguma condescendência em relação a estes jovens, dado que a maioria deles é conhecida dos habitantes, mas poderá tornar-se um local de insegurança (o que

ainda não se verifica hoje, pois os alcochetanos não demonstram medo de passar no local, embora não usufruam dele).

Uma actividade que todos desejam para o Núcleo Antigo é o turismo. A chegada de uma “população circulante” (FARIA, António S. Lobato de; ROSETA, Helena, 1989), parece ser um desejo de todos, entre outras razões que já expusemos, por representar alguma prosperidade económica. Mas que tipo de turismo é que se quer para esta vila? Algumas experiências portuguesas poderão servir de exemplo. É o caso de Óbidos, que possui sobretudo um “turismo circunstancial” (PEDRAS, Hernâni José Leal et al, 1994), de passagem e não temporário, o que teve como consequência que todo o comércio da vila se direccionou para este tipo de turismo, transformando em lojas antigas habitações.

O valor paisagístico do concelho de Alcochete poderá levar os seus habitantes e autarcas, legitimamente preocupados com a parca oferta de emprego do concelho, a transformar o Núcleo Antigo em algo totalmente direccionado para o exterior. Mais uma vez, chamamos a atenção para o papel da autarquia e para o facto de as iniciativas culturais (para além das outras, ligadas ao espaço físico) se dirigirem não só para o exterior, mas sobretudo para os habitantes de todo o concelho, procurando aumentar o bem estar da população. A oferta turística poderá tirar partido de se localizar no concelho parte da Reserva Natural do Estuário do Tejo e a Zona de Protecção Especial das salinas do Samouco, criando um tipo de turismo menos “circunstancial”, mais relacionado com actividades de ar livre e interesse por uma complementaridade entre o património natural e cultural. Estas actividades deverão ser também dirigidas aos alcochetanos, que pouco usufruem dos espaços naturais do seu concelho.

Tentámos, ao longo deste ponto dar algumas directrizes para o Núcleo Antigo de Alcochete que, para além da sua eventual utilidade prática, procurem mostrar como as informações que resultaram da análise ao discurso da população podem ser transformados em sugestões de acções concretas que correspondam às expectativas por ela expressas.

Estas sugestões, contudo, não fariam sentido noutro contexto espacio-temporal. Um futuro estudo a realizar daqui a cinco ou dez anos, observando retrospectivamente todos os modos hoje imponderáveis como o Núcleo Antigo reagiu à entrada em

funcionamento da nova ponte, levaria a outras sugestões. O ordenamento é também feito de erros, ajustes e, sobretudo, do questionar daquilo que se faz, confrontando-o com aquilo que se deseja para o futuro. E isto é válido não só para as Câmaras, pois a elas cabe uma grande parte da responsabilidade do ordenamento do seu território, mas também para os habitantes, que terão de, progressivamente, tomar consciência das possíveis consequências das suas intervenções no espaço que ocupam. Tomar consciência de uma temporalidade e de uma espacialidade mais abrangentes, significa viver num mundo mais urbanizado, que faz parte de uma modernidade global mais vasta.

No fundo a questão que aqui se coloca é como gerir as opiniões contraditórias quanto ao futuro, ou seja como gerir o permanente conflito em que a modernidade nos coloca? Como poderá o Núcleo Antigo de Alcochete agarrar as características que em si mesmo admira e usufruir daquilo que o exterior lhe pode proporcionar?

Estas questões, para as quais não temos uma solução única e definitiva, estão intimamente ligadas com a questão dos conflitos de identidade em que o mundo ocidental vive nos dias de hoje. Aquilo que poderemos referir neste caso é que a tradição é muito mais do que o seu suporte construído e que a cultura de Alcochete possui uma identidade própria, que não desaparecerá. Poderá talvez transformar-se, como tem desde sempre acontecido, poderá ser estimulada (os concursos de gastronomia que a Câmara promove anualmente são uma prova disso) e os habitantes poderão manter as suas características (materiais e imateriais), caso o desejem, ou vejam nisso alguma vantagem.

Contudo, não nos parece que o futuro do Núcleo Antigo de Alcochete deva ser o de último reduto rural e tradicional da AML, numa perspectiva romântica e museológica daquele espaço, pois nem é o que os seus habitantes desejam, nem isso seria manter as suas características. Seria antes criar algo de artificial e que nunca existiu, uma imagem cristalizada de uma vila parada no tempo.

O Núcleo Antigo de Alcochete é um aglomerado urbano coeso, mas só existe graças à actuação, ao longo de séculos, dos seus habitantes. A consciência que hoje se tem da importância da preservação do património provoca receio pela mudança. Mas

pensamos que o primeiro passo está dado, está criada a consciência da necessidade de fazer algo para conservar a memória, mas sem impedir que essa memória mude, caso os seus “protagonistas” o desejem, pois o espaço e o tempo interagem permanentemente, criando constante mudança:

“No place remains unchanged except heaven, hell, and outer space, and none of those is fit for human beings.” (LYNCH, Kevin, 1980, p. 72)

6.2. O Núcleo Antigo de Alcochete num contexto mais vasto de Ordenamento do Território.

“A abordagem das transformações do território passa necessariamente por uma abordagem dos novos géneros de vida. (...) A transformação dos novos géneros de vida está associada a uma transformação global do espaço. Basicamente ao aparecimento de uma organização do tipo rede por oposição a uma organização tradicional, mais enraizada e sedentária, e a uma transformação, mais localizada, dos espaços públicos e semi privados, das suas características e das novas relações com os espaços envolventes.” (SILVANO, Filomena, 1997, p. 67)

Referimos várias vezes a espacialidade mais abrangente de que Alcochete faz parte e o facto de a relação espaço/tempo entre este concelho e os que o rodeiam, em especial os da Península de Setúbal, se ir alterar a breve trecho. Gostaríamos agora de apresentar esse enquadramento mais vasto de que o Núcleo Antigo de Alcochete faz parte.

O facto de estar a sofrer uma transformação do seu espaço faz com que Alcochete se encontre precisamente na transformação entre o local como universo exclusivo, e o surgimento da noção de uma espacialidade mais abrangente. É disso exemplo o facto de os alcochetanos mais jovens alargarem o seu universo espacial quotidiano à Península de Setúbal.

A margem Sul e a margem Norte do Tejo são duas realidades bastante distintas e o rio é uma barreira física e mental bastante notória. O facto de as comunicações rodoviárias proporcionarem grandes alterações nos hábitos dos habitantes não irá, na nossa opinião, desvanecer esta distinção. A Península de Setúbal foi por isso a unidade territorial de ordenamento que escolhemos, para elaborar algumas sugestões de enquadramento do concelho de Alcochete numa óptica mais vasta de Ordenamento do

Território.

Alcochete é uma vila pequena e com bastantes características não-urbanas, mas faz parte de redes mais vastas. Ainda que não possua, nem venha provavelmente a possuir, muita importância, por exemplo, na rede de relações económicas, poderá tê-lo a outros níveis, como seja a nível patrimonial e turístico. A criação de redes de património e de turismo poderá proporcionar a existência de redes complementares, existindo num mesmo território várias redes locais e, em simultâneo, redes mais globalizantes.

A Figura 6.2.1 - Localização dos Núcleos Antigos e Centros Históricos da Península de Setúbal, representa a rede de Núcleos Antigos (ou Centros Históricos, consoante as designações dadas pelas Câmaras) da Península de Setúbal. O facto de haver muito mais núcleos em alguns concelhos do que noutros tem sobretudo a ver com critérios diferentes, uma vez que alguns concelhos assinalam os antigos núcleos rurais enquanto que outros (como Alcochete) apenas designam núcleos históricos urbanos, não atribuindo qualquer designação específica aos restantes aglomerados. Para elaborar uma rede completa teríamos eventualmente de incluir estes outros aglomerados no mapa físico e mental da península. Mas o que aqui apresentamos permite-nos já constatar a riqueza patrimonial deste território.

O mapa seguinte (Figura 6.2.2. - Localização do Património da Península de Setúbal) corrobora esta afirmação ao localizar também todos os elementos de património

construído da Península de Setúbal. Como podemos verificar, existem vários cachos de património e a sua localização coincide em grande parte com a dos Núcleos Antigos. Ou seja, é nos aglomerados urbanos que se situa o maior número de elementos de património o que, por um lado, seria até certo ponto previsível, por outro, reafirma a importância dos Núcleos Antigos como pólos agregadores numa rede mais vasta de património.

Estamos agora em posição de poder sugerir a elaboração de percursos patrimoniais. Este tipo de percursos poderia ser organizado de várias formas, como por exemplo tematicamente (património religioso, moinhos e azenhas, sítios rurais), cronologicamente (património manuelino ou medieval), e ser apoiado em aspectos característicos de cada local, tais como os espectáculos equestres ou até mesmo a gastronomia. O incentivo à realização destas actividades ou de outras não fará mais do que formalizar uma unidade cultural que pensamos já existir, na Península de Setúbal.

Em todos estes mapas é visível a importância da rede viária como elemento estruturador do território. Alguns Núcleos Antigos situam-se precisamente ao longo de estradas ou em pontos importantes de acesso, nomeadamente ao mar, o que nos leva a reflectir uma vez mais na importância de apreender o espaço numa óptica mais ampla. Se falamos de rede, então não podemos referir apenas os seus nós, temos também de pensar os segmentos que os unem, numa junção entre aquilo a que Marc Augé chama o “não-lugar”, e o lugar, o espaço de circulação, sem uma identidade definida, que conduz ao espaço identitário por excelência, neste caso os Núcleos Antigos. Estes dois espaços, de certo modo, existem um em função do outro, alimentando-se daquilo que possuem de contraditório:

“Um contraste: é precisamente nas entradas das cidades, no espaço pouco característico dos grandes empreendimentos habitacionais, das zonas industriais e dos supermercados, que se erguem os *placards* apelando-nos a visitar os monumentos antigos.” (AUGÉ, Marc, 1994, pp. 79-80)

A tomada de consciência por parte dos alcochetanos desta realidade de pertença a uma rede mais vasta de elementos que estruturam o território, poderá incrementar a tomada de consciência da importância de preservar o seu Núcleo Antigo. A existência (formal,

uma vez que elas existem já conceptualmente) destas redes poderá também proporcionar a troca de experiências, a comparação de políticas entre os vários municípios intervenientes, podendo ser criadas parcerias entre municípios ou ainda entre os estes e outros parceiros sociais.

Um outro tipo de enquadramento que podemos realizar é o dos espaços naturais com os espaços culturais, que se encontra representado na Figura 6.2.3. - Localização dos Núcleos Antigo/Centros Históricos, Património e Reserva Ecológica Nacional (REN) da Península de Setúbal, em que incluímos a Reserva Ecológica Nacional. Neste mapa visualizamos a interacção que existe entre o património natural e cultural. Poderíamos perspectivar para este território a existência de uma rede de Corredores Verdes que incluísse todos estes elementos. Corredores Verdes são, segundo uma definição de Charles E. Little:

“Espaços livres lineares ao longo de corredores naturais, como frentes costeiras, cursos de água e linhas de feito, ligando entre si grandes e pequenos espaços, como reservas naturais, sítios históricos e elementos do património cultural, incluindo aglomerados urbanos classificados.” (MACHADO, João Reis; ANDERSEN, M. Teresa; RICO, Ana Toscano; GRANADO, Isabel, 1994)

Como podemos observar, os Núcleos Antigos poderiam constituir os nós desta rede, que aliás incluiria também os restantes elementos de património. Implementar na prática uma rede de percursos de lazer ou de circulação quotidiana em todo o espaço da Península é algo que tem muito mais implicações do que as que aqui apresentamos. Pretendemos apenas mostrar que existe um enorme potencial para esta região, nesta área.

O espaço urbano não é de modo algum autónomo do espaço natural. Gostaríamos de acentuar a importância de ter consciência desta interacção quando se pretende uma gestão democrática e integrada do território (os problemas postos pela existência de um Núcleo Antigo são semelhantes aos que se põem aos directores dos parques naturais, não têm uma só face, nem uma só dimensão, e qualquer actuação tem implicações em muitos níveis da realidade). De facto, o património é uma das várias componentes humanas do ambiente (*Lei de Bases do Ambiente 1987-1997*, 1997), e a

gestão dos Núcleos Antigos é um problema de ambiente urbano, onde muitos outros factores, para além dos edifícios e das representações espaciais e vivências dos habitantes, interagem num mesmo espaço. É evidente que podemos dizer o mesmo de qualquer aglomerado urbano, mas os Núcleos Antigos possuem a particularidade (tal como os parques naturais) de serem exemplares únicos no mundo (designação que, lamentavelmente, não podemos aplicar aos subúrbios desses mesmos núcleos). E é a consciência de que recebemos uma herança, seja ela património natural, construído ou ambos, que queremos transmitir às gerações futuras, numa óptica de sustentabilidade, que faz com que queiramos preservar alguns aspectos da realidade que conhecemos, para criar uma continuidade entre o passado e o futuro, garantindo aos Núcleos Antigos uma qualidade ambiental que alie a qualidade do meio construído e a do ambiente físico.

7. A ilusão do tempo.

Ao longo deste trabalho fizemos repetidas menções às noções de tempo e espaço e à sua importância no estudo e na gestão dos Núcleos Antigos. Desenvolvemos a questão do espaço do Núcleo Antigo de Alcochete, mas não podemos deixar de fazer uma última referência à questão do tempo.

A mudança não é mais do que o desenrolar de acontecimentos num determinado espaço ao longo do tempo. Hoje em dia, o grau de incerteza em relação ao que se passará no nosso universo diário futuro aumenta, na medida em que cada vez menos podemos controlar os factores que influenciam o espaço, dado que as decisões são tomadas a níveis muito mais globais e exógenos do que o eram anteriormente:

“A primazia do local nos cenários pré-modernos tem sido largamente destruída pela descontextualização e pelo distanciamento espacio-temporal. O local tornou-se fantasmagórico porque as estruturas que o constituem já não estão organizadas localmente. O local e o global, por outras palavras, tornaram-se inextricavelmente interligados.”
(GIDDENS, Anthony, 1992, p. 84)

O Ordenamento do Território é precisamente um dos meios de tentar que o local não se transforme num cenário onírico e irreal. Procura-se que a população intervenha e que os seus representantes ajam no sentido de criar uma continuidade durável, aumentando, na sua vida quotidiana, o peso das decisões endógenas em detrimento das exógenas (FRIEDMAN, John et al, 1979). Procura-se assim estabelecer uma continuidade histórica, em que não haja rupturas entre o tempo e o espaço. Mas esta continuidade histórica (que, no fundo, resulta da interacção entre o espaço e a identidade dos seus ocupantes) só é visível na longa duração:

“É também um facto que uma cidade é fundamentalmente uma criação das sucessivas gerações dos seus habitantes e, mesmo quando parte importante da sua estruturação se deve à acção limitada de um número limitado de homens, é só na sucessiva estratificação de várias gerações de habitantes que a podemos analisar.” (PEDREIRINHO, José Manuel, 1982, p. 15)

Tomar consciência deste facto é tanto mais importante no ordenamento dos Núcleos Antigos quanto é na realidade necessário que o tempo passe para se verem resultados das políticas adoptadas, para que os técnicos, os autarcas e as populações sobre elas

reflectam e tenham uma opinião, e para que as políticas possam ser analisadas retrospectivamente, e alteradas sempre que deixem de corresponder à identidade e às expectativas da população.

A identidade da comunidade, assim como os seus valores são factores essenciais na mudança. Ignorá-las conduziria ao progressivo esvaziar da memória da comunidade. Esta manifesta-se em aspectos imateriais (à partida mais difíceis de destruir), mas também nos elementos que a materializam. Ao longo deste trabalho procurámos também evidenciar a importância dos aspectos da cultura imaterial. Mas, sem o suporte construído que lhe dá existência física, esta não subsistirá (lembramos mais uma vez o exemplo dos Bororó). A citação seguinte ilustra esta reflexão e chama também a atenção para uma outra questão, que não queríamos deixar de mencionar aqui - o Ordenamento do Território não lida apenas com aspectos objectivos, ou com espaços que têm alguma utilidade, mas também com espaços e edifícios que possuem funções simbólicas, cuja importância para o património e a memória dos habitantes é crucial:

“O monumento, como a etimologia latina da palavra o indica, pretende ser a expressão tangível da permanência ou, pelo menos, da duração. (...) Sem a ilusão monumental, a história não passaria, aos olhos dos vivos, de uma mera abstracção. O espaço social está sobrepajado de monumentos que não são directamente funcionais, imponentes construções de pedra ou modestos altares de terra, que incutem em cada indivíduo o sentimento justificado de que, na sua maioria, lhe preexistem e sobreviverão. Estranhamente, é uma série de rupturas e descontinuidades no espaço que a continuidade do tempo representa.” (AUGÉ, Marc, 1994, pp. 66-67)

O Ordenamento do Território, e em especial o dos Núcleos Antigos, só será totalmente eficaz se tiver em conta todos estes aspectos humanos de que a identidade e os valores fazem parte, mas não poderá inventá-los (é possível inventar tradições, há disso alguns exemplos na história portuguesa, mas não num sistema democrático) nem obrigar a população a fixá-los num tempo determinado. A preservação das identidades e do seu suporte físico só se faz quando os indivíduos assim o desejam, e caso isso faça sentido na sua vida quotidiana, pelo que não adiantaria criar planos ou regulamentos cujo objectivo fosse manter a identidade de uma comunidade. As tradições não são aspectos regulamentados e subsistem, alterando-se ao longo dos tempos, enriquecidas ou não,

mas não desaparecem (e quando desaparecem o seu lugar é os museus e os livros de história).

Se a tradição se mantém, os suportes espaciais dessa tradição não desaparecem, embora possam sofrer alterações. Mencionámos já, no capítulo sexto, a importância da noção de sustentabilidade para o ordenamento dos Núcleos Antigos. Se pretendemos núcleos históricos (e também vilas e cidades) sustentáveis, temos de pensar que os espaços e as identidades que observamos hoje são também resultado de séculos de continuidade, onde mudanças, mais ou menos bruscas, foram formando lentamente aquilo que hoje conhecemos:

“Es bueno recordar que algunos famosos conjuntos urbanos, que estamos acostumbrados a considerar como unidades arquitectónicas globales, tardaran siglos en desarrollarse. La plaza de San Marcos en Venecia es un buen ejemplo. (...) Asi, pues, el tiempo empleado en la creación de la plaza de San Marcos fue de aproximadamente mil años; su forma evolucionó a lo largo de varias generaciones, en parte por el agrupamiento en cierta medida casual de edificios públicos y en parte por un diseño consciente.

En consecuencia, es importante para nosotros saber algo acerca de la influencia recíproca del factor tiempo y del medio ambiente social sobre la naturaleza de las tipologías urbanas”.

(JOHNSON-MARSHALL, Percy, 1966, pp. 27-28)

Este exemplo da Praça de São Marcos é bem ilustrativo das precauções que necessitamos de ter, ao tomar decisões sobre espaços cuja importância histórica é inegável. Não podemos esquecer que o ritmo a que as transformações se sucedem é cada vez mais rápido, e que não podemos arruinar em poucos anos aquilo que demorou séculos a formar-se e transformar-se, até chegar àquilo que hoje conhecemos. Mas temos de ter capacidade de reconhecer a dimensão temporal na construção dos fenómenos humanos. Há que evitar o risco de pensar que o que vemos hoje representa uma única dimensão temporal e tem de ser preservado como tal, sem criar uma continuidade com o futuro. Isso seria cair numa ilusão. Uma ilusão do tempo.

Bibliografia Geral

- A Preservation Charter for the Historic Towns and Areas of the U.S.*, (May 1992), Washignton, D.C., US/ICOMOS Committee on Historic Towns.
- ALARCÃO, Jorge de, (1987), *Introdução ao estudo da história e património locais*, Coimbra, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras de Coimbra.
- Anthropologie de l'espace, 1ere rencontre intern. de Syros*, (1995), Athenes, Laboratoire de la composition urbaine, Université Technique Nationale d'Athenes.
- Appleton Charter for the Protection and Enhancement of the Built Environment*, (August 1983), Ottawa, ICOMOS Canada.
- APPLETON, João, (Novembro 1995), “Razões e princípios para a preservação da Baixa Pombalina”, *Jornal Arquitectos*, ano 13, n.º 153, Lisboa, AAP, Novembro 1995.
- AUGÉ, Marc, (1994), *Não-Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Venda Nova, Bertrand Editora, Col. Últimas Letras.
- Bairro das Portas de Mértola, Plano de Pormenor*, (1985), Beja, Câmara Municipal de Beja, Serviços Técnicos Municipais.
- BRASSARD, W., (s.d.), *L'aménagement du territoire, les règles du jeu*, La Haye, Ministère de l'Habitat et de l'Aménagement du Territoire, Services de l'information.
- CABRITA, António Reis, (Fevereiro 1982), “Renovação urbana em Portugal - perspectivas sobre os principais estudos a empreender”, *Seminário sobre problemas urbanos*, Coimbra, JNICT, Comissão para a Investigação Urbana e Regional.
- Cadernos SPPC*, n.º 2 “Gestão e Tutela do Património”, (Fevereiro 1996), Lisboa, Sociedade para a Preservação do Património Construído.
- CAMAGNI, Roberto, (16 to 17 November 1995), “The form for a sustainable city”, paper presented at the International Conference *Urban utopias, new tools for the renaissance of the cities in Europe*, Berlin.

Campagne européenne pour la renaissance de la cité, (1982), Conférence générale Berlin (OUEST) 8-12 mars, Conclusions, Strasbourg, Conseil de l'Europe.

CAPABLANCA, Enrique, (Enero-Junio 1985), “La Habana vieja: anteproyecto de restauración”, *Ciudad y territorio*, Numero 63/64, Madrid, Instituto Nacional de Administracion Publica.

Carta de Veneza, Carta Internacional sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos sítios, (1966), II Congresso dos Arquitectos e Técnicos dos Monumentos Históricos, Veneza, ICOMOS.

Carta Europeia do Ordenamento do Território, (1988), Lisboa, Ministério da Qualidade de Vida, Secretaria de Estado do Ambiente, Direcção Geral do Ordenamento.

CASTRO, Maria José Abrunhosa de, (Dezembro 1991), “Recuperação urbana no Centro Histórico da Guarda (1980/1990)”, *Sociedade e Território, Revista de estudos urbanos e regionais*, ano 5, nº 14/15, “Património, ambiente e reabilitação urbana”, Lisboa.

Censos 91, XIII Recenseamento Geral da População 1991, XII Recenseamento Geral da Habitação, (Outubro 1993), Lisboa e Vale do Tejo, Resultados Definitivos, Lisboa, INE.

CHIVAS, Isaac, (1994), *Une politique pour le patrimoine culturel rural*, Rapport présenté à M. Jacques Toubon, Ministre de la Culture et de la Francophonie.

COELHO, Margarida, (s.d.), “A contribuição do património na reconquista duma identidade cultural, factor essencial para a regionalização, base do Ordenamento do Território”, *Seminário sobre o Ordenamento do Território*, s.l., JNICT, Comissão para a Investigação Urbana e Regional.

Conservation Areas, A Guide for Property Owners, (February 1992), Westminster, City of Westminster, Development Division, Department of Planning & Transportation.

CORDEIRO, Graça Índias, (1997), *Um Lugar na Cidade, Quotidiano e Representação no Bairro da Bica*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Col. Portugal de Perto.

CUSTÓDIO, Jorge, (1993), “Salvaguarda do Património - Antecedentes Históricos”, *Dar futuro ao passado*, Lisboa, IPPAR.

Declaration of Tlaxcala, (October 1982), Tlaxcala, Trinidad, ICOMOS.

DURKHEIM, Émile, (1912), *Formes elementaires de la vie religieuse*, Paris.

European Charter of the Architectural Heritage, (October 1975), Council of Europe.

European Cultural Convention, (1954), Paris, Council of Europe.

FARIA, António S. Lobato de; ROSETA, Helena, (1989), *Preservação de zonas históricas, relatório final*, vol. I - Memória síntese, vol. II - Proposta de Regulamento-Tipo, Lisboa, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

FERREIRA, Vítor Matias, (Setembro 1990), “La Península de Setúbal: une région industrielle à la recherche d’une autre logique de développement”, *Sociedade e Território, revista de estudos urbanos e regionais*, n.º especial, Enjeux Sociaux et transformations du territoire, Lisboa.

First Brazilian Seminar About the Preservation and Revitalization of Historic Centers, (July 1987), ICOMOS Brazilian Committee, Itaipava.

FRIEDMAN, John et al, (1979), *Territory and Function, the evolution of regional planning*, London, Edward Arnold Publishers.

GASPAR, Jorge, (1987), Portugal, os próximos 20 anos, v. VI, Ocupação e organização do espaço, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

GEENHUIZEN, Marina van; NIJKANMP, Peter, (16 to 17 November 1995), “Knowledge capacity of cities: toward an improved performance”, paper presented at the International Conference *Urban utopias, new tools for the renaissance of the cities in Europe*, Berlin.

GIDDENS, Anthony, (1992), *As consequências da modernidade*, Oeiras, Celta Editora.

GUERRA, Isabel, (Setembro 1990), “La Península de Setúbal: une région industrielle à la

recherche d'une autre logique de développement", *Sociedade e Território, revista de estudos urbanos e regionais*, n.º especial, Enjeux Sociaux et transformations du territoire, Lisboa.

GUERREIRO, José Emílio, (Dezembro 1991), "O processo de recuperação do Centro Histórico de Évora. Planeamento e prática urbanística - Ligados à população", *Sociedade e Território, Revista de estudos urbanos e regionais*, ano 5, nº 14/15, "Património, ambiente e reabilitação urbana", Lisboa.

GUNN, Angus M., (1978), *Habitat human settlements in an urban age*, Oxford, Pergamon Press.

HERCULANO, Alexandre, (1907), "Monumentos Pátrios, 1838", *Opúsculos*, Tomo II, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, Livraria Editora.

ICOMOS CHARTER On the Conservation of Historic Towns and Urban Areas, (October 1987), Washington DC, ICOMOS.

JOHNSON-MARSHALL, Percy, (1979), *Renovacion de ciudades*, Madrid, Instituto de Estudos de Administracion Local.

LAUWE, P. H. Chombart de, (1965), "Recherches sur le terrain et études de cas", *Manuel de la recherche sociale dans les zones urbaine*, Paris, UNESCO, Technologie et Société.

LEDROUT, Raymond, *Sociologie Urbaine*, (1968), Paris, Presses Universitaires de France, Collection SUP.

LÉVI-STRAUSS, Claude, (1986), *Tristes Trópicos*, Lisboa, Edições 70, Col. Perspectivas do Homem.

Local attraction, The design of new housing in the countryside, (1995), London, Council for the Protection of Rural England.

LYNCH, Kevin, (1996), *A imagem da cidade*, Lisboa, Edições 70, Col. Arte e Comunicação.

LYNCH, Kevin, (1980), *Managing the Sense of a Region*, Cambridge, Massachusetts; London, England, The MIT Press.

MACHADO, João Reis, (1970), *A região polarizada de Lisboa, tentativa de traçado e caracterização*, Lisboa, Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Indústria, Instituto Nacional de Investigação Industrial.

MACHADO, João Reis; ANDERSEN, M. Teresa; RICO, Ana Toscano; GRANADO, Isabel, (Outubro 1994), *Uma rede de corredores verdes para a Área Metropolitana de Lisboa - Uma aplicação de SIGs à escala regional*, Lisboa, III Congresso Nacional de Áreas Preotegidas, Coconservação da Natureza e Desenvolvimento.

MACHADO, João Reis; ANDERSEN, M. Teresa; RICO, Ana Toscano; AHREN, Jack; FABOS, Julius, (1995), “Metropolitan Landscape Planning, a Greenway Vision for the Lisbon Metropolitan Area (AML)”, *Special Issue Landschap*, n.º 95, Arnhem, Holand, Dutch Association for Landscape Ecology.

MACHADO, João Reis; AHERN, Jack, (1997), *Environmental Challanges in an Expanding Urban World and the Role of Emerging Information Technologies*, Lisbon, CNIG - National Centre for Geographical Information.

MAIQUES, Josep Vicent Boira, (Otono 1991), “El centro urbano subjetivo de la ciudad de Valencia. Percepción, delimitación y caracterización de un espacio céntrico”, *Ciudad y territorio*, Numero 90, Madrid, Instituto Nacional de Administracion Publica.

MAS, Antonio Naval, (Outubre-Diciembre 1988), “Conservacion y rehabilitacion de conjuntos historicos en los Estados Unidos”, *Ciudad y territorio*, Numero 78-4/1988, Madrid, Instituto Nacional de Administracion Publica.

MENDES, José L. Ferreira, (1991), *As autarquias face aos desafios do Ambiente, do desenvolvimento e do Ordenamento do Território*, Loulé, Primeiras Jornadas Poder Local - Ambiente, Tema 3: Urbanismo e Ordenamento do Território.

MOUTINHO, Mário, (12 a 15 Novembro 1981), “Arquitectura do emigrante”, 2º Congresso da Associação dos Arquitectos Portugueses, Comunicação Nº 30, Lisboa.

MOURA, Robert Manners, (1.º trimestre 1994), “O problema da arquitectura nas áreas protegidas”, *Correio da Natureza*, n.º 10, Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.

NORA, Simon; EVENO, Bertrand, (1976), *L'amélioration de l'habitat ancien*, Paris, La Documentation Française.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando, (1997), *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, Col. Portugal de Perto.

PEDRAS, Hernâni José Leal et al, (1994), “Óbidos, passado e futuro”, *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico* (6 - 8 Nov. 1992), Santarém, Câmara Municipal de Santarém.

PEDREIRINHO, José Manuel, (9 a 22 Dez. 1982), “sem título”, *JL, Jornal de letras, artes e ideias*, ano II, n. 45.

PELLEGRINO, P.; LIMA, A. M.; FARIA, C.; NEVES, J.; SANTOS, P.S.; SILVANO, F. P.; ALBERT, G.; CASTELLA, C.; JACOT, F., (1986.), *Espace et developpement*, Tome I, Développement spatial et identités régionales au Portugal; espaces en interaction, transformations régionales et structures locales, Genève, CRAAL-UNESCO.

PEREIRA, Luz Valente, (Fevereiro 1986), *Atelier experimental, internacional e interdisciplinar para o ordenamento harmonioso duma zona contígua ao centro histórico de Évora 2 a 14 de Setembro de 1985, Relato de Missão, Trabalho integrado no Plano de Estudos no Domínio de Edifícios*, Lisboa, LNEC.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van, (1988), *Manuel de recherche en sciences sociales*, Paris, Dunod.

RAMALHETE, Filipa; SERRA, Graça, [MACHADO, João Reis; AHERN, Jack (eds.)], (1997), “What do you mean by heritage? - Cultural Representations and Land-Use Planning”, *Environmental Challenges in an Expanding Urban World and the Role of Emerging Information Technologies*, Lisbon, CNIG - National Centre for Geographical Information.

RAMÔA, Ana Maria; CALDAS, Eugénio Castro, (1994), “O Plano de Pormenor do Bairro das Portas de Mértola em Beja”, *Actas do I Encontro Ibérico de Municípios com Centro Histórico* (6-8 Nov. 1992), Santarém, Câmara Municipal de Santarém.

Recommendation concerning the safeguarding and contemporary role of historic areas, (30 November 1976), Nairobi, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

Regulamento das cores a aplicar nas edificações do concelho de Alcácer do Sal, (1982), Alcácer do Sal, Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

Regulamento de salvaguarda e revitalização da zona histórica, (1993), Viseu, Câmara Municipal de Viseu.

RÉMY, Jean; VOYÉ, Liliane, (1994), *A cidade: rumo a uma nova definição*, Lisboa, Edições Afrontamento, Col. Cidade em Questão, n.º 9.

Resolutions of the International Symposium on the conservation of smaller historic towns, at the 4th ICOMOS General Assembly, (29-30th May 1975), Rothemburg ob der Tauber, ICOMOS.

Resolutions of the Symposium on the introduction of contemporary architecture into ancient groups of buildings, at the 3rd ICOMOS General Assembly, (30th June 1972), Budapest, ICOMOS.

SALGUEIRO, Teresa Barata, (1991), “A Espacialidade no Tempo Urbano”, *Penélope, fazer e desfazer a história*, nº 6, Lisboa.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, (1980), *História de Portugal*, 2ª edição, Vs. 2 e 3, Lisboa, Editorial Verbo.

SILVANO, Filomena, (1997), *Territórios da Identidade*, Oeiras, Celta Editora.

STEFANOU, Joseph; HATZOPOULOU, Alice; PAPAGALANI, Irene; STEFANOU, Julie; NICOLAIDOU, Silia, (1995), *Recueil des textes sur l’Anthropologie des lieux*, Athenes, Departement Urbanisme et Aménagement du Territoire, Faculté d’Architecture, Université Technique Nationale d’Athenes.

The Listing of Historical Buildings, A guide for owners and occupiers, (1991), Westminster, City of Westminster.

Urbanisme, renovation et protection du patrimoine, (1986), Bruxelles, Secrétariat d'Etat à la Région Bruxelloise.

WARDIN, Henri; ROUVIERE, René, (septembre 1978), "Réhabiliter des logements occupés", *Planification habitat information*, Numéro 92, Paris, Secrétariat des Missions d'Urbanisme et d'Habitat.

WATANABE, Shun-ichi, (August 1980), *Planning History in Japan, a state of the art survey*, s.l., Building Research Institute, Ministry of Construction, paper n.º 86.

Bibliografia relativa a Alcochete

"A Igreja Matriz de Alcochete", (Setembro 1943), *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, n.º 33, Lisboa, Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

Câmara Municipal de Alcochete, Barrocas, Plano de Pormenor, (1988), Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete.

"Câmara Municipal de Alcochete, Regulamento Municipal de Obras Particulares", (27 de Maio de 1996), *Diário da República*, II série, n.º 123.

Informação Municipal, (Mar./Abr. 1989), n.º 57, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete.

Livro do Movimento Diário dos Processos de Obras, (1 Janeiro 1985), Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete.

Livro do Movimento Diário dos Processos de Obras, (2 Janeiro 1989), Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete.

Livro do Movimento Diário dos Processos de Obras, (12 Setembro 1995), Alcochete,

Câmara Municipal de Alcochete.

Nova travessia rodoviária sobre o Tejo em Lisboa, (Junho 1994), Tomo I - Resumo Não Técnico, Tomo II - Relatório Síntese, Lisboa, Lusoponte.

PEREIRA, PEDRO M, (Mar./Abr. 1994), “Do Paço Real de Alcochete”, Alcochete, *Boletim Municipal*, n.º 91, Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete.

Plano Geral de Urbanização da Vila, (1982), Alcochete, Câmara Municipal de Alcochete.

“Relatório 10 - Caracterização dos Principais Aglomerados Urbanos”, (Fevereiro 1991), *Plano Director Municipal, Estudos Prévios*, s.l., Câmara Municipal de Alcochete.

SOUSA, Francisco Luís Pereira de, (1928), *O terremoto do 1º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico*, v. 3, Lisboa, Serviços Geológicos.

Legislação

“Decreto-Lei 220/92”, (15 Outubro 1992), *Diário da República*, série I, n.º 238.

“Despacho n.º 4/SEHU/85, Programa de Reabilitação Urbana”, (4-2-1985), *Diário da República*, série II, n.º 29.

“Lei n.º 13/85 de 6 de Julho, Património Cultural Português”, (6 Julho 1985), *Diário da República*, série I, n.º 153.

Lei de Bases do Ambiente 1987-1997, (1997), Lisboa, Instituto de Promoção Ambiental.

Proposta de Lei de Bases do Património Cultural, Relatório Intercalar, (1998), Lisboa, Ministério da Cultura.

Fontes cibernéticas

“Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Variáveis e Indicadores para o ano de 1998, Outras Variáveis para o distrito de Setúbal”, *Página da Associação Nacional de Municípios Portugueses*, <http://www.anmp.pt>

“Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Variáveis e Indicadores para o ano de 1998, Outras Variáveis para o distrito de Lisboa”, *Página da Associação Nacional de Municípios Portugueses*, <http://www.anmp.pt>

Fontes Orais

Entrevista n.º 1, Miguel Boieiro, Presidente da Câmara Municipal de Alcochete, 2 Julho 1996.

Entrevista n.º 2, Liliana Santos, Arquitecta da Câmara Municipal de Alcochete, 3 Julho 1996.

Entrevista n.º 3, Vítor Carvalheira, Chefe da Divisão de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Alcochete, 12 Julho 1996.

Entrevista n.º 4, Arnaldo Fernandes, Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Alcochete, 5 Julho 1996.

Entrevista n.º 5, António Luís Rodrigues, Presidente de Junta de Freguesia de Alcochete e Adjunto do Presidente da Câmara Municipal de Alcochete, 12 Julho 1996.

Entrevista n.º 6, João Paulo, 24 Julho 1996.

Entrevista n.º 7, António Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia do Samouco, 5 Setembro 1996.

Entrevista n.º 8, José Luís Carapinha, Presidente do Aposento do Barrete Verde, 26 Setembro 1996.

Entrevista n.º 9, António Parreira, Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco, 25 Setembro 1996.

Entrevista n.º 10, Vítor Carvalheira, 27 Setembro, Chefe da Divisão de Administração Urbanística da Câmara Municipal de Alcochete.

Entrevista n.º 11, Paula Costa, Técnica Superior do Museu Municipal de Alcochete, 5 Novembro 1996.

Entrevista n.º 12, Paula Cristina, 5 de Novembro 1996.

Entrevista n.º 13, Delfino Viegas, Desenhador, 18 Novembro 1996.

Entrevista n.º 14, Ângelo Amaro, Reformado, 30 Novembro 1996.

ANEXOS

- Guião de entrevistas
- Inquérito
- Análise temática de uma entrevista
- Grelha de análise das representações espaciais de uma entrevista para o tema Centro Histórico
- Quadros da análise valorativa das entrevistas
- Pedidos de licenciamento de obras particulares 1959 - 1996

Guião de entrevistas

Dados pessoais

- Nome
- Idade
- Local de nascimento
- Local de residência (dentro ou fora do centro histórico)
- Sempre viveu em Alcochete?
- Profissão
- Proveniência da família

Património

- O que é para mais importante em Alcochete em termos de património?
- Porquê?
- Pensa que os edifícios / as casas de Alcochete também são património?
- Como é que são as casas características de Alcochete?
- Porque é que pensa que são assim?

Memória

- Como é que era a vila quando era mais novo(a) / Como é que pensas que era a vila antigamente (em termos de edifícios)?
- O que é que está melhor?
- E pior?
- E com é que era a vida na vila?
- O que melhorou?
- O que piorou?
- Como eram as ligações com Lisboa?

Centro Histórico

- Onde fica o centro histórico de Alcochete?
- Porque pensa que é assim?
- Quem é que toma decisões em relação aos edifícios que ficam dentro do centro histórico?
- Pensa que o centro histórico está bem delimitado?
- O que acha que caracteriza um centro histórico?

Relação com a autarquia

- Quando se faz obras ou se quer construir uma casa é fácil obter informações na câmara?
- O processo demora muito tempo?
- A câmara já alguma vez o consultou para saber o que fazer a algum espaço?

Vivência quotidiana do espaço

- Qual o seu percurso na vila num dia de trabalho?
- E num dia de descanso?
- Onde faz as suas compras?
- Onde passa os seus tempos de lazer?
- Quais os espaços mais bonitos/ agradáveis de Alcochete?
- E os mais feios/ desagradáveis?
- Há sítios que não são seguros?
- Onde costumam estar os mais jovens?
- E os mais velhos?

Futuro

- Como são as ligações de Alcochete com o exterior?
- Como pensa que vão ser daqui em diante?
- Como pensa que vai ser a vida na vila no futuro?
- Pensa que vai melhorar?
- Como é que gostava que fosse o futuro de Alcochete?
- O que pensa que faz falta na vila?

Entrevista nº 1

2 Julho 1996

Miguel Boeiro, presidente da Câmara Municipal de Alcochete

Residente no Canto do Pinheiro, Alcochete

Filipa R.

Posso começar por lhe perguntar se é mesmo de cá de Alcochete, se nasceu cá...

Miguel Boeiro

Nasci, os meus pais também nasceram, os meus avós também nasceram, os meus bisavós também nasceram... o meu bisavô era boieiro de profissão em Pancas.

F.

Foi daí que veio o nome...

M.B.

Daí é que vem o nome. Portanto 'tou bem enraizado aqui nesta terra. Conheço bem.

F.

E tradicionalmente, a sua família, que tipo de profissões é que tinha?

M.B.

O meu pai era salineiro e camponês. Nasceu aqui mesmo na vila. A minha mãe era do campo. A família da minha mãe do lado paterno é de S. Francisco, portanto era mesmo aqui do campo.

F.

Portanto era mesmo toda a gente daqui, não tem histórias de emigração...

M.B.

Não. Tenho um bisavô do lado da minha mãe que foi enjeitado da Sta. Casa da Misericórdia de Lisboa. E tenho um bisavô... esse bisavô que era boieiro de profissão também era enjeitado da Sta. Casa, ah.., portanto era enjeitado, não é?. Foi só isso. Naquele tempo, não é? As pessoas eram colocadas na roda... Portanto, a minha árvore genealógica não pode ser prosseguida, portanto, por essas duas partes, não é? Ah... Porque aí não se sabe nada.

F.

E a sua profissão? Já é presidente da câmara, que eu tenha visto nos boletins, há pelo menos três mandatos...

M.B.

Este é o quarto mandato.

F.

E antes de ser presidente da câmara o que é que fazia?

M.B.

Ah... era... hum... director de departamento na Carris. Ah... no departamento de contabilidade e gestão.

F.

E trabalhava em Lisboa?

M.B.

Trabalhava em Lisboa.

F.

E como é que era ir para Lisboa nessa altura?

M.B.

Nessa altura eu morava em Corroios, portanto, e ia para Lisboa, portanto... ah.. enfim, ia de transporte colectivo para Lisboa. Mas morava em Corroios, não morava em Alcochete. Eu estive alguns anos, portanto, a morar em Corroios. Porque a minha mulher trabalhava na Lisnave, eu trabalhava na Carris, comprámos uma casa lá mais perto do nosso trabalho. Porque isto aqui era muito penoso, todos os dias ir para Lisboa. Era muito penoso.

F.

Nessa altura havia barco para Lisboa, não havia? De Alcochete.

M.B.

O barco acabou em mil novecentos e setenta e... ah... seis, em fins de setenta e seis, acabou o barco. Eu já não morava... quando acabou o barco eu já não morava, não ‘tava cá nessa altura. Acabou provisoriamente. A Transtejo fez-nos o favor de acabar o barco provisoriamente, não é? ‘Tá aí, para aí... ainda há aí o papel escrito, não sei aonde, a dizer que era provisoriamente. Só que o provisório tornou-se definitivo. E nós que tivemos uma ligação directa com Lisboa desde a Idade Média... desde a Idade Média não, desde a Antiguidade Clássica, desde o tempo dos romanos... portanto aqui, havia aqui... era um grande centro industrial aqui nesta zona, nesta zona da... de Alcochete, de fabrico de ânforas e de outros materiais. Ah... portanto havia... era a zona dos fornos, daí o nome... Alcochete significa “os fornos” em árabe. Ah... mas portanto essa indústria já vem do tempo dos romanos, desde o século I. E então aqui era a zona dos fornos, e os fornos eram embarcados, portanto, através do rio das Enguias, portanto Tejo acima até... até à grande cidade que era Lisboa, a grande urbe. E... naturalmente as pessoas também, faziam sempre uma ligação, não havia auto-estradas, portanto, ah... o Tejo é que era a grande auto-estrada, não é? Ah... o Tejo é que era a grande auto-estrada, de forma que tivemos sempre ligações directas com Lisboa e a partir de 76 essas ligações ah... cessaram. Passámos a ter que ir ao Montijo. Mas vamos, com barcos rápidos vamos bem na mesma, não é?

F.

Mesmo assim durante o Barrete Verde eles fazem travessias, não fazem?

M.B.

Chegaram a fazer. A meu pedido chegaram a fazer, mas depois nunca mais repetiram. Chegaram a fazer carreiras directas, mas agora não... agora não, não... não, não se justifica, porque havendo barcos rápidos para o Montijo não, não se justifica. E de forma que é mais... é muito rápido ir daqui ao Montijo, o único inconveniente é não haver estacionamento junto do cais no Montijo.

F.

Mas a camioneta é muito rápida.

M.B.

A camioneta é muito rápida.

F.

E acha que Alcochete ganhou ou perdeu por não ter tido barco este tempo todo?

M.B.

Perdeu. Obviamente que perdeu. Ficou mais isolada, mais... as acessibilidades são fundamentais. As acessibilidades, as ligações são fundamentais para o desenvolvimento da... das urbes. Completamente. Portanto, sejam estradas, sejam auto-estradas sejam...

...rios, antigamente era rios. Portanto, as grandes cidades não nasceram por acaso ao pé dos rios. Porque os rios eram grandes linhas de comunicação. É, é, era muito importante e...

Por isso é que eu entendo que a nova ponte vai ser um factor de dinamização económica desta região um, um bocado em crise, não é? Um bocado em crise, muito em crise. Portanto, vai ser um factor de dinamização e muito embora haja quem ah... queira contrariar as tendências, que eu acho que é um erro, não se podem, não se pode contrariar as tendências, pode-se é encaminhar as tendências, tentar encaminhar no bom sentido. Agora contrariar as tendências é uma coisa... é uma perfeita estupidez. Porque acaba por os efeitos serem o contrário do que pretendemos. Quando, quando se proíbe e quando essa proibição não tem lógica, as coisas acabam por acontecer ao contrário, portanto, é... às vezes o fruto proibido é o mais apetecido, não é?

É um bocado como a vedação das salinas do Samouco, que é uma parvoíce. Ah... agora as pessoas ah... começam a ter curiosidade nesse sentido. Há lá uns pássaros para ver e então são capazes de ir lá mesmo violar a... as vedações e ir lá ver os pássaros. E antes até nem, isso não... passava despercebido. É o que pode às vezes acontecer.

(...)

F.

Essa questão as pessoas conhecerem ou não é o mesmo que para o património. Acha que os alcochetanos conhecem bem o património que têm?

M.B.

Bom... é evidente que há pessoas que conhecem, têm mais sensibilidade e há outras que têm menos, é um problema de sensibilidade. A obrigação de conhecer, as pessoas que aqui vivem tinham todas a obrigação de conhecer ah... mas há pessoas que passam ah... mil vezes ao pé duma coisa e não a vêem. É isso, e por ve... até acontece por vezes isso. As pessoas de fora chegam e vêem determinada coisa, um determinado monumento, um determinado aspecto curioso, e as pessoas que ali vivem ao lado nunca repararam porque, ah... é um bocado a cegueira da luz, não é? É um bocado a cegueira da luz e... por isso depende um bocado das circunstâncias, há pessoas que são mais sensíveis e vêem as coisas, há outras que não, não são tão sensíveis. Nós procurámos, ah... eu, eu... procuro sentir e ver e ouvir o mais possível. Mas também não vejo tudo, nem sei tudo, nem pouco mais ou menos. De qualquer maneira, 'tou bem, 'tou bem aqui dentro enraizado e...procuro conhecer as pessoas, e saber o que é que elas sentem, e pensam, tudo isso.

F.

E o que é que acha que em geral as pessoas de Alcochete pensam em relação ao património e à vila?

M.B.

As pessoas têm orgulho. Ah... é uma grande particularidade é as pessoas terem orgulho de Alcochete e, e serem ciosas, portanto, ah... de Alcochete, não é? Alcochete é uma terra engraçada, tem, tem uma certa panorâmica, ah... tem uma certa qualidade de vida, tem uma amplidão de vistas, assim... paisagísticas. E... e quando alguém vem de fora e diz "Ai, Alcochete é uma terra muito bonita", as pessoas ficam muito orgulhosas, muito satisfeitas, ainda bem que gostam. Portanto, e isso é bom, isso pode ser aproveitado ah... no bom sentido. Pode também ter, tem também aspectos que é aquele às vezes excesso de chauvinismo, não é? Especialmente em relação às outras terras, já houve noutros tempos há aí, Montijo, havia guerras medonhas. Com o Samouco, mas o Samouco é mais grave, porque o Samouco é concelho de Alcochete e quando a gente fala em Alcochete fala-se do concelho, não é só na vila. E há pessoas que viam a guerra... do Samouco... mas enfim, mas isso era uma questão de terras pequenas, numa certa... hum... uma certa... bairrismo exacerbado, não é? Um certo bairrismo exacerbado é negativo. Mas eu penso que no nosso caso ah... é bom as pessoas sentirem-se alcochetanas e sentirem, portanto, os problemas colectivos como problemas deles. Isso é muito importante.

F.

E isso acontece muito... em Alcochete isso nota-se bastante, porque as pessoas são...

M.B.

São bairristas.

F.

São. Mas isso tem aspectos positivos...

M.B.

Temos... isso tem aspectos positivos, isso nota-se bem, não é?

F.

E com as pessoas que têm chegado de fora? Já vivem em Alcochete pessoas que têm chegado de fora...

M.B.

Ainda não muito, ah... a vila tem crescido... o concelho tem crescido ah... muito devagarinho. Ah... e é bom que cresça devagarinho porque ah... se crescer devagarinho essas pessoas ficam... ah... em vez de imporem as suas matrizes culturais vêm aderir e ganhas para a matriz cultural existente. Embora influenciado-a, toda a gente influencia, toda a gente se influencia, não é? Toda a gente se influencia, ninguém é incólume à influência, e ainda bem que é assim, senão 'távamos parados, 'távamos estáticos, não pode ser. Ah... mas se o crescimento for assim mais lento ah... as pessoas que vêm de fora ficam, ah... ganhas para os valores que já cá existem. E portanto, em vez de nos colonizarem, são elas próprios, não digo colonizados, não digo colonizados, mas são elas próprias ah... ganhas para... enfim para a nossa perspectiva cultural.

F.

E acha que vai ter... ah... as pessoas que têm vindo de fora, têm vindo habitar para prédios, sobretudo para prédios novos, não é?

M.B.

Sim.

F.

Acha que... o que é que acha que vai acontecer nos próximos tempos em relação aos, ao centro histórico, às casas antigas, acha que as pessoas vão querer habitar essas zonas?

M.B.

Ah, começa a haver uma procura grande, ah... de casas antigas, pequeninas, são casas pequeninas, ah... antigas, digamos que não têm muito boas condições de habitabilidade, mas... ah... elas são muito procuradas porque... ah, ficam situadas em zonas estratégicas, portanto, ah... paisagísticas, não é? E fazem parte de agregados com graça, ah... ah, agregados urbanísticos com graça. Estou-me a referir por exemplo aqui ao caso das Barrocas. Há muita gente a querer comprar casas nas Barrocas, algumas até 'tão devolutas, e os proprietários não as vendem. E os proprietários não as vendem como... enfim, tendo em vista outra coisa qualquer. Ah... e são pessoas de fora que vêm com essa... porque querem ter uma casa e tal. Ah... bem, ah... eu acho que ah... enfim, não era bom que estas casinhas aqui pequeninas das Barrocas fossem todas compradas por pessoas de fora, que viessem cá só aos fins de semana. Portanto, sucedia um fenómeno igual ao que acontece em Monsaraz. Que durante o fim de semana aquilo 'tá tudo habitado, não é? Mas depois durante a semana não 'tá lá ninguém. As pessoas não vivem lá, vêm só lá... ah... é, portanto, tornou-se também ah... de bom tom, ter uma casa, portanto, num centro histórico, não é? As pessoas gostam de ter uma casa num centro histórico. Ah... mas não creio que... que... Alcochete tem vida suficiente para que... para que isso não se verifique. Portanto... há até uma certa vitalidade, mesmo aqui, uma certa tradição aqui do centro antigo da vila, não é? Ah... e tudo isto mexe. Ah, pequenos comércio, pequenos recantos, pracetazinhas. O facto das casas serem pequenas tem uma vantagem. Uma grande vantagem em termos gregários. Faz com que as pessoas saiam de casa, venham para a rua, e fazem, portanto, os espaços comuns cá fora, em vez de dentro de casa. E as pessoas encontram-se como vizinhos, falam, não sei quê, conversam... se as casas fossem muito grandes, todas com muitos quartos, muitas casas de banho, muitas parabólicas para verem a televisão e não sei quê, ninguém vinha para a rua. Tinham lá tudo em casa, 'tavam... calçavam, portanto, ah... tinham sítio para por os sofás, calçavam as pantufas e 'tavam ali a ver televisão, aquelas parabólicas todas,. aqueles canais todos... e... e não se vinha para a rua. Assim, as casas são pequeninas... não sei se passou aqui em Alcochete às 2 da manhã ou 3 da manhã, tem sempre vida, tem mais vida do que outras terras maiores aí pelo país que a gente passa 'tá tudo... não se vê ninguém. Aqui não, as casas são pequeninas a malta vem toda para a rua, e andam aí na rua, pronto. Conversam uns com os outros.

F.

E acha que os casais novos que comprem casa agora ainda 'tão dentro desse espírito ou que procuram já um apartamento, uma coisa assim já diferente?

M.B.

Ah... há as duas situações. Embora eu veja que os casais novos também, ah... vêm muito, participam muito, vêm muito para a rua. Ah... enfim, os bares, os barzinhos por todo o lado e tal... as pessoas vêm. Enfim, ali no Largo da Misericórdia, 'tá sempre cheio de gente, sempre cheio de gente. E é malta nova que lá 'tá. Gosta de conviver, uma forma de conviver.

F.

O que é que acha que são os marcos mais importantes de Alcochete, em termos de património?

M.B.

Património construído?

F.

Sim, sim, construído.

M.B.

Edifícios? Edifícios? Bom, o edifício mais importante é e igreja matriz, que é um monumento nacional. É um monumento nacional que... tem traça manuelina, portanto é um estilo gótico manuelino clássico, e que tem coisas sublimes, nomeadamente aquela rosácea. É uma maravilha em qualquer parte do mundo. E aquele portal manuelino que fica... lateral, também é uma maravilha, não é? Ah... há quem diga que foi uma antiga mesquita árabe e isso não me espanta porque os cristãos ah... recuperavam os locais de culto de antigas religiões para impor, portanto, as suas, os seus templos. Portanto podia perfeitamente... Alcochete, portanto, foi árabe, o próprio nome indica, podia ali ser, portanto, um sítio ah... um sítio, portanto, enfim, uma mesquita. E depois uma reconversão e tal e passar, portanto, a templo cristão. Mas o que existe é manuelino. Portanto, o que houve antes não se tem... não 'tá lá nada, é manuelino.

Depois há dois edifícios que nós próprios pedimos a classificação, nós na Câmara pedimos a classificação e estão agora classificados pelo IPPC, hoje não é IPPC, como é que se chama agora? Pelo... ah... o IPPAR, que é a Igreja da Misericórdia, que a própria Câmara recuperou e que instalou, portanto, o Museu de Arte Sacra e a

Igreja da Sr.^a da Vida, que também, portanto é, pela sua configuração, pela sua situação, naquele promontóriozinho, também tem... é de facto bonita. Tem, portanto, ali influência do estilo renascentista italiano, aqueles, aqueles, almofadões de pedra, portanto, de alto a baixo, são coisas muito curiosas.

Também conseguimos que classificassem o pórtico do convento, do antigo convento de S. Francisco. Ah... houve ali um convento importante de franciscanos. Antes do convento já era um local importante em termos religiosos e em termos administrativos, portanto era... enfim uma capela da Sr.^a de Sebonha, que constituía, portanto, a sede do município amplo que englobava Alcochete e Montijo. Alcochete e Aldeia Galega, o Montijo não existe. Montijo é um erro topónimo... de toponímia que existe. É um erro de toponímia, Montijo era outra coisa, era uma póvoa que existia junto do Samouco, ali chamava-se Montijo, um pequeno monte, era uma póvoa. E portanto porque é que agora Montijo é Montijo? Porque essa póvoa desapareceu completamente, quer dizer, não vive lá ninguém. Não vive lá ninguém. E então foi fácil agarrar nesse topónimo e deslocá-lo para a Aldeia Galega. Mas se vivessem lá pessoas, se houvesse uma localidade, não era fácil, não saíam. Portanto, era Aldeia Galega. A Aldeia Galega e Alcochete tinham o... a sede do concelho, portanto, era em S. Francisco, ah... numa capela que lá existia. Que depois entrou em ruínas e no século XVI foi feito ah... um grande convento de franciscanos. Um convento enorme, um convento enorme com coisas fabulosas. Com a extinção das ordens religiosas em 1836, salvo erro, aquilo foi tudo desmantelado, ah... a pedra, que aqui há pouca pedra, portanto, esta zona são terras de aluvião, há pouca pedra, a pedra foi vendida para outras construções. só o que restou, restou só as arcadas ah... da entrada principal. Que também estava em ruínas e a Câmara recuperou, a determinada recuperámos para aquilo não cair. E pedimos a classificação, portanto, e foi concedida a classificação.

Mas temos outros, outros, no que diz respeito ao património religioso, outros elementos importantes, portanto a, a capela de Nossa Sr.^a da Conceição dos Matos, onde vai passar a ponte, a ponte vai passar perto e no Estudo de Impacte Ambiental 'tá lá a obrigação da Lusoponte recuperar a capela. A capela é importante não só pela configuração maneirista, portanto da... do edifício, mas em termos históricos porque está lá sepultado o Tristão da Cunha. Não o Tristão da Cunha que descobriu a madeira, um dos descobridores da Madeira, mas o Tristão da Cunha neto, que tinha o mesmo nome e que foi um dos grandes nobres ah... no tempo de D. Manuel I.

D. Manuel I era figura grada aqui da região. Até antes de D. Manuel I, portanto, o pai de .Manuel I tinha aqui o seu palácio, não é? E então esse Tristão da Cunha tinha ali assim as suas salinas, tinha ali as terras dele, e tinha ali aquela capela, e parece que tinha um palácio que não se conhece vestígios. Mas parece que também havia ali um palácio. Também essa capela é importante.

Depois também há uma coisa muito curiosa ah... na... uma coisa muito curiosa que há na Barroca de Alva e que é um... um edificado circular com ameias com duas... não conhece, não?

F.

Já vi fotografias, mas nunca lá estive.

M.B.

É uma coisa muito curiosa que ah... Sto. António da Ussa... que parece de influência árabe, mas nós não sabemos... o que é aquilo. Portanto, aquilo 'tá dentro... 'tá numa ilha, uma ilhinhazinha pequena, que por sua vez 'tá dentro duma... assim duma lagoa, pronto, que é a lagoa de Sto. António. E que há um projecto interessante para naquele local ah... aproveitar turisticamente o local, ah... recuperar, naturalmente, a capela, valorizar portanto aquele espaço ah... e depois, enfim, uma coisa muito alargada ah... criar zonas, portanto de motivação, pronto, equestre, portanto, com cavalos. Ah... também ah... um campo de golfe e coisas assim do género e que portanto nos permitem ir recuperar aquele local que 'tá... é um local degradado, não 'é?

Infelizmente ah... caiu-nos em cima uma disposição fundamentalista, ah... que diz que... que diz não, pessoas que pensam e infelizmente mandam neste país, que campos de golfe não porque o golfe é contrário ao ambiente, que eu acho que é um perfeito disparate. Há golfs contrários ao ambiente e há golfs que não são contrários ao ambiente. Portanto, ali assim... o que se diz que o golfe é mau é quando utiliza... ah... muita água. Portanto ali não há esse problema, nós temos ali água à superfície, há muita água, não é? E quando se utilizam produtos de... de tratamento da relva de... que é de, de... de síntese, produtos químicos de síntese. Só que aí... ah... agora neste, enfim, já há produtos que não são de síntese. Eu penso que é um disparate e aliás vou continuar a lutar para que aquele empreendimento possa ir para a frente, porque permite por um lado proteger o ambiente, disciplinar o ambiente, por outro lado criar riqueza e postos de trabalho. Ah... tinha que haver era um... um plano de pormenor, para a gente ver se 'távamos de acordo se não 'távamos, quer dizer, não é proibir já, não é dizer que sim já, mas diante de um plano de pormenor. Portanto, esse edifício era um edifício que podia ter outro realce, enfim e lá 'tá para lá escondido, de qualquer maneira já em ruínas. E aquilo podia ter interesse.

Mas nem só de... de património religioso tem o concelho. Tem outras coisas. Tem outras coisas interessantes, outros edifícios interessantes. Sobretudo, para mim o que conta mais, para mim e para as pessoas que aqui vêm, é o... não é o... a valia isolada de cada, de cada edifício, mas o conjunto, a harmonia do conjunto aqui da vila de Alcochete. A har... a harmonia do conjunto é que tem validade, não é cada edifício isoladamente. E, portanto, esta harmonia de conjunto até podia ter uma classificação. Porque não?

F.

Acha que há alguma coisa que caracterize especificamente as casas de Alcochete? Como é que é uma casa alcochetana?

M.B.

Eu creio que... eu acho que não há assim uma particularidade específica, para dizer que a casa alcochetana é diferente de outras casas ah... antigas, Montijo, ou Barreiro... talvez o mais branco, talvez o... a utilização enfim da cal era... quando o... quando o ministro do Vasco da Gama chegou a Melinde, na viagem da... para a Índia, escreveu lá, portanto, na sua crónica, que Melinde, com as suas casas muito bem caiadas, fazia lembrar a vila de Alcochete. Escreveu isto há quinhentos anos. Há quinhentos anos. Portanto, talvez Alcochete fosse assim mais branco também. Mas ah... a arquitectura tradicional, ah... do Ribatejo não é propriamente o branco, era o branco com paramentos em ocre, não é? Paramentos, portanto, em amarelo torrado, era assim, não é... E depois também há aí alguns edifícios de arte nova, do princípio do século, também muito interessantes. Também há... e que alguns até precisavam de ser renovados. Portanto, um até foi ah... passou para turismo da... de habitação. Pois, que é a Casa do Moisém, não é? É bonito. E até que, se houvesse uma descrição daquela casa, descrição só, portanto, o edifício forrado com... com azulejos vermelhos, as pessoas diziam “Ah, isto é uma coisa horrível”, não é? E no entanto não.

F.R.

Então acha que a haver uma política para o centro histórico, em Alcochete, ela devia passar por onde?

M.B.

Há uma política. Há uma política para o centro histórico. Nós, ah... fomos pioneiros já há muitos anos, em 1983, em 84, em fazer um estudo, portanto, do centro histórico. Casa a casa, edifício a edifício, no sentido de determinar o que é que era possível, portanto, alterar, o que é que era possível fazer, o que é que não era possível fazer...

F.R.

No PGU, não é?

M.B.

No PGU.

F.R.:

Mas não chegou a ser aprovado, pois não?

M.B.

O PGU não tem existência legal. Não tem existência legal. Porquê? Porque as coisas funcionaram muito mal em termos de administração pública, não é? E agora continuam, portanto, o ordenamento é uma coisa... mas foi um bom trabalho do arquitecto Nunes de Almeida, e nos lançou, embora não tendo uma existência legal, que nos lançou pistas para actuar. Quer dizer, um indivíduo quando não pode... ‘tá aí assim uma casa, quer fazer um segundo andar, não pode, se o lote não tiver segundos andares não pode. No entanto, se houver... há uma carreira de casas, tudo primeiro andar, depois há uma de rés-do-chão aí... portanto, aí é possível fazer um primeiro andar desde que ah... obedeça, portanto, à traça que está predominante. Ah... isto não quer dizer que tudo tenha sido bem feito, houve, houve... sobretudo antes houve algumas asneiras, que são evidentes, alguns disparates que ‘tão aí evidentes, não é? Principalmente nas proximidades do Largo da Misericórdia. Agora isso já não pode avançar, porque nós pedimos também a classificação do... da Igreja da... e portanto tem que ir ao IPPAR, o que já é uma garantia...

F.R.

Mas só num raio de 50m, não é?

M.B.

Sim, sim. Mas ‘tá ali num raio de 50m, aquilo o largo é pequenino, mas se fosse... se o edifício ‘tivesse classificado antes evitavam-se alguns disparates que lá estão ali.

F.R.

‘Tá a falar de um edifício que fica em frente à Igreja?

M.B.

Sim, um que tapa completamente um belveder manuelino, esse primeiro andar, que isso é uma coisa dos anos sessenta, ficou mal... e ‘tou também a falar de outro edifício que lá está, esse é uma coisa grande, que ficou mal. Por dentro até é engraçado, mas por fora ‘tá assim um bocado... um bocado mostrengo, não é?

F.R.

É engraçado, porque eu no outro dia estive a conversar com a arquitecta e vi aquele edifício que estava pedido o licenciamento, que é o que fica...

M.B.

Exacto. Esse ‘tá em obras. E que agora estão interrompidas.

F.R.

E o que a arquitecta me disse foi que ainda bem que o IPPAR tinha dado parecer negativo, porque seria difícil para a Câmara fazer finca-pé aquelas alterações com as normas existentes.

M.B.

Mas nós já tínhamos dado parecer negativo. Aí não havia dúvidas. Agora há outras situações em que o IPPAR tem uma opinião diferente da nossa. Isso há. Temos aí uma situação que eu francamente não me conformo com essa situação, que é no Largo da Misericórdia nós descobrimos por mero acaso, no interior de uma casa, um... um... uma coisa manuelina, descobrimos por mero acaso, e por sugestão do Professor Fernando António Baptista Pereira, que é o conservador do Museu de Setúbal, ah... sugerimos que essa... esse pórtico ficasse cá fora, cá para fora. Ele ‘tava no exterior, só que depois houve um acréscimo, enfim, não sei quando é que foi esse acréscimo, mas houve esse acréscimo. E... e o... o IPPAR disse-nos que não, e nós achámos mal, porque se ‘tivesse cá fora estava mais protegido. ‘Tava mais protegido. E era uma referência valorativa, valorizava aquilo tudo, não é? E lá dentro, a gente não ‘tá lá, ninguém... toda a gente agora pode fazer dentro de casa sem dar cavaco a ninguém. Podem perfeitamente deitar aquilo abaixo e mudar e dismantelar as pedras e vendê-las, e tudo. Ninguém controla nada. Acho que isso, não ‘tou nada de acordo com o IPPAR. Nada, nada, nada, nada. E a culpa é da arquitecta. A arquitecta... acho que ela teve culpa no cartório, acho que ela... com boa fé, com boa fé claro, mas... eu já estou um bocado calejado acerca disto e não... e lá fica, ela ficou assim. Mal.

F.R.

E... este exemplo recente que são os arcos, ali naquele café?

M.B.

Ah... ah, os arcos que foram encontrados... mas aí houve o bom senso da pessoa que lá estava de vir à Câmara, aí houve bom senso. Aí não se podia passar cá para fora, são coisas grandes, não é? Agora este é que se podia perfeitamente, até porque aquilo tem uma porta, e depois tem outra porta e podia perfeitamente transpor e... a solução que o IPPAR deu é que... era envidraçar aquilo e não sei quê. Mas quem é que vai envidraçar aquilo? Não é viável...

F.R.

E o proprietário dessa casa estava de acordo?

M.B.

Estava. O proprietário e o inquilino estavam de acordo. Claro, era a Câmara que ia fazer, mas estavam de acordo.

F.R.

A pessoa que lá está com a loja não é proprietária?

M.B.

É uma inquilina. Mas a inquilina estava de acordo e o proprietário também estava de acordo. E ficou parado, ficou, portanto, sem andamento, por causa dessa... dessa atitude, portanto, do IPPAR.

F.R.

E em relação ao novo edifício que estão a fazer aqui nas Palmeiras, a densidade não será um bocadinho grande?

M.B.

Não. 'Tá dentro das regras do PDM. 'Tá a ser controlado, ah... não é grande demais. Não é um edifício alto. É uma volumetria, portanto, aceitável e a densidade também não é elevada. Portanto, é um espaço pequenino.

F.R.

E essa zona já não está no centro histórico, não é?

M.B.

Não, essa zona já 'tá fora do centro histórico. Essa zona já 'tá muito fora do centro histórico, já não tem as regras do centro histórico. Portanto havia ali... o que é que havia ali? Havia um edifício muito degradado e feio que era o... o celeiro da... um celeiro da EPAC, que funcionou como celeiro, agora já não funcionava como celeiro, funcionava como um... era arquivo morto, punham para lá papeis, não tinham onde por punham para lá. E era um casarão enorme, inestético, mesmo inestético.

Depois havia uma escola. Uma escola que... era até o edifício mais valioso do conjunto era a escola, embora fosse uma escola que... já com poucas condições de... havia muita humidade, era um... era tudo muito antigo e... onde gastávamos imenso dinheiro, portanto, todos os anos a manter a escola. Não tinha nada de especial. Mas era o edifício mais valioso que havia naquele conjunto.

Depois havia ah... umas oficinas da Câmara. Portanto, oficinas recentes. Ao lado. E por trás da escola e das oficinas havia um viveiro de plantas, que eram as nossas plantas. Que não conseguíamos lá ter nada porque roubavam, palmeiras e tal... quando 'tavam grandinhas, levavam. Nunca conseguimos ter nada. E por trás havia um canavial, uma coisa assim, pronto, onde por vezes aparecia lixo.

E então uma maneira de valorizar, portanto, a zona é primeiro tirar dali a escola e dimensionar um edifício com mais salas virado para o futuro. Até porque também não era muito funcional em termos de... das crianças, porque ficava numa ponta, não é? Só morava gente de um lado, do lado do mar não morava ninguém, não é? E portanto... enfim, arranjar um sítio mais funcional para a escola. E arranjámos. E fazer uma escola maior que servisse ah... essa e desse até para acabar com outras escolas dispersas que são... que dá mais despesa, portanto, mantê-las.

E, por outro lado, dar ah... seguimento, algum seguimento aquela... aquele miradouro muito bonito, que é o miradouro das Palmeiras, dar algum seguimento, criando, portanto, um passeio só para peões na orla ribeirinha. Não, carros não, só para peões. E, portanto, foi a maneira de nós ah... avançarmos. Houve na altura algumas dúvidas, e tal, pessoas que disseram "Ah, mas aqui o ideal era fazer tudo zona verde". Pois era, mas para se fazer zona verde, é dinheiro, tem que se recuperar... como é que é? Quem é que paga? O problema é esse. E a câmara fez ali, ao vender o terreno e ao impor determinadas regras, acho que fez um... em termos de futuro, um bom negócio.

F.R.

E as casas quando forem vendidas vão ser casas muito caras?

M.B.

Eu penso que sim. Eu penso que sim porque a Câmara já vendeu bastante caro aquele terreno. O... a EPAC também. Ah... portanto... portanto, o empresário ali, da parte da Câmara 120000 contos, da parte do... mail 20000, vinte e tal mil, mais sisa e não sei quê... ele gastou ali muito dinheiro. E portanto ele terá obrigatoriamente de fazer ali uma coisa de qualidade, de qualidade. Portanto, uma coisa que tenha alguma qualidade, para vender também a um preço elevado. Porque senão perde dinheiro. Não pode fazer uma coisa sem qualidade. Se fizer uma coisa sem qualidade ninguém... ninguém lhe dá dinheiro. Tem de ser uma coisa de qualidade. Portanto... o projecto é interessante. O projecto 'tá aí assim... é interessante e estou convencido que vai sair obra capaz.

F.R.

E depois quem é que acha que vai comprar? Acha que as pessoas que são alcochetanas têm hipótese de comprar casas ali?

M.B.

Não, não. Tem que ser novos... novos moradores, pessoas que venham para aqui. Mas isso tem a ver também com a nossa política de procurar não crescer em quantidade, mas em qualidade. E procurar que ah... os novos moradores sejam pessoas de um... de substractos culturais elevados. O que não quer dizer que seja assim. As pessoas podem ter muito dinheiro e não serem ah... mas, ah... é possível, não é?, que sim, que as pessoas tenham, enfim... sejam pessoas, portanto, economistas, médicos, advogados, pessoas assim, que são quadros que

fazem falta, e que valorizam, portanto, um... uma terra, não é? E isso também é um bocado uma aposta, porque Alcochete não é muito rica nesse tipo de quadros, pessoas licenciadas, não temos muita gente.

F.R.

Em relação ao centro histórico, a delimitação que ‘tá feita agora no PDM é parecida com a primeira que tinha sido feita...

M.B.

É igual. É igual.

F.R.

Acha que ‘tá bem delimitado? Falta alguma coisa? Tirava alguma coisa, punha alguma coisa?

M.B.

Quer dizer, de uma maneira geral está. Não quer dizer que... enfim, não haja um ou outro pormenor que podia ser retificado. Mas de uma maneira geral acho que ‘tá bem. É... é realmente a zona mais antiga, é a zona mais antiga, portanto, é aquela zona da... das quadrículas, do... vai até ao Rossio, apanha todo, todo o Rossio, portanto, até os solar do Marquês de Soydos, onde é que está a estátua do D. Manuel I. Vai até aí. E portanto, apanha os sítios centrais que é o Largo do Tróino, o largo onde é que está o salineiro, que é o Largo da Praça... como é que é? Largo da... da República, não é? Era o Largo da Praça, passou... passou a Largo da República e agora toda a gente fala... toda a gente diz que é o Largo do Salineiro. Mas é... o nome é Largo da República.

Portanto, essa parte aí é importante, não é? Até porque tem aí uma elevaçõzinha, foi aí que nasceu a urbe, foi aí. Portanto, a localidade nasceu aí.

F.R.

No Largo da República?

M.B.

Sim, aí é que estava o pelourinho.

F.R.

O pelourinho que está no Largo da Misericórdia?

M.B.

O pelourinho que está no... não, não, isso não é um pelourinho. Isso é uma réplica de um padrão. O pelourinho está no museu, uma parte do pelourinho, porque é só uma parte. Aí é que estava o pelourinho. Aí é que estava a Câmara, talvez.

F.R.

O museu tem 10 anos, mais ou menos não é?

M.B.

O museu... o museu... sim, é capaz de ter. O ec... o museu.

F.R.

Quando foi criado foi para ser um museu de Alcochete, da história de Alcochete, qual é que foi a ideia que ‘tava por trás do museu?

M.B.

A ideia era criar um ecomuseu. O ecomuseu o que é? O ecomuseu é um sítio onde, um sítio onde se conta a evolução da localidade em termos... em termos humanos e em termos ah... enfim, ambientais, as plantas que existem... enfim, como é que isto evoluiu.

F.R.

E as pessoas doaram coisas?

M.B.

Sim, sim, doaram. As pessoas doaram, e até lhe digo uma coisa, há muita coisa que temos guardado e que não ‘tá exposto. E que dariam para fazer três ou quatro espaços idênticos aquele. Mas não o queremos atafulhar, porque perde-se esse... portanto, e eu costumo dizer “O museu é pequenino tem uma particularidade muito grande, tem uma riqueza muito grande, que é superior ao Museu do Louvre ou ao museu de... qualquer museu, o

Museu Britânico ou coisa assim”. Sabe qual é? A grande vantagem que nós temos com este museu em relação aos outros grandes museus? É que o visitante vê tudo. E se for ao museu do Louvre não consegue ver tudo. Fica tão cansado, tão cansado, é tão grande, tão grande, que a pessoa não consegue ver aquilo tudo. Não consegue. E ali não, ali vê-se tudo, e lêem as coisinhas todas, e tal, e, quer dizer, tem uma escala humana.

F.R.

E tem um espaço para exposições temporárias não é?

M.B.

Tem, pequenino. Tudo muito pequenino. Tudo à nossa medida. Tudo à nossa medida. Não fazia sentido termos também um Museu muito grande quando isto é um terra pequena. E nesse aspecto funciona, acho que foi bom.

F.R.

E o da Misericórdia?

M.B.

A Misericórdia ah... aí é diferente, porque a Misericórdia foi... o próprio edifício, o próprio edifício, é museu. É museológico, o próprio edifício. Pela configuração. Portanto, não é muito vulgar aparecer uma igreja daquele tamanho, uma cap... era uma capela, não é? Com aquela configuração. Ah... era... geralmente há... era tudo mais pequeno. Aquilo parece quase um... um moinho de maré, junto ao rio, e tal. Mas não é um moinho de maré, nunca foi, não há vestígios nenhuns disso, foi sempre uma... uma capela. Ou uma igreja, pelo tamanho. E depois é... é um... como foi recuperado, foi recuperado de facto de uma forma correcta e... original, mantendo os mesmos materiais, até lhe digo, até as telhas foram feitas de propósito. As telhas. É uma telha lusa, foi feita de propósito para aquele... encomendou-se, portanto, a forno, as telhas para por lá, com aquela coloração. Agente chega lá a cima e vê aquele telhado, de facto aquilo é bonito, tem um certo... E depois foi juntar ali a pintura de arte sacra que existe no concelho. Não toda, ainda há alguma que não ‘tá lá. Mas a... as peças principais de arte sacra que existe no concelho, nomeadamente a bandeira da misericórdia que é a mais antiga das misericórdias portuguesas. A mais antiga da misericórdia era a de Lisboa, tinha... tinha uma bandeira. Mas essa perdeu-se. E agora a bandeira mais antiga é aquela. E depois outras coisas. Ah... outras pinturas, escola flamenga, escola holandesa, ?, portanto, tem lá coisas preciosas, preciosas mesmo. Tem lá uma pintura que há uma réplica nos Museu das Descalças Reais em Madrid. Este é o original. Em Madrid ‘tá no museu riquíssimo que é o das Descalças Reais, que é uma coisa fabulosa, ‘tá lá, eu vi, uma réplica. E esta é que é o original. Tem muita piada, não é?

F.R.

Como é que essas pinturas vieram parar a Alcochete? Trazidas por pessoas que viviam cá?

M.B.

Alcochete era um sítio importante, não é? Era um sítio onde vinha a corte. Onde vinha a corte. Toda a dinastia de Avis frequentava Alcochete. Portanto, e o facto do D. Manuel I ter nascido aqui e o facto do D. Manuel I ser o rei mais... mais venturoso da história portuguesa, enfim, Portugal aqui era uma potência... No tempo de D. Manuel I Portugal era uma potência. Mundial e... o português era a língua de... era o inglês de hoje. No... no, enfim, no oriente era... enfim, as pessoas para se comunicarem, uns eram árabes, outros eram não sei quê, então falavam português. Portugal era uma potência. E portanto, Alcochete não admira, ah... no século XVI ah... o concelho, portanto, a vila, a localidade com mais casas na margem esquerda do estuário, e mais gente a morar, a que mais residências tinha... mais vizinhos, na altura chamava-se assim, tinha mais vizinhos do que tinha Almada. Barreiro era uma coisinha pequenina. Moita nem existia quase. Mais tinha Alhos Vedros que era maior do que o Barreiro, ou Cóiça que era maior na altura que o Barreiro, ah... ou Aldeia Galega que já era grandinho. Mas Alcochete era maior. E a nobreza vinha para aqui, tinham aqui os seus palácios, havia muitos palácios aqui. Muitos. Muitos palácios que havia aqui.

F.R.

E foi depois com o terramoto?...

M.B.

O terramoto, o terramoto afectou muito e como aqui quando, quando veio o terramoto, Alcochete já era uma zona em declínio... então o que é que aconteceu? É que poucos foram recuperados. Foi este aqui dos Paços do Concelho, foi o... lá o outro do... do museu, da casa do Marquês de Soydos, e... e não há mais. Quer dizer, não se recuperou, caiu.

F.R.

A vila é muito diferente de quando era mais novo, quando andava na escola para agora?

M.B.

Não. O centro da vila não. Aqui o Largo de S. João teve, teve, teve...teve alterações. Aqui o Largo de S. João teve alterações. que foram, ah... que foram, enfim, no meu tempo, já no meu tempo aqui como presidente da Câmara e que houve algumas... opiniões divergentes, mas que... creio que as pessoas, enfim, já se esqueceram. Portanto, ali havia... porque nós resolvemos mudar... esta era a Rua Direita, a rua que vem desta avenida, aqui passavam os carros, à frente da Câmara... E então seguimos uma política que foi de vedar, portanto, aquela rua ao trânsito. E abrimos, portanto, uma... uma nova artéria, que é a que vai ter à escola. Porque as pessoas para entrar aqui era sempre assim por dentro da vila, pela Rua Direita, que era toda torta, mas era a Rua Directa. Ah... e então aí alterámos aqui no largo e alterámos, portanto o... portanto... a R. Comendador Estevão de Oliveira até ao Largo da Misericórdia, não passam... não passa aí trânsito e... isso ainda é do meu tempo, é do meu tempo como presidente da Câmara.

E depois também há o ajardinamento do Largo do Rossio, ou do Largo Barão de Samora Correia. Também é recente. Ficou melhor. Também houve alguma polémica. Na altura, porque as pessoas não ‘tavam a ver, e tal... houve uma polémica. Mas também as coisas felizmente que... viram que as ações foram no sentido de valorizar Alcochete.

F.R.

Nessas altura, quando há alguma polémica, é como? As pessoas vêm à Câmara? Manifestam-se?

M.B.

Sim, sim. Sim, com abaixo assinados e... as pessoas participaram, foi bom, foi bom terem participado. Foi bom. Quando... por exemplo, quando foi a... a estátua do, do salineiro... porque aquele largo era um largo... mmm... degradado. Não tinha ali nenhuma referência. E o salineiro, para nós, era um herói do trabalho. Portanto, era um... era uma classe que, que representava, de certa maneira, Alcochete... E identificava o salineiro. Aqui era o salineiro, noutros lados era outra... mas aqui era... havia muitos salineiros. Nós pensámos fazer uma estátua de homenagem ao salineiro. E houve um escultor que ofereceu o trabalho. Nunca mais o largámos, comprámos o bronze em dois anos seguidos ao ferro velho, porque era caro e a gente não tinha dinheiro. Ah... e ele fez a maquete, e depois... houve muita polémica, como é que será, o homem deve levar chapéu, não deve levar chapéu, deve ser assim, deve ser assado. Pusemos a maquete aqui assim no, no... na Câmara, portanto, no átrio da Câmara e... e as pessoas vieram. E depois expunham as suas impressões, as pessoas escreviam. “Acho que deve ser assim... acho que deve, que o rodo ‘tá assim, o rodo deve ‘tar assado”. Aquelas coisas todas. E quando ‘tava tudo quase pronto, tinha, enfim, acabado o inquérito ah... contaram-me, eu não vi, houve um indivíduo muito bem posto, chegou ali assim, começou a desfolhar o livro, agarrou no livro, pôs o livro debaixo do braço, foi-se embora. Foi-se embora, com o livro. Ninguém conhecia, não era de cá, e levou o livro. Com as observações todas.

F.R.

E nunca mais apareceu o livro?

M.B.

Não. Nunca mais apareceu. E depois... e depois as coisas avançaram. E o escultor entendeu “Não, o chapéu não, porque o chapéu... normalmente não se vê estátuas com chapéu, porque o chapéu tira assim a... dificulta a leitura da... do semblante da pessoa”. Depois acharam que era grande demais, enfim, e não sei quê... mas ficou assim, pronto, e cá está. E é uma referência. Faz parte ago... portanto, é uma referência ah... que já ninguém é capaz de imaginar quase quando não havia. E é uma coisa recente, 1989. É uma coisa recente.

(interrupção, devido a uma chamada telefónica)

M.B.

Onde é que íamos?

F.R.

‘Tava-me a contar que as pessoas tinham feito imensos comentários, quando foi da estátua do salineiro.

M.B.

Pois, as pessoas gostam de dar a sua, a sua opinião. E então depois... correu tudo bem, fez-se a inauguração, houve pessoas que choraram... depois mais tarde houve quem se lembrasse de fazer uma estátua ao, ao herói da festa, que também tem tradição em Alcochete que é o forcado e... e fez-se depois uma estátua, portanto, ao forcado. Não é nenhuma pessoa em... à figura do forcado. Portanto, são, são estátuas não é a nenhuma pessoas, é a figuras, o forcado, o salineiro. Mas... já cá havia muitas estátuas, não é? E as pessoas, enfim... era uma terra

pequena com muitas estátuas, a estátua do D. Manuel I, a estátua do Padre Cruz, a estátua do Barão... o busto de Barão de Samora Correia, portanto, a estátua de um forçado que morreu, ali ao pé da Praça de Touros, muitas estátuas.

F.R.

E houve mais algum, mais alguma altura em que a Câmara tenha feito consulta pública? Por exemplo, quando foi do jardim fizeram também uma maquete?

M.B.

Sim, sim. Houve, houve... Houve uma vez que até fizemos... quando foi de uma estátua ao forçado Helder Antão, que morreu, portanto, a fazer uma pega, na Praça de Touros e houve um grupo que quis fazer a estátua. Ah... isto houve alguma polémica, enfim uns queriam outros não queriam, não sei quê, o homem não era de Alcochete, mas era do grupo de forçados amadores. Porque havia rivalidade, havia dois grupos de forçados, e a assembleia municipal deliberou ah... que se fizesse uma, um inquérito administrativo, um inquérito em que as pessoas vieram dizer se queriam se não queriam. E depois quiseram, fez-se. Acho que é interessante. Enfim, teve alguns episódios, naturalmente quem quis ah... mobilizou-se mais do que quem não quis. Talvez a maior parte das pessoas fosse indiferente, mas quando é a pessoa que é indiferente, não se dá ao trabalho de dizer que não, nem que sim. As que queriam é que fizeram. Enfim e, e 'tá bonita. fez-se lá uma estátua e valoriza, é mais um elemento que valoriza, não é?, é mais uma referência. Uma referência, portanto, histórico-cultural. Que eu acho que as estátuas são importantes. São importantes sob o ponto de vista estético e sob o ponto de vista de referências histórico-culturais. E nós temos isso cá muito.

F.R.

E em relação, que não tenha sido uma estátua, por exemplo em relação à Igreja da Misericórdia ou algum edifício, alguma vez a Câmara tomou a iniciativa de perguntar, de fazer um inquérito?

M.B.

Ah, não. Mas esses processos foram processos muito participados, onde se fez... portanto, os projectos tiveram patentes para as pessoas virem, e onde... por exemplo, eu lembro-me que na Igreja da Misericórdia, que foi uma dirigida mesmo pela Câmara, não é?, fizemos várias ah... visitas guiadas, com os técnicos que 'tavam a trabalhar no, no processo a explicar o que é que se vai fazer assim, o que é que se vai fazer assado. Mas aí... aí não houve polémicas, as pessoas concordaram desde o início. Porque aquilo 'tava mal, 'tava em ruínas, era o antigo velório. Eu na altura ah... nós, enfim, tivemos que arranjar um sítio para um velório e fizemos o velório, portanto, ao lado do cemitério, o edifício do velório. E eu na altura receava que alguém ah... achasse mal, enfim, aquilo era um local de velório. Mas não, toda a gente reagiu bem. E sob o ponto de vista prático também foi melhor porque os funerais tinham... atravessavam a vila, e tal. E ali não. Portanto, assim... agora 'tão ao pé do cemitério é mais fácil, é mais fácil o escoamento de tráfego, não é? Porque isto entafelhava tudo quando havia um, quando havia um funeral. E... ali assim o edifício 'tava muito mau, já chovia lá dentro, o soalho 'tava todo partido, ah... acho que toda a gente gostou daquela solução.

F.R.

Nessas coisas quem é que aparece mais? Mais pessoas novas, mais velhas, homens, mulheres.

M.B.

Aparece de tudo. Não... não se pode dizer que haja um... um escalão etário que apareça mais ou... não, as pessoas aparecem, indiscriminadamente, não posso dizer que... homens, mulheres, aparece tudo, não é?

F.R.

Acha que os mais jovens que são de cá de Alcochete e que andam agora na escola estão bem despertos para estas questões do património?

M.B.

Ah, talvez não tanto como eu desejaria. Talvez não tanto como eu desejaria. Gostava que, em relação ao património, portanto não falo só do património construído, falo também do património natural, dos problemas ambientais. Sabe que nos temos aqui uma zona extremamente importante em termos ambientais e eu não noto que haja... ah... uma grande preocupação, um grande entusiasmo das pessoas daqui, nomeadamente os jovens, nessa matéria. E eu penso que a culpa não será só deles. Nem será só da Câmara, evidentemente, não é? Mas... a culpa neste momento 'tá a ser... é mais ah... da acção de grupos ambientalistas ah... alguns com muita responsabilidade, que não têm sabido conduzir, portanto, uma acção, uma campanha, ah... no sentido de conquistar as pessoas.

(...) fala do GEOTA e das relações com os grupos ambientalistas

F.R.

Bem, voltando ao centro histórico, só para terminar, qual é o seu percurso quotidiano?

M.B.

Olhe, o meu percurso quotidiano é muito variado, porque eu nem sempre venho para a Câmara directamente. Eu... como os trabalhadores começam às oito horas, os trabalhadores operários começam a trabalhar às oito horas e a Câmara, aqui os serviços administrativos começam às nove, abrem às nove, ah... eu procuro muitas vezes ir aos sítios onde eles ‘tão a trabalhar. Portanto, se eu sei que eles ‘tão a reparar uma estrada, enfim, na Barroca d’Alva, ou ao pé da Atalaia ou coisa assim, eu dou assim uma volta, e vejo como é que ‘tá isto, como é que ‘tá aquilo. Para ter um conhecimento visual das coisas. Portanto, nem sempre venho do Canto do Pinheiro, portanto, até aqui.

Ah... já quis vir a pé, mas nunca consegui vir a pé, porque as pessoas davam-me boleia. Tenho que vir sempre de carro. Ou então encontro uma pessoa, e a pessoa põe-se a falar e ‘tamos ali uma hora a falar. Não pode ser. Tenho vindo sempre de carro.

F.R.

E... e num dia que não trabalhe? Em dias de lazer, qual é que é o percurso que faz dentro do concelho? Ou sai para fora do concelho?

M.B.

É raro haver um dia em que não tenha coisas, porque... aos sábados, aos domingos há sempre representação... representação pública, não é? Ou colectividades que fazem anos, ou é um festival de folclore... e eu procuro, enfim, ir. Quando... quando tenho tempo livre, ah... gosto muito de ir à praia, mas desisti de ir à praia aqui em Alcochete. Por falta de... porque queria também despir a farda de presidente e então se for para outro lado ‘tou mais à vontade, dispo a farda de presidente e ando melhor. E aqui assim sou sempre o presidente, e mesmo na praia “Ah, ainda bem que o vejo”. E não posso ‘tar a virar as costas às pessoas.

F.R.

E compras quotidianas, faz dentro ou fora do concelho?

M.B.

Conforme, faço fora e dentro. Não compro tudo aqui. É conforme.

F.R.

Até porque o supermercado maior aqui ao pé fica fora do concelho...

M.B.

É. E a minha mulher trabalha no Montijo. E como trabalha no Montijo muitas vezes compra coisas lá. Mas... quando abrir aqui um supermercado, ‘tá previsto, Intermarchet, ah... até por uma questão de... de colaborar. gostava de fazer as minhas compras cá. Em vez de ir ao Montijo.

F.R.

E vai a Lisboa às compras ou não?

M.B.

Não. Às compras raramente. Eu não vou. Quer dizer, normalmente é a minha mulher que compra tudo. Eu não tenho tempo para nada. Ela às vezes compra-me as calças e os casacos, e leva para casa uma quantidade deles e eu experimento.

F.R.

Mas ela não vai a Lisboa?

M.B.

Não. Procura comprar muita coisa cá. Roupas procura comprar muita coisa cá.

F.R.

Quer dizer que se desloca à margem norte, normalmente só por razões profissionais?

M.B.

Sim, sim. Agora é. Por razões culturais também, às vezes.

F.R.

E quais é que acha que são os espaços mais bonitos de Alcochete?

M.B.

Os espaços... para mim o que é mais interessante é nós termos à frente dos olhos ah... horizonte. Quer dizer, até... a nossa vista abarca até dar assim a curva. A terra é redonda não é? Então a gente vê, vê, vê até ali, depois dá assim a curva. Isso é muito bom. Podermos olhar até... podermos ver o por do sol, a gente olhar e ver o por do sol, a esconder-se na Serra de Sintra, devagarinho, devagarinho. É muito bom. Portanto, ao contrário, na cidade, não se percebe isso, não é?

F.R.

E espaços que não sejam bonitos? Alcochete tem espaços feios?

M.B.

Tem. Também tem. Tem zonas que eu gostaria que ‘tivessem melhor, que as pessoas fossem mais cuidadosas, ah... sobretudo com... a mim o que me desgosta mais, embora as pessoas de fora digam que Alcochete é uma terra limpa, ah... mas para mim o que me desgosta mais é o comportamento das pessoas em relação aos... ao lixo. Aos resíduos sólidos urbanos. Eu penso que se as pessoas ah... fossem mais cuidadosas, nós tínhamos um aspecto muito mais atraente e poupava-se muito dinheiro. Sei lá, encontra-se com muita frequência contentores com a tampa virada, não é? Ah... portanto, vê-se um contentor cheio, até a deitar por fora e outro ao lado, meia dúzia de metros, ah... com pouco lixo. As pessoas não têm cuidado. Vêm coisas no chão, atiram para o chão. Havia uma prática antiga, que agora felizmente ‘tá um bocadinho melhor, mas mesmo assim no Boletim Municipal aparece aí uma referência, em que as pessoas punham o lixo pela muralha fora, para dentro de água. As pessoas punham o lixo e... mas vamos lá ver, depende do lixo, se for um lixo biodegradável ah... há muita gente que vai apanhar peixe para ali, as casas são pequeninas, vai ali para a muralha apanhar peixe. Depois põem as tripas para fora. Depois vêm as gaivotas comem as tripas do peixe, e tal, não há problema nenhum. Enfim, não há um problema de maior. Mas se as pessoas vêm com plásticos e atiram tudo para fora é mau.

Ainda aqui há tempos, ‘tava um indivíduo aqui, era uma obra aqui nos bombeiros... e o indivíduo ía mesmo, era alguma coisa... uma coisa qualquer ía já fazer assim (faz o gesto de atirar algo). E eu “Eh pssst, oiça lá, onde é que vai por isso? Ponha aqui no contentor”. Não disse mais nada... não... e a pessoa foi depois... viu que ‘tava a fazer mal e pôs no contentor. Mas se eu não dissesse, com o contentor ao lado ía por... lá para baixo, para o mar. É um vício antigo, que antigamente era assim. Ah... antigamente, no tempo em que não se recolhia lixo, também havia... também era tudo mais... era tudo biodegradável. Não havia plástico, era tudo mais biodegradável. Mas as pessoas onde é que punham as coisas? Aqui assim. Era fácil. Era... havia uma depressão à frente e pumba, tudo pela muralha fora.

F.R.

Desaparecia da vista...

M.B.

Era, e depois o mar levava. Era assim.

F.R.

Acha que Alcochete tem zonas onde se concentram mais os jovens e zonas onde se concentram mais as pessoas de idade?

M.B.

Nitidamente. E curiosamente ah... há, há modificações. Ah... eu lembro-me que, quando eu era miúdo, a concentração maior das pessoas idosas, enfim, era no Largo da Misericórdia. As pessoas iam ali, apanhavam solinho, ‘tavam ali, sentadinhas, e tal... no Largo da Misericórdia. Ah... era ali que ‘tavam. Agora, as pessoas m... idosas vêm para o Largo de S. João. Ali, naqueles banquinhos. Digamos que é um bocado a protecção da Câmara, também, e então vêm para ali. E os jovens vão mais para o Largo da Misericórdia, porque há lá uns bares, há lá mais umas coisitas, e depois vão para ali. ‘Tá lá um... Têm um bar, pronto tem os bares, os bares são sítios de convívio... Vão até ao cais, que também tem um bar, tem o Ocaso, tem o Chiquinho, tem aqueles bares ali. Depois há o Alfoz, mas o Alfoz ah... tem uma discoteca, não é... não é só para as pessoas daqui, é até mais para as pessoas que vêm de outros lados, que vêm à procura do diferente. Então vêm para aqui às sextas-feiras e aos sábados.

F.R.

E há sítios que não sejam seguros em Alcochete?

M.B.

Aí não. A nossa pequenez , ah..., a nossa pequenez é uma factor de segurança, não é? Quanto maiores são as cidades, mais insegurança existe, de uma fora geral.

F.R.

E talvez também o facto de as pessoas se conhecerem umas às outras...

M.B.

Mas também vem gente de fora. Mas há droga. Há droga. Há muita droga. Há muita. Há consumidores, há traficantes, há muita coisa de droga. É um dos principais problemas que existe, de natureza social, tem a ver com a droga, não é? Portanto, roubos, ah... algumas violências gratuitas, têm um bocado a ver com a droga. Mas isso existe em todo o lado. Quer dizer, não tenho dados para dizer que aqui existe mais que nos outros lados.

F.R.

Também nota-se mais porque é um espaço mais pequeno, nota-se mais...

M.B.

Pois.

F.R.

Sabe que nós quando falámos com uma professora da escola ela disse-nos que dentro da escola não têm muitos problemas de droga?

M.B.

Pois não. É cá fora. Há centros, por exemplo aqui no Londres, no café Londres, eu às vezes passo e vejo lá uns jovens assim... com um ar assim triste, assim descuidados, não é, com a barba por fazer e tudo. Não vou dizer que são drogados, não é? Mas se calhar são. Porque é o centro ali de, de... há ali um encontro, não é?

Eu uma vez fui a uma casa de banho que há li no Rossio, por acaso agora 'tá fechada, ah... havia um casamento, e geralmente vão para ali tirar as fotografias aos noivos, é bonito, tem um lago o largo, tem aquela verdura toda, tirar fotografias aos noivos. E fui ali à casa de banho "Deixa lá ver como é que é isto, é da Câmara, deixa cá ver como é que isto está". E eu entrei, era tudo pingos de sangue, lá na casa de banho, e rodela de limão. Porque acho que o limão é utilizado... E então 'tava tudo cheio de rodela de limão e de pingos de sangue. Era mesmo uma manifestação de que tinha havido ali droga. E não 'tava lá o homem, por acaso. Eu pensei "Então não 'tá aqui o homem?". Aquilo 'tava aberto. O homem tinha morrido. Duas horas antes. Morreu do coração. Veio a casa, morava aqui assim, morreu. Depois tínhamos uma pessoa semi-incapacitada, portanto um homem, um jovem, uma pessoa assim de quarenta e poucos anos, semi-incapacitado, pusemo-lo a tomar conta também desses sanitários. No Rossio. Passado uns meses morreu também. E agora fechámos. Quando for para o Barrete Verde abrimos, pronto, agora fechamos. Porque a malta ía para ali, era um sítio de droga, partiram todos os... as luzes que havia, todas as lâmpadas que havia ali, partiram tudo. Várias vezes pusemos as lâmpadas, várias vezes partiram. E agora 'ta partido. Não se pode lutar contra isto. Mas as casas de banho 'tão fechadas. Isto é pequenino também, tem tantos cafés.

F.R.

Alcochete não tem GNR, não é?

M.B.

Temos GNR, só que não 'tá aqui, 'tá no Montijo, vem cá. Vem cá, mas... vem cá pouco, não fazem... o trabalho que eles fazem, é um trabalho... é muito pouco, não resulta. Passam quando passam. 'Tamos muito insatisfeitos com a actuação da GNR. Com a falta de actuação.

F.R.

Estava a falar há bocadinho, aquele edifício do cinema... Gosta?

M.B.

Nós fomos um bocado surpreendidos com esse... com essa recuperação. Vamos lá ver, eu sempre conheci ali um edifício em ruínas, sem telhado. Sempre, sempre, sempre. E depois, o edifício foi recuperado. Para uma cooperativa agrícola. Que faliu. E depois foi vendido a um, a um, aquele... ao produtor de cinema que é o Branco. Mário Branco. Não é Mário, Paulo. Paulo Branco, produtor de cinema. E fomos surpreendidos quando aquilo apareceu. Porque quem licencia é o Porto de Lisboa, não é a Câmara. É. E aquilo foi feito por um... por uma pessoa conceituada, foi o projectista... foi o arquitecto que projectou ah... o nosso, nosso, o nosso stand na

feira de Sevilha. Foi quem fez aquilo. E ficámos um bocado surpreendidos porque destoa do resto. As pessoas reagiram, e então eles disseram “Isto é uma coisa diferente. É um estúdio de cinema. Como é um estúdio de cinema tem que ser diferente dos outros edifícios. Não pode ser igual. Uma igreja também é diferente dos outros, também destoa do conjunto. É verdade. Uma igreja é totalmente diferente das outras coisas. Destoa do conjunto. Mas... pois, mesmo assim, eu sinceramente não gosto daquilo. Foi uma pena. Ah... espero que... sobretudo é as pinturas, é as cores, a configuração não tem nada de especial, é as cores é que destoa. Queria ver se... eles hão-de pintar outra vez, e se nessa altura ah... se estamos vigilantes para exigir ao Porto de Lisboa e, e aos proprietários para pintarem aquilo de cores neutras, não é... em vez de ser aquele, aquele lilás, aquele rosa-velho, aquele verde-alface, em vez de ser isso, ver se é branco. Branco e...

F.R.

Provavelmente o projectista fica furioso, porque o que ele queria eram aquelas coisas...

M.B.

“Tá bem, mas também tem de ter em conta o enquadramento. E a opinião pública. Mas os vanguardistas são sempre incompreendidos, não é? Enfim, são os génios que morrem na miséria e depois passados anos “Eh pá, aquele homem era excepcional”. E então fazem uma estátua ao homem. E enquanto ele viveu e trabalhou e tal, ninguém o compreendia... mas que aquilo destoa, destoa.

Já em relação ao, ao, ao cais, que também há pessoas que não gostam, puseram lá o Coca-Cola e puseram uma cor também diferente, o rosa. Aí, ah... tem que se dizer que é um bar. Tem que se dizer que é um bar. Aí eu aceito mais. Isso tem de ser, tem que se saber que é um bar. Se passar despercebido, não é chamativo.

F.R.

E não está numa fileira de casas...

M.B.

Aquilo é uma coisa isolada, enquanto ali não. Ali ‘tá junto às casas e aparece a determinada altura com aquelas cores todas.

F.R.

O que é que pensa dos regulamentos que impõem restrições quanto às casas?

M.B.

O que eu penso é: se não conseguirmos convencer as pessoas da bondade das nossas ideias, não conseguimos fazer nada. Nós tínhamos um... um regulamento que dizia que era proibido, não era permitido alumínio anodizado. Era madeira, pronto. E o que é que acontecia? Nós tínhamos fiscalização durante a semana, mas ao fim-de-semana não tínhamos. E a agressividade comercial dos indivíduos que tem... que vendem o alumínio é muito maior que os da madeira. A madeira é mais complicado. À segunda-feira aparecia já, aquelas casas todas com alumínio anodizado, aquela cor prateada. Que é horrível. Ah... e não conseguíamos. Chamávamos as pessoas, multávamos, as pessoas pagavam a multa e ficavam consciencializadas que resolviam o problema. Mas depois era uma violência, as pessoas não tinham dinheiro, como é que se fazia? Depois tinham que pagar aquilo, era uma chatice. E então tivemos que encontrar um meio termo. Foi permitir o alumínio anodizado de cor castanha ou cor preta ou cor branca. Ah, porque aí já disfarça, já imita a madeira. Foi um mal menor.

Entrevista n.º 1 - Análise das representações espaciais do tema Centro Histórico.

A. Inclusão.

Palavra	Espaço de Pertença	Espaço Objecto	Espaço de Referência
Centro Histórico	Alcochete	Centro Histórico	Câmara
Centro Histórico	Alcochete	Centro Histórico	Câmara
Centro Histórico	Alcochete	Centro Histórico	Miradouro das Palmeiras
Centro Histórico	Alcochete	Centro Histórico	Miradouro das Palmeiras
Centro Histórico	Alcochete	Centro Histórico	Miradouro das Palmeiras
cá	Alcochete	Largo da Misericórdia	Rua
cá	Alcochete	Largo da Misericórdia	Rua
cá	Alcochete	Largo da Misericórdia	Rua
cá	Alcochete	Ruas do Núcleo Antigo	Rua
Câmara	Alcochete	Câmara	Câmara
aqui	Alcochete	Barrocas	Núcleo Antigo
aqui	Alcochete	Barrocas	Núcleo Antigo
cá	Alcochete	Alcochete	Alcochete
Alcochete	Alcochete	Alcochete	Outras localidades
Aqui	Alcochete	Núcleo Antigo	Núcleo Antigo
Aqui	Alcochete	Núcleo Antigo	Núcleo Antigo
Isto	Alcochete	Núcleo Antigo	Núcleo Antigo
Cá	Alcochete	Fora de casa	Dentro de casa
Aqui	Alcochete	Alcochete	Alcochete
Aqui	Alcochete	Alcochete	País

B. Exclusão.

Palavra	Espaço de Pertença	Espaço Objecto	Espaço de Referência
aí	Alcochete	Núcleo Antigo	Câmara
aí	Alcochete	Núcleo Antigo	Câmara
aí	Alcochete	Largo da República	Câmara
aí	Alcochete	Largo da República	Câmara
aí	Alcochete	Largo da República	Câmara
aí	Alcochete	Largo da República	Câmara
aí	Alcochete	Largo da República	Câmara
aí	Alcochete	Largo da República	Câmara
aí	Alcochete	Museu	Câmara
aí	Alcochete	País	Alcochete
aí	Alcochete	Rua	Alcochete
Largo da Misericórdia	Alcochete	Largo da Misericórdia	Câmara
Largo da Misericórdia	Alcochete	Largo da Misericórdia	Câmara
Aquilo	Alcochete	Largo da Misericórdia	Câmara
Aquilo	Alcochete	Casas Núcleo Antigo	Câmara
Aquilo	Alcochete	Café	Câmara
Aquilo	Alcochete	Madragoa Filmes	Câmara
Aquilo	Alcochete	Madragoa Filmes	Câmara
Aquilo	Alcochete	Madragoa Filmes	Câmara
Aquilo	Alcochete	Madragoa Filmes	Câmara
Aquilo	Alcochete	Madragoa Filmes	Câmara
Aquilo	Alcochete	Bar	Câmara
Aquilo	Alcochete	Monsaraz	Alcochete
Ali	Alcochete	Largo da Misericórdia	Câmara
Ali	Alcochete	Madragoa Filmes	Câmara
Ali	Alcochete	Madragoa Filmes	Câmara
Ali	Alcochete	Madragoa Filmes	Câmara

Ali	Alcochete	Dentro de casa	Fora de casa
Lá	Alcochete	Monsaraz	Alcochete
Lá	Alcochete	Monsaraz	Alcochete
Lá	Alcochete	Monsaraz	Alcochete
Lá	Alcochete	Dentro de casa	Fora de casa
Lá	Alcochete	Largo da Misericórdia	Câmara
Lá	Alcochete	Casas Núcleo Antigo	Câmara
Lá	Alcochete	Casas Núcleo Antigo	Câmara
Lá	Alcochete	Café	Câmara
Lá	Alcochete	Cais	Câmara
Essa	Alcochete	Miradouro das Palmeiras	Câmara
Essa	Alcochete	Miradouro das Palmeiras	Câmara
Aquela	Alcochete	Zona das quadrículas	Câmara
Aquela	Alcochete	Casas Núcleo Antigo	Câmara
Aquelas	Alcochete	Casas Núcleo Antigo	Câmara
Rossio	Alcochete	Rossio	Zona mais antiga
Rossio	Alcochete	Rossio	Zona mais antiga
Solar Marquês Soydos	Alcochete	Solar Marquês Soydos	Zona mais antiga
Estátua D. Manuel I	Alcochete	Estátua D. Manuel I	Zona mais antiga
Zona mais antiga	Alcochete	Zona mais antiga	Zona mais antiga
Sítios centrais	Alcochete	Sítios centrais	Zona mais antiga
Largo do Tróino	Alcochete	Largo do Tróino	Zona mais antiga
Largo	Alcochete	Largo da praça	Zona mais antiga
Largo da praça	Alcochete	Largo da praça	Zona mais antiga
Largo da praça	Alcochete	Largo da praça	Zona mais antiga
Largo da República	Alcochete	Largo da República	Zona mais antiga
Largo da República	Alcochete	Largo da República	Zona mais antiga
Largo da República	Alcochete	Largo da República	Zona mais antiga
Museu	Alcochete	Museu	Zona mais antiga
Edifício	Alcochete	Madragoa Filmes	Câmara
Edifício	Alcochete	Madragoa Filmes	Câmara
Feira de Sevilha	Alcochete	Feira de Sevilha	Câmara
Cais	Alcochete	Cais	Câmara
Barrocas	Alcochete	Barrocas	Câmara
Monsaraz	Alcochete	Monsaraz	Alcochete

- Quais os 5 locais mais importantes do concelho em termos de património a porquê?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

- Delimite na planta anexa aquilo que pensa ser o Centro Histórico de Alcochete

- Quais os locais onde costuma passar os seus tempos de lazer?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

Sexo: F ☐ M ☐

Data de nascimento: _____

Local de nascimento: _____

Local de residência: _____

1. Entrevista nº 1

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	18	0 (0%)	0 (0%)	18 (100%)	0 (0%)
Património	95	53 (55,8%)	17 (17,9%)	21 (22,1%)	4 (4,2%)
Memória	105	44 (41,9%)	34 (32,3%)	24 (23%)	3 (2,8%)
Centro Histórico	133	44 (33,1%)	55 (41,3%)	26 (19,6%)	8 (6%)
Relação com a autarquia	59	22 (37,3%)	13 (22%)	21 (35,6%)	3 (5,1%)
Vivência quotidiana do espaço	92	21 (22,8%)	41 (44,6%)	30 (32,6%)	0 (0%)
Futuro	92	46 (50%)	27 (29,3%)	10 (10,9%)	9 (9,8%)
Total	594	230 (38,7%)	187 (31,5%)	150 (25,3%)	27 (4,5%)

2. Entrevista nº 2

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	0	0	0	0	0
Património	18	6 (33,3%)	0	12 (66,7%)	0
Memória	0	0	0	0	0
Centro Histórico	196	63 (32,1%)	87 (44,4%)	41 (20,9%)	5 (2,6%)
Relação com a autarquia	20	5 (25%)	7 (35%)	7 (35%)	1 (5%)
Vivência quotidiana do espaço	0	0	0	0	0
Futuro	7	4 (57,1%)	3 (42,9%)	0	0
Total	241	78 (32,3%)	97 (40,3%)	60 (24,9%)	6 (2,5%)

3. Entrevista nº 3

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	32	12 (37,5%)	6 (18,8%)	13 (40,6%)	1 (3,1%)

Património	28	4 (14,3%)	19 (67,8%)	5 (17,9%)	0 (0%)
Memória	158	16 (10,1%)	64 (40,5%)	71 (45%)	7 (4,4%)
Centro Histórico	325	36 (11,1%)	146 (44,9%)	125 (38,5%)	18 (5,5%)
Relação com a autarquia	0	0	0	0	0
Vivência quotidiana do espaço	53	6 (11,3%)	34 (64,1%)	11 (20,8%)	2 (3,8%)
Futuro	80	8 (10%)	54 (67,5)	17 (21,25%)	1 (1,25%)
Total	676	82 (12,1%)	323 (47,8%)	242 (35,8%)	29 (4,3%)

4. Entrevista nº 4

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	96	25 (26,%)	18 (18,8%)	53 (55,2%)	0
Património	0	0	0	0	0
Memória	577	126 (21,9%)	232 (40,2%)	198 (34,3%)	21 (3,6%)
Centro Histórico	272	68 (25%)	112 (41,2%)	84 (30,9%)	8 (2,9%)
Relação com a autarquia	233	114 (48,9%)	52 (22,3%)	64 (27,5%)	3 (1,3%)
Vivência quotidiana do espaço	134	63 (47%)	40 (29,9%)	29 (21,6%)	2 (1,5%)
Futuro	186	82 (44,1%)	42 (22,6%)	57 (30,6%)	5 (2,7%)
Total	1498	478 (31,9%)	496 (33,1%)	485 (32,4%)	39 (2,6%)

5. Entrevista nº 5

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	312	45 (14,4%)	25 (8%)	237 (76%)	5 (1,6%)
Património	79	33 (41,7%)	16 (20,5%)	26 (32,8%)	4 (5%)
Memória	279	55 (19,7%)	70 (25,1%)	151 (54,1%)	3 (1,1%)
Centro Histórico	76	26 (34,2%)	16 (21,1%)	27 (35,5%)	7 (9,2%)
Relação com a autarquia	0	0	0	0	0

Vivência quotidiana do espaço	261	46 (17,6%)	91 (34,9%)	120 (46%)	4 (1,5%)
Futuro	106	51 (48,1%)	29 (27,4%)	25 (23,6%)	1 (0,9%)
Total	1113	256 (23%)	247 (22,2%)	586 (52,6%)	24 (2,2%)

6. Entrevista nº 6

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	48	11 (22,9%)	10 (20,8%)	27 (56,3%)	0
Património	31	11 (35,5%)	14 (45,2%)	5 (16,1%)	1 (3,2%)
Memória	154	25 (16,2%)	77 (50%)	37 (24%)	15 (9,8%)
Centro Histórico	57	18 (31,6%)	18 (31,6%)	16 (28%)	5 (8,8%)
Relação com a autarquia	75	22 (29,4%)	15 (20%)	34 (45,3%)	4 (5,3%)
Vivência quotidiana do espaço	248	77 (31%)	83 (33,5%)	78 (31,5%)	10 (4%)
Futuro	126	57 (45,2%)	39 (31%)	18 (14,3%)	12 (9,5%)
Total	739	221 (29,9%)	256 (34,6%)	215 (29,1%)	47 (6,4%)

7. Entrevista nº 7

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	111	35 (31,5%)	15 (13,5%)	53 (47,8%)	8 (7,2%)
Património	0	0	0	0	0
Memória	298	94 (31,6%)	73 (24,5%)	108 (36,2%)	23 (7,7%)
Centro Histórico	26	5 (19,2%)	6 (23,1%)	11 (42,3%)	4 (15,4%)
Relação com a autarquia	274	96 (35%)	82 (29,9%)	69 (25,2%)	27 (9,9%)
Vivência quotidiana do espaço	82	42 (51,2%)	14 (17,1%)	25 (30,5%)	1 (1,2%)
Futuro	156	47 (30,1%)	37 (23,7%)	59 (37,8%)	13 (8,4%)
Total	947	319 (33,7%)	227 (24%)	325 (34,3%)	76 (8%)

8. Entrevista nº 8

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	120	53 (44,2%)	8 (6,7%)	52 (43,3%)	7 (5,8%)
Património	0	0	0	0	0
Memória	349	86 (24,6%)	96 (27,5%)	144 (41,2%)	23 (6,7%)
Centro Histórico	2	0	0	2 (100%)	0
Relação com a autarquia	22	11 (50%)	2 (9,1%)	4 (18,2%)	5 (22,7%)
Vivência quotidiana do espaço	81	25 (30,8%)	14 (17,3%)	37 (45,7%)	5 (6,2%)
Futuro	33	12 (36,4%)	7 (21,2%)	8 (24,2%)	6 (18,2%)
Total	607	187 (30,8%)	127 (20,9%)	247 (40,7%)	46 (7,6%)

9. Entrevista nº 10

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	0	0	0	0	0
Património	0	0	0	0	0
Memória	7	0	5 (71,4%)	1 (14,3%)	1 (14,3%)
Centro Histórico	193	35 (18,2%)	55 (28,5%)	85 (44%)	18 (9,3%)
Relação com a autarquia	565	97 (17,2%)	248 (43,9%)	136 (24,1%)	84 (14,8%)
Vivência quotidiana do espaço	0	0	0	0	0
Futuro	142	7 (4,9%)	67 (47,2%)	56 (39,4%)	12 (8,5%)
Total	907	139 (15,3%)	375 (41,3%)	278 (30,7%)	115 (12,7%)

10. Entrevista nº 11

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	18	2 (11,1%)	0	15 (83,3%)	1 (5,6%)

Património	60	17 (28,3%)	25 (41,7%)	12 (20%)	6 (10%)
Memória	63	13 (20,6%)	24 (38,1%)	22 (34,9%)	4 (6,4%)
Centro Histórico	15	3 (20%)	5 (33,3%)	5 (33,3%)	2 (13,4%)
Relação com a autarquia	22	1 (4,5%)	11 (50,%)	2 (9,1%)	8 (36,4%)
Vivência quotidiana do espaço	0	0	0	0	0
Futuro	29	5 (17,2%)	18 (62,1%)	2 (6,9%)	4 (13,8%)
Total	207	41 (19,8%)	83 (40,1%)	58 (28%)	25 (12,1%)

11. Entrevista nº 12

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	81	25 (30,9%)	9 (11,1%)	41 (50,6%)	6 (7,4%)
Património	35	7 (20%)	12 (34,3%)	13 (37,1%)	3 (8,6%)
Memória	29	3 (10,3%)	16 (55,2%)	7 (24,2%)	3 (10,3%)
Centro Histórico	57	11 (19, 3%)	18 (31,6%)	24 (42,1%)	4 (7%)
Relação com a autarquia	10	5 (50%)	3 (30%)	2 (20%)	0
Vivência quotidiana do espaço	118	35 (29,6%)	23 (19,5%)	54 (45,8%)	6 (5,1%)
Futuro	38	23 (60,5%)	10 (26,3%)	4 (10,5%)	1 (2,7%)
Total	368	109 (29,6%)	91 (24,7%)	145 (39,4%)	23 (6,3%)

12. Entrevista nº 13

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	26	5 (19,2%)	1 (3,9%)	20 (76,9%)	0
Património	0	0	0	0	0
Memória	66	13 (19,7%)	25 (37,9%)	19 (28,8%)	9 (13,6%)
Centro Histórico	408	76 (18,6%)	158 (38,7%)	131 (32,1%)	43 (10,6%)
Relação com a autarquia	16	4 (25%)	6 (37,5%)	5 (31,2%)	1 (6,3%)
Vivência quotidiana do espaço	42	4 (9,5%)	25 (59,5%)	6 (14,3%)	7 (16,7%)

Futuro	52	8 (15,4%)	27 (51,9%)	8 (15,4%)	9 (17,3%)
Total	610	110 (18%)	242 (39,7%)	189 (31%)	69 (11,3%)

13. Entrevista nº 14

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	264	149 (56,5%)	32 (12,1%)	74 (28%)	9 (3,4%)
Património	2	1 (50%)	0	1 (50%)	0
Memória	151	3 (2%)	19 (12,6%)	126 (28%)	3 (2%)
Centro Histórico	45	20 (44,4%)	4 (8,9%)	14 (31,1%)	7 (15,6%)
Relação com a autarquia	0	0	0	0	0
Vivência quotidiana do espaço	0	0	0	0	0
Futuro	0	0	0	0	0
Total	462	173 (37,5%)	55 (11,9%)	215 (46,5%)	19 (4,1%)

Soma das entrevistas de V. Carvalheira

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	32	12 (37,5%)	6 (18,8%)	13 (40,6%)	1 (3,1%)
Património	28	4 (14,3%)	19 (67,8%)	5 (17,9%)	0
Memória	165	16 (9,7%)	69 (41,8%)	72 (43,6%)	8 (4,9%)
Centro Histórico	518	71 (13,7%)	201 (38,8%)	210 (40,5%)	36 (7%)
Relação com a autarquia	565	97 (17,2%)	248 (43,9%)	136 (24,1%)	84 (14,8%)
Vivência quotidiana do espaço	53	6 (11,3%)	34 (64,1%)	11 (20,8%)	2 (3,8%)
Futuro	222	15 (6,8%)	121 (54,5%)	73 (32,9%)	13 (5,8%)
Total	1583	221 (14%)	698 (44,1%)	520 (32,8%)	144 (9,1%)

Soma das entrevistas

	Nº de linhas	Conotação Positiva	Conotação Negativa	Conotação Neutra	Conotação Compensatória
Dados pessoais	1126	362	124	603	37
Património	348	132	103	95	18
Memória	2236	475	735	908	115
Centro Histórico	1805	405	678	591	129
Relação com a autarquia	1296	377	439	344	136
Vivência quotidiana do espaço	1111	319	365	390	37
Futuro	1047	350	360	264	73
Total	8969	2420	2808	3195	545

Data entrada	1959-1996	Número	Requerente	Projecto	Aprovação	Reprovação	Anulado
12-03-1959	Beato Manuel Rodrigues (Rua)		Francisco Maria Cebola Pereira	Const. 1º andar	13-03-1959		
10-04-1959	Senhora de Sant'Ana (Rua)		Mª Lino de Sousa	Ampl. de um prédio	10-04-1959		
02-07-1959	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Joaquim Fernandes	Obras de alteração de moradia	03-07-1959		
27-08-1959	Almirante Gago Coutinho (Largo)		Francisco dos Santos Fora	Modif. adega e const. 2º andar	28-08-1959		
21-04-1960	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Francisco Ferreira Júnior	Const. prédio 1º andar	22-04-1960		
02-05-1960	Barão de Samora Correia (Largo)		Avelino de Carvalho	Const. de 1º andar	06-05-1990		
22-08-1960	D. Manuel I (Avenida)		Rafael Tavares Murjal	Const. armazém		07-10-1960	
23-08-1960	Século (Rua do)	nº 19	Francisco José Pina Júnior	Ampl. 1º andar num prédio de 2 pisos	27-01-1961		
22-09-1960	Beato Manuel Rodrigues (Rua)		Francisco Manuel Rodrigues	Const. marquise e c.banho	23-09-1960		
23-12-1960	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Mel. Perei.Perinhas Mª Gertr. Garrancho	Alt. prédio dois pisos	30-12-1960		
07-03-1961	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)	nº 35	Manuel Ferreira Perinhas	Adaptação estabelecimento vinhos p/ café restauranrte	10-12-1960		
23-03-1961	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Joaquim Fernandes	Const. prédio de 4 andares	24-03-1961		
24-03-1961	Almirante Gago Coutinho (Largo)		Francisco dos Santos Fora	Const. prédio 3 pisos	24-03-1961		
20-04-1961	João Facco Viana (Rua)	nº 7	José Perinhas Ferreira	Const. de casa de banho	21-04-1961		
21-04-1961	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)	nºs 21 e 22	António Santos Salvador	Amp. e coloc telhado		05-05-1961	
03-05-1961	Barão de Samora Correia (Largo)		José Gomes	Const. anexo destinado a vestiário e instalações sanitárias	05-05-1961		
04-05-1961	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)	nºs 21 e 22	António Santos Salvador	Amp. e coloc telhado	05-05-1961		
02-06-1961	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)		António Santos Salvador	Const. arrecadação	02-06-1961		
06-10-1961	São João (Largo de)	nº 21	José Júlio da Costa Jr.	Alt. da frente de estabelecimento			
30-11-1961	Século (Rua do)	nº 17	António Antunes	Amp. prédio r/c para 1º andar	02-12-1961		
27-12-1961	Cadeia Velha (Rua da)		António Serra da Silva	Const. prédio 2 pisos	29-12-1961		
27-12-1961	Diário de Notícias (Rua do)		José Ferreira Policarpo	Const. de estabelecimento e casa de banho	29-12-1961		
11-02-1962	Barão de Samora Correia (Largo)		António Serra da Silva	Alarg. portão	12-01-1962		
22-02-1962	João Facco Viana (Rua)		António Antunes	Const. garagem no r/c e 2 fogos no 1º andar	04-01-1963		
07-03-1962	Amaral (Rua do)	nº 2	Carlos Marques Correia	Amp. prédio de r/c para 2º andar		20-04-1962	
21-03-1962	Cascais (Rua do)		Gertrudes Maria Valentim	Const. prédio de 2 pisos, 2 fogos	23-03-1962		
04-04-1962	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)	nº 3	José Júlio da Costa Jr.	Demol. prédio de r/c para fazer um primeiro andar	06-04-1962		
05-04-1962	Barão de Samora Correia (Largo)	nº 24	Manuel Dias de Sousa	Mod. fachada	20-04-1962		
13-04-1962	João Facco Viana (Rua)		António Antunes	Mod. instalação fabril	20-04-1962		
08-05-1962	João Gonçalves (Rua)		Leonor da Conceição de M. O. Gomes	Dem. prédio r/c e const. prédio 2 pisos, c/ 4 fogos	18-05-1962		
14-05-1962	António Maria Cardoso (Rua)		António Joaquim Pereira	Modif. prédio de 2 pisos	06-07-1962		
18-07-1962	Senhora de Sant'Ana (Rua)	nº 22 r/c	Mª da Madre Deus V. Saramago	Const. de casa de banho	20-07-1962		
19-09-1962	Praça (Rua da)	nº 9	Manuel Joaquim Júnior	Construção varandim	21-09-1962		
19-09-1962	Misericórdia (Largo da)	nº 4	Joaquim Ferreira	Benif. prédio de 2 pisos	21-09-1962		
16-10-1962	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)	nº 2	Constantino Pinto Rodrigues	Modif. armazém	19-10-1962		
20-10-1962	António Maria Cardoso (Rua)		Fernando Pires	Const. prédio 2 pisos e sótão	2-11-62		
24-10-1962	Praça (Rua da)		João Baptista Lopes Seixal	Const. prédio de 4 pisos		21-12-1962	
24-10-1962	Restauração (Avenida da)	nº 13	José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho, marquise e obras de benef.	02-11-1962		
24-10-1962	Restauração (Avenida da)	nº 2	José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho	02-11-1962		
06-11-1962	Senhora de Sant'Ana (Rua)	nºs 18,20,22	Matias Rodrigues Sena	Modif.num prédio de 2 pisos	23-11-1962		
05-12-1962	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)		Jorge de Oliveira Sena	Const. de 6 moradias de r/c	X		
18-12-1962	Tróino (Largo do)		António Carraça Padinha	Mod. prédio de 2 pisos	04-01-1963		
19-12-1962	Beato Manuel Rodrigues (Rua)		Francisco Manuel Rodrigues	Ampl. r/c p/ 2º andar	21-12-1962		
02-01-1963	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Álvaro Barata Feyo	Dem. e rec. parede num edif. de r/c		X	
29-01-1963	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Nicolau José AugustonRamos	Modif. num prédio de r/c	01-02-1963		
02-02-1963	Beato Manuel Rodrigues (Rua)	nº 9	Francisco Maria Cebola Pereira	Mod. cobertura	22-02-1963		
13-02-1963	Almirante Gago Coutinho (Largo)	nº 13	Estevão António de Oliveira	Const. prédio 4 pisos, 4 fogos	26-07-1963		
04-03-1963	Restauração (Avenida da)	nº 2	José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho e marquise num prédio de r/c	22-03-1963		
11-03-1963	Beato Manuel Rodrigues (Rua)		Francisco Maria Cebola Pereira	Legal. constr. arrecadação no sótão de prédio de 1º andar	23-03-1963		
11-03-1963	Século (Rua do)		António Costa Cruz	Legal. c.de banho e divisória carneiros num prédio de 2 pisos	22-03-1963		
20-03-1963	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Sociedade Imparcial 15 de Janeiro 1898	Const. edificio para reuniões e recreio	03-05-1963		
20-03-1963	Restauração (Avenida da)	nº 23	José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho e marquise num prédio de r/c	22-03-1963		
20-03-1963	Restauração (Avenida da)	nº 7	José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho e marquise num prédio de r/c	22-03-1963		
22-03-1963	Restauração (Avenida da)	nº 11	José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho e marquise num prédio de r/c	22-03-1963		
05-04-1963	República (Largo da) (ou Praça)	nº 13	Fernando Carvalho Seixal	Remod. e ampl. estabelecimento	05-04-1963		
22-05-1963	Senhora de Sant'Ana (Rua)	nº 10	Francisco Ferreira Júnior	Ampl. prédio r/c p/ 1º andar	07-06-1963		
30-05-1963	Passadico (Rua do)	nº 2	Joaquim Baptista Penetra	Const. de platibanda e algeroz na fachada principal de prédio r/c	07-06-1963		
03-07-1963	Luís Alves (Rua)	nº 22	José Francisco Cebola	Demolição de prédio de r/c e const. de um de 2 pisos	16-08-1963		
17-07-1963	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)	nº 4	Eduardo de Matos	Mod. moradia de r/c	26-07-1963		
17-07-1963	João Facco Viana (Rua)	nº 41	António Cardoso de Matos	Mod. interior estabelecimento	26-07-1963		
31-07-1963	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Francico da Costa Pinto Coelho	Dem. garagem e const. prédio 2 pisos	16-08-1963		

Pedidos de licenciamento de obras particulares 1959-1996

14-08-1963	Almirante Gago Coutinho (Largo)	nºs 22 a 25	Romão dos Santos	Const. prédio de 3 pisos e 6 fogos		17-01-1964	
21-08-1963	João Facco Viana (Rua)		Aposento do Barrete Verde	Amp. e modif. prédio	06-09-1963		
30-08-1963	Cadeia Velha (Rua da)	nº 15	Fernando Marques Seabra Júnior	Modif. prédio r/c	06-09-1963		
06-09-1963	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Álvaro Barata Feyo	2 moradias e fachada adjacente	20-09-1963		
18-09-1963	João de Deus (Rua)		Manuel Nunes Loureiro (Herdeiros)	Mod. habitação para estabelecimento	20-09-1963		
20-11-1963	Luís Alves (Rua)	nº 20	José Augusto Atalaia	Adaptação de um prédio de 2º andar e armazém para escritório	06-12-1963		
23-12-1963	República (Largo da) (ou Praça)		Mª Conceição Carvalhada de Brito	Const. casa de banho	02-01-1964		
15-02-1964	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Álvaro Barata Feyo	Mod e ben. prédio de r/c	06-03-1964		
05-03-1964	Cadeia Velha (Rua da)	nº 2	José Lopes Rosa (Herdeiros)	Legalização const. casa de banho		20-03-1964	
06-03-1964	Almirante Gago Coutinho (Largo)	nºs 22 a 25	Romão dos Santos	Const. prédio de 3 pisos	04-09-1964		
27-03-1964	Senhora de Sant'Ana (Rua)	nº 16	António Maria Vieira	Const. moradia 2 pisos	17-04-1964		
31-03-1964	São João (Largo de)	nº 16	Estevão José Atalaia	Dem. r/c e const. prédio 3 andares	02-11-1964		
14-04-1964	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Francisco José Pina Júnior	Mod. estabelecimento	17-04-1964		
25-04-1964	João Facco Viana (Rua)		Mª Gertrudes Valentim	Mod. prédio de 2 pisos	01-05-1964		
16-05-1964	João Facco Viana (Rua)	nº 52	Manuel Sousa Leiria	Const. casa de banho	22-05-1964		
03-06-1964	Restauração (Avenida da)	nº 7	José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho, marquise, obras de benif. moradia r/c	05-06-1964		
12-06-1964	Cadeia Velha (Rua da)	nº 2	José Lopes Rosa (Herdeiros)	Legalização const. casa de banho	03-07-1964		
15-07-1964	Restauração (Avenida da)	nº 25	José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho, marquise e obras de benef.	07-08-1964		
15-07-1964	Restauração (Avenida da)	nº 19	José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho, marquise, anexos num prédio de r/c	07-08-1964		
24-07-1964	Almirante Gago Coutinho (Largo)	nºs 7 e 9	Manuel Domingues Piqueira	Remod. padaria	07-08-1964		
24-07-1964	Almirante Gago Coutinho (Largo)	nºs 26 e 27	Grupo Desportivo Alcochete	Const. instalações sanitárias	21-08-1964		
24-07-1964	Espírito Santo (Rua do)		João Taru (Manuel Lucas averbou)	Demolição r/c, const. 1º andar	21-08-1964		
04-08-1964	Almirante Gago Coutinho (Largo)		João Gonçalves	Transf. de 2 janelas numa montra	21-08-1964		
04-08-1964	João da Horta (Largo)	nºs 6, 7 e 8	João Batista Lopes Seixal	Const. prédio de 3 pisos	21-08-1964		
24-08-1964	Almirante Gago Coutinho (Largo)	nº 3	João de Oliveira (herds)	Modif. de um estabelecimento de padaria	18-09-1964		
27-08-1964	Amaral (Rua do)	nºs 10 e 12	Maria Catalão	Remodelação num estabelecimento de padaria	07-12-1964		
09-09-1964	Paço (Rua do)	nº 10	Alfredo Ferreira Rodrigues	Amp. de 1 para 2 pisos	02-10-1964		
08-10-1964	Mercado (Rua do)		Fernando Ladeiras	Abertura portão		16-10-1964	
09-10-1964	Restauração (Avenida da)	nº 9	José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho, marquise e obras de benef.	16-10-1964		
10-10-1964	Restauração (Avenida da)	nº 27	José Gonçalves Gomes	Modif e ampl. de portão	16-10-1964		
10-11-1964	Dom Nuno Álvares Pereira (Rua)	nº 21	Mª Manuela Gomes Paiva Boeiro	Demolição prédio r/c, construção edifício de 2 pisos	07-12-1964		
16-12-1964	Praça (Rua da)	nºs 8 e 10	Francisco Maria Pereira	Benef. e constr. 2 c.banho	21-12-1964		
25-01-1965	Barão de Samora Correia (Largo)		Santa Casa da Misericórdia de Alcochete	Obras de bebeficiação do Asilo Barão de Samora Correia	22-02-1965		
03-02-1965	Almirante Gago Coutinho (Largo)	nº 5	José António Lourenço Piqueira	Alt. fachada de prédio de r/c	15-03-1965		
09-02-1965	Almirante Gago Coutinho (Largo)	nº 3	João de Oliveira (herds)	Modif. fachada de um prédio de r/c			
24-02-1965	Barão de Samora Correia (Largo)		Augusto Ferreira G. de Oliveira, herd.	Mod. no 1º andar de prédio de 2 pisos	15-03-1965		
29-03-1965	Diário de Notícias (Rua do)		Mª Gertrudes da Costa Nunes	Ampl. e remod. de estabelecimento	19-04-1965		
06-04-1965	Coronel Ramos da Costa (Largo)	nº 50	Cacilda Benjamim	Mod. prédio r/c	17-05-1965		
19-04-1965	Diário de Notícias (Rua do)		José Augusto Atalaia	Modif. num estabelecimento comercial		10-05-1965	
22-04-1965	Diário de Notícias (Rua do)		António Fernandes Antunes	Const. prédio 2 pisos	31-05-1965		
18-05-1965	Diário de Notícias (Rua do)	nº 22	José Augusto Atalaia	Benif. estabelecimento e alteração de fachada	31-05-1965		
20-05-1965	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)	nº 33	Joaquim Tomáz da Costa Godinho	Modif. prédio de 2 pisos	28-06-1965		
22-05-1965	República (Largo da) (ou Praça)	nº 7	João Batista Seixal Júnior	Alt. da fachada de um estabelecimento	14-06-1964		
24-05-1965	Barão de Samora Correia (Largo)		Lucinda Amélia da Cruz Alves	cons. c.banho e copa	31-05-1965		
31-05-1965	Senhora de Sant'Ana (Rua)		Francisco Ferreira Júnior	Mod. no 1º andar de prédio de 2 pisos	28-06-1965		
11-06-1965	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Leonor da Conceção de M. O. Gomes	Cons. c.banho	31-05-1965		
08-07-1965	Barão de Samora Correia (Largo)		Mª Gertrudes da Costa Nunes	Modif. prédio r/c	17-07-1965		
10-07-1965	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)		União Eléctrica Portuguesa	Obras de alteração na agência	17-01-1966		
21-07-1965	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Luís António Nunes	Ampl. de 1 p/ 2 andares	02-08-1965		
31-08-1965	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		The Anglo-Portuguese Telephone Co. Lda.	Alt. no 1º andar Dº de um prédio de 4 pisos	20-09-1965		
18-10-1965	São João (Largo de)	nº 15	Estevão José Atalaia	Dem. r/c e const. prédio 3 andares		03-01-1966	
20-10-1965	Restauração (Avenida da)	nº 25	José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho e marquise	22-11-1965		
04-11-1965	Almirante Gago Coutinho (Largo)	nº 12 - r/c	Estevão António de Oliveira	Const. divisório no interior de um armazém	03-01-1966		
08-01-1966	Espírito Santo (Rua do)	nº 3	António Serra da Silva	Alt. fachada	17-01-1966		
14-02-1966	Beato Manuel Rodrigues (Rua)		Francisco Camilo Marques	Marquises nos 2º e 3º pisos	13-01-1967		
21-02-1966	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		José Gonçalves Boeiro	Modif. no interior	21-03-1966		
13-03-1966	Tróino (Largo do)	nº 29	João Gonçalves da Cruz	Modif. interiores e const. de uma casa de banho	11-04-1966		
16-03-1966	São João (Largo de)	nº 22	Quirino António Evangelista Cunha	Modif. na fachada de um estabelecimento		não executado	
21-03-1966	Tróino (Largo do)		Luís dos Santos Verga	Transf. arrecadação e garagem	11-04-1966		
28-03-1966	João Gonçalves (Rua)		José Baptista Canta	Transf. de arrecadação em estabelecimento	11-04-1966		
16-04-1966	Barão de Samora Correia (Largo)		António José Tomé	Amp. 1º para 2º andar	02-05-1966		
18-06-1966	Barão de Samora Correia (Largo)		José Gonçalves Gomes	Const. casa de banho e benef. prédio de r/c			

Pedidos de licenciamento de obras particulares 1959-1996

12-07-1966	Catalão (Rua do)	nºs 9 e 11	Casa Pessoal Firestone Portuguesa	Adap. prédio para sede	2-12-66 (n/ exec)	
05-09-1966	Almirante Gago Coutinho (Largo)	nº 3	João de Oliveira (herds)	Const. telhado	14-10-1966	
07-09-1966	São João (Largo de)	nº15	Estevão José Atalaia	Const. prédio 3 pisos	18-11--66	
01-02-1967	Dom Nuno Álvares Pereira (Rua)	nº 19	Mª Leonor Gonçalves G. de Oliveira	Modif. de um prédio de r/c	24-02-1967	
03-04-1967	São João (Largo de)	nº 31	Manuel Joaquim Atalaia Veludo	Adaptação moradia a estabelecimento comercial	14-04-1967	
11-07-1967	Praça (Rua da)	nº 5 - 1º	António Tomé	Mod. de um primeiro andar	18-08-1967	
20-07-1967	Praça (Rua da)	nºs 11 e 13	José Francisco Oliveira	Modif. e ampl. de prédio de r/c para 1º andar	01-03-1968	
09-08-1967	Coronel Ramos da Costa (Largo)	nº 52	José Luis Alves	Const. montra	18-08-1957	
21-11-1967	Espírito Santo (Rua do)	nº 6	Mª Margarida Teixeira Restani Pinto	Transf de armazém em prédio de 2 pisos	21-11-1967	não executado
04-12-1967	Senhora de Sant'Ana (Rua)	nº 7	Alfredo F. Rodrigues	Alt. frente; rep. interior.	29-12-1967	
06-03-1968	João da Horta (Largo)	nº 6	Francisco Nunes Perinhas Loureiro	Const. c.banho, benef. no interior do r/c de prédio 2 pisos	29-03-1968	
24-04-1968	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Fernando Martins Moreira	Const. vivenda	10-05-1968	
05-08-1968	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		José Luis Santos	Const. inst. sanit. e montra de p/ adapt. de armazém a estab.	23-08-1968	
20-08-1968	João de Deus (Rua)	nº 26, 28	António José Carlos	Modif. açado principal prédio de r/c	04-10-1968	
29-10-1968	Senhora de Sant'Ana (Rua)	nº 8	Francisco Ferreira Júnior	Alt. fachada armazém	08-11-1968	
14-01-1969	Catalão (Rua do)	nº 5 1º Dº	José Francisco dos Santos Dias	Const. casa de banho	31-01-1969	
25-01-1969	Barão de Samora Correia (Largo)		João da Silva Caetano	Modif. e ampl. de um prédio de r/c para 1º a ndar		
15-03-1969	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)		Fernando Range Prates	Ampl. prédio de 2 p/ 3 pisos	14-10-1980	
26-04-1969	Coronel Ramos da Costa (Largo)		Manuel Marques Serra	Const. prédio 3 pisos	02-05-1969	
25-05-1969	República (Largo da) (ou Praça)	nº 7	João Batista Seixal Júnior	Modif. de estabelecimento	06-06-1960	não executado
12-06-1969	Passadiço (Rua do)	nº 2	Joaquim Baptista Penetra e Antº Rocha	Construção armazém	14-11-1969	
21-07-1969	João Facco Viana (Rua)	nº 16	Augusto Ferreira G. de Oliveira, herd.	Alteração de fachada de arrecadação	21-07-1969	01-08-1969
17-09-1969	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Francisco José Pina Júnior	Modificação e adaptação de moradia a estabelecimento comercial	03-10-1969	
14-09-1970	António Maria Cardoso (Rua)	nº 9	José Augusto Atalaia	Modif e ampl. de prédio de 2 para 3 pisos	23-10-1970	
19-01-1971	São João (Largo de)		Francisco Nunes Perinhas Loureiro	Const. prédio 4 pisos	05-12-1971	
12-06-1971	Espírito Santo (Rua do)	nº 7	Joaquim de Figueiredo	Const. de casa de banho	25-06-1971	
06-07-1971	São João (Largo de)	nº 31	António Jose Veludo	Mod. e benef. prédio 2 pisos	30-07-1971	
27-07-1971	António Maria Cardoso (Rua)	nºs 11 e 13	Armindo Prazeres da Silva		18-06-1971	
27-07-1971	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Joaquim Lopes	Const. prédio de 3 pisos	11-06-1971	
30-08-1971	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Mª de Jesus Silva	Const. prédio 3 pisos	17-09-1971	
19-09-1971	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Joaquim Fernandes	Modif. estabelecimento	22-10-1971	
11-10-1971	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Mª José Perinhas L. Cebola	Modif. fachada e fecho de um vão	31-10-1975	
09-12-1971	Barão de Samora Correia (Largo)		Mª Amália Carraça	Alargamento de um portão de garagem	07-01-1972	
19-05-1972	D. Manuel I (Avenida)		Grémio da Lavoura de Alcochete	Adaptação do edifício para sede		caducou
17-10-1972	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Luís Francisco Afonso Santos Nunes	Cons. 6 garagens num bloco de 2 pisos	03-11-1972	
30-01-1973	Troíno (Rua do)		Manuel Ferreira Perinhas	Ampl. prédio de 2 para 3 pisos	16-02-1973	
20-03-1973	Senhora de Sant'Ana (Rua)		Francisco Ferreira Júnior	Ampl. prédio 1º andar	06-04-1973	
03-04-1973	Travessa do Passadiço		Manuel Fernando Vila Cova	Modif. açado	06-04-1963	
12-04-1973	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		José A. Atalaia e Antº Serra da Silva	Const. prédio de 3º andar com cave	27-04-1973	
17-04-1973	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)	nº 11	José A. Atalaia e Antº Serra da Silva	Const. prédio r/c com cave	18-05-1973	caducou
17-04-1973	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		José A. Atalaia e Antº Serra da Silva	Const. prédio de 3º andar com cave	18-05-1973	caducou
17-04-1973	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		José A. Atalaia e Antº Serra da Silva	Const. 12 garagens	18-05-1973	
16-05-1973	Amaral (Rua do)	nº 2	Carlos Correia	Criação de mansarda em moradia r/c	01-06-1973	
25-02-1974	Coronel Ramos da Costa (Largo)	nº 34	Mª Luísa Catalão Giro	Const. moradia unifamiliar com 3 pisos	19-04-1974	
21-07-1974	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Luís Francisco Afonso Santos Nunes	Cons. 6 garagens num bloco de 2 pisos	04-01-1974	
31-08-1974	São João (Largo de)		António Pereira C. L. da Cunha	Const. prédio 4 pisos		X
06-10-1974	Paço (Rua do)		Jorge de Oliveira Sana	Const. prédio de 2 andares com cave	18-10-1974	
05-02-1975	São João (Largo de)		António Pereira C. L. da Cunha	Const. prédio 3 pisos	14-02-1975	
25-03-1975	Barão de Samora Correia (Largo)	nº 35	António José Tomé	Demol. casa térrea e const. prédio 3 pisos	06-06-1975	
25-03-1975	Luís Alves (Rua)		Joaquim José Seabra	Demolição de casa térrea e const. prédio de 2 pisos	16-05-1975	
21-05-1975	Coronel Ramos da Costa (Largo)		Antº de Sousa . da Costa	Const. 2 c.de banho, uma divisória e obras de benef.	30-05-1975	
06-11-1975	Misericórdia (Largo da)		Audifco Luis Chefe	Remod. 1º piso	caducado	
27-02-1976	Vilarinho (Rua do)		Audifco Luis Chefe	Dem. casa térrea constr. prédio 2 pisos	27-02-1975	n/ foi executado
06-05-1976	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Gregório Bolota	Ampl. estabelecimento	18-05-1976	
06-05-1976	Século (Rua do)		Francisco José Pina Júnior	Envidraçamento varanda		
16-06-1976	Catalão (Rua do)		Jorge M. Barreira Mónica	Const. prédio de 4 pisos		
23-06-1976	João de Deus (Rua)		Manuel do Carmo	Ampl. rc para 1º andar	27-07-1976	
30-06-1976	Cascais (Rua do)		Julietta P. Belém Sena	Const. prédio de 2 pisos	07-09-1976	
06-05-1977	Barão de Samora Correia (Largo)		António José Tomé	Mod. consolidação e amp. da sede	17-05-1977	
17-05-1977	Catalão (Rua do)	nºs 9 e 11	Estevão Augusto de Oliveira	Mod. fachada principal	24-05-1977	
30-06-1977	Coronel Ramos da Costa (Largo)	nº 33	Mª Josefina Santos Pinto Coelho	Modif. fachada de um prédio de r/c	12-07-1977	
01-07-1977	Coronel Ramos da Costa (Largo)		Zaida Mª Catalão da Silva	Ampl. moradia r/c para 1º	23-08-1977	

Pedidos de licenciamento de obras particulares 1959-1996

19-09-1977	São João (Largo de)	nº 11	José Augusto Dias	Mod. fachada	11-10-1977		
28-09-1977	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)	nº 64	Herminio Bento Machado	Modif. fachada	X		
06-10-1977	Catalão (Rua do)		José Francisco Oliveira	Envidramento de varanda	29-11-1977		
21-11-1977	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)	nº 64	Herminio Bento Machado	Modif. fachada	02-02-1978		
01-02-1978	Antônio Maria Cardoso (Rua)		João Batista Seixal Junior	Modif. da fachada de um estabelecimento			
16-05-1978	Barão de Samora Correia (Largo)		José Alemão Catalão	Modif. fachada de prédio	30-05-1978		
17-07-1978	Coronel Ramos da Costa (Largo)	nº 7	Joaquim dos Santos	Const. prédio de 3 pisos		20-04-1962	
06-11-1978	Catalão (Rua do)	nºs 2 a 6	Constantino Pinto Rodrigues	Alt. fachada e const. c.banho	19-12-1978		
13-11-1978	João Facco Viana (Rua)		Judite das Dores Ferreira	Modif. fachada	X		
15-02-1979	Cascais (Rua do)		João Artur Guerra de Oliveira Vieira	Const. prédio com 3 pisos			
21-02-1979	João de Deus (Rua)		Francisco José Garrete dos Santos	Alt. fachada			
27-04-1979	Beato Manuel Rodrigues (Rua)		Francisco Camilo Marques	Const. arrecadação	08-05-1979		
07-05-1979	João Gonçalves (Rua)		Pedro Fernando Pratas Gomes	Const. moradia de 2 pisos			
08-06-1979	São João (Largo de)	nºs 31 e 32	Manuel Joaquim Atalaia Veludo	Demolição de uma casa e const. prédio 3 pisos			
25-10-1979	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Antônio Fernandes	Legal. obras ampl. de 1º piso para 2º andar			
17-12-1979	João Gonçalves (Rua)		Alberto Torres Salgado	Edif. 2 pisos	08-01-1980		
28-12-1979	Catalão (Rua do)	nºs 13 e 15	João Carraça	Modif. e melhoramentos num edifício de 3 pisos			
24-01-1980	João de Deus (Rua)		Manuel do Carmo	Ampl. 1º andar	05-02-1980		
24-01-1980	João de Deus (Rua)		Francisco José Garrete dos Santos	Alt. fachada			
04-03-1980	Antônio Maria Cardoso (Rua)		João Batista Seixal Junior	Modif. da fachada			
03-04-1980	João Gonçalves (Rua)		Socitejo, Lda., Socied. Aliment. Alentejana	Const. armazém com 2 pisos	15-04-1980		
07-05-1980	Espírito Santo (Rua do)		Manuel Lucas	Alteração águas justadas de um prédio	23-04-1981		
22-07-1980	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)		Carlos Teixeira Rodrigues	Modif. moradia para estabelecimento			
20-11-1980	Paço (Rua do)	nºs 3 e 5	Joaquim Tavares	Ampl. prédio de 2 para 3 pisos			desistência
09-03-1981	Paço (Rua do)	nºs 3 e 5	Joaquim Tavares	Ampl. prédio de 2 para 3 pisos			
13-03-1981	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		Augusto Samouqueiro	Ampl. de moradia para 2 pisos			
30-03-1981	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)		Francisco Ramos Pimentel	Ampl. r/c p/ 1º andar			
22-05-1981	Cascais (Rua do)		João Artur Guerra de Oliveira Vieira	Const. prédio com 3 pisos			
27-07-1981	Barão de Samora Correia (Largo)		José Francisco B. da Cruz	Const. de um pavilhão pré-fabricado	26-08-1981		
05-08-1981	Passadiço (Rua do)	nº 2	Joaquim Baptista Penetra e Antº Rocha	Const. marquise			
25-09-1981	Restauração (Avenida da)		Jacinto A. Costa Macedo	Const. garagem	X		
22-02-1982	João de Deus (Rua)		Horácio Pereira Magro	Const. moradia unifamiliar com 2 pisos			
26-02-1982	Catalão (Rua do)	nºs 13 e 15	João Carraça	Ampl. de 2 para 3 pisos	unifamiliares		
26-02-1982	Diário de Notícias (Rua do)		Carlos Eugénio Cabral Roque	Ampl. de 2 para 3 pisos			
03-03-1982	Praça (Rua da)		Mª Júlia Oliveira	Modif. do alçado principal	X		
26-03-1982	Barão de Samora Correia (Largo)		Mª Glória de Almeida Manso	Ampl. de 1 para 2 pisos			
23-08-1982	São João (Largo de)		António Serra da Silva	Transf. habitação em escritório			
18-10-1982	Coronel Ramos da Costa (Largo)		João Gonçalves	Ampl. de uma garagem e constr. do muro de vedação	X		
18-05-1983	Tróino (Rua do)		António José Rocha	Modif. moradia de r/c para 2 pisos		X	
22-07-1983	Tróino (Rua do)		António José Rocha	Modif. prédio r/c para 1º andar	23-05-1984		
19-08-1983	República (Largo da) (ou Praça)	nº 4	José Francisco Carraça Rocha	Trans. de arrecadação em estabelecimento	14-12-1983		
14-09-1983	Barão de Samora Correia (Largo)		Sebastiana Maria dos Santos	Ampl. prédio de r/c para 1º andar	14-12-1983		
18-09-1983	Revolução (Largo da)		Cândido Dias	Mod. estabelecimento	31-10-1984		caducou
06-03-1984	Século (Rua do)		João José Viana Ferreira Noronha	Alt. prédio de 2 pisos	09-05-1984		
23-06-1984	Espírito Santo (Rua do)	nº 12	João Gonçalves Penetra	Const. prédio de 2 pisos	14-03-1984		
18-09-1984	Catalão (Rua do)		Constantino Pinto Rodrigues	Ampl. de 2 p/ 3 pisos e melhoramentos			
15-10-1984	Catalão (Rua do)		Constantino Pinto Rodrigues	Modif. fachada e melhoramentos	31-10-1984		
03-02-1985	Restauração (Avenida da)		Fernando Restani Pinto	Ampl. r/c p/ 2 pisos	08-02-1985		
12-03-1985	Paço (Rua do)		Joaquim Fernandes	Recuperação de prédio	27-03-1985		
16-04-1985	João Facco Viana (Rua)	nºs 38 e 40	José Maria da Cruz	Const. de edifício para habitação e estab. comercial	29-05-1985		
22-04-1985	Cascais (Rua do)	nº 6	João Manuel Soares Rosa	Modif. moradia			
24-04-1985	Revolução (Largo da)	nº 1	João Mora de Carvalho	Ampl. marquise	22-05-1985		
30-04-1985	João de Deus (Rua)	nº 10 - r/c	Constantino Clóé Moço Rodrigues	Cons. armazém e um palheiro	21-08-1985		
02-05-1985	São João (Largo de)	nº 18 -1º	Caixa Crédito Agríc. Mutuo de Alc.	Const. nova swede			
07-11-1985	Vilarinho (Rua do)		Fernando Pires Figueira	Ampl. do 2º piso de prédio com 2 pisos	02-07-1986		
22-11-1985	São João (Largo de)	nº 18	Caixa Crédito Agríc. Mutuo de Alc.	Alteração prédio r/c	11-12-1985		
09-01-1986	Barão de Samora Correia (Largo)		Mª Isabel Alves Lopes S. de F. Moura	Modif. de um prédio	12-02-1986		
14-02-1986	Cadeia Velha (Rua da)	nº 2 1º Dº	José Gonçalves Boeiro	Alt. prédio de 2 para 3 pisos			
04-03-1986	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)	nº 58	Carlos Luis Afonso Chefe da Silva	Alt. edifício r/c	06-12-1988		
04-03-1986	D. Manuel I (Avenida)	nº 4	Carlos Eduardo Pireu Duarte	Const. garagem e arrecadação	26-03-1986		
31-07-1986	Cadeia Velha (Rua da)	nº 15	José João Boeiro Filipe	Const. moradia			
10-11-1986	João Facco Viana (Rua)	nº 6	João da Silva Canteiro	Ampl. de r/c para 1º andar	04-02-1987		
26-11-1986	São João (Largo de)		Quirino António Evangelista Cunha	Const. moradia	X		

Pedidos de licenciamento de obras particulares 1959-1996

20-02-1987	D. Manuel I (Avenida)		Garagem A.C. Silva				caducou
31-02-1987	D. Manuel I (Avenida)	Lt. 34	Reinaldo Mendes Fernandes	Const. garagem	X		
22-05-1987	Paço (Rua do)	nºs 11 e 13	Jorge de Oliveira Sena	Ampl. prédio de 2 pisos			
22-06-1987	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)		José Manuel Santos Miranda	Alt. moradia de r/c	08-07-1987		caducou
23-06-1987	Século (Rua do)	nº 32	Mª Júlia Oliveira	Alteração de alçado			
01-02-1988	D. Manuel I (Avenida)		Ilídio da Silva Carreira	Ampl. prédio	02-03-1988		
24-03-1988	João Gonçalves (Rua)	nº 19	Francisco Domingos Serra da Silva	Transf. r/c	13-04-1988		
24-03-1988	Tróino (Rua do)	nº 7		Transf. r/c	13-04-1988		
05-04-1988	D. Manuel I (Avenida)		Cooperativa Agrícola de Alcochete	Const. de um piso p/ armazém e serviços administrativos			
04-07-1988	Coronel Ramos da Costa (Largo)		Carlos Alberto Reis Fernandes	Const. edifício 3 pisos		caducou	
16-12-1988	Paço (Rua do)	nº 5	Joaquim Tavares	Const. anexo no logradouro	12-04-1989		
04-01-1989	São João (Largo de)		Fundação João Gonçalves Jr.	Alter. anexo	18-01-1989		
20-01-1989	Almirante Gago Coutinho (Largo)	nºs 15 e 16	Mª Natividade Serra da Costa Braga	Const. de moradia de r/c			
10-02-1989	Século (Rua do)	nº 20	Alberto da Cunha e Silva	Alt. de um r/c para escritório	12-04-1984		
19-03-1989	Almirante Gago Coutinho (Largo)		Mª Goreti Fernandes	Ampl. e alteração de um imóvel			
05-04-1989	João Gonçalves (Rua)	nº 15	Alberto da Cunha e Silva	Alt. no interior de uma moradia	12-04-1984		
27-09-1989	Tróino (Largo do)		Alberto da Cunha e Silva, herdeiros	Alt. de uma moradia de r/c			
30-01-1990	Vilarinho (Rua do)	nº 23	José Joaquim da Silva	Alt. de r/c para 1º andar	30-01-1990		
12-02-1990	Almirante Gago Coutinho (Largo)		Mª Goreti Fernandes	Const. moradia de 2 pisos			
10-04-1990	Senhora de Sant'Ana (Rua)	nº 16	Mª Leonor Caetano Ferreira	Ampl. de um prédio bifamiliar			
11-04-1990	Barão de Samora Correia (Largo)		Al-foz soc. Turística	Const. restaurante			
16-04-1990	Coronel Ramos da Costa (Largo)		StapoFlor-Soc. Horto-Floricultura, Lda.	Const. armazém			
17-04-1990	Coronel Ramos da Costa (Largo)	nº 22, 23	Carlos Alberto Varela Rodrigues	Alt. de armazém para bar/restaurante			
24-05-1990	Vilarinho (Rua do)	nº 23	José Joaquim da Silva	Alt. de r/c para 1º andar			
29-08-1990	Tróino (Largo do)		Joaquim Fernandes	Benef. prédio de 2 pisos	21-09-1962		
14-09-1990	Espírito Santo (Rua do)	nº 17	Jerónimo dos Santos Pacífico Cachimbo	Const. moradia unifamiliar com 2 pisos e sótão			
19-10-1990	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)	nº 10	Augusta da Silva Ferreira	Benef. do 1º andar e sótão de um edifício de dois pisos			
29-11-1990	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)	nº 7	António Manuel de O. Cardoso	Const. moradia de 2 pisos			
08-04-1991	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)	nº 18A	José Manuel dos Santos Miranda	Const. de uma moradia			
20-06-1991	Cadeia Velha (Rua da)	nº 10	Mª Manuela Gonçalves G. de Paiva Boleo	Reconst. de um edifício para habitação			
22-06-1992	D. Manuel I (Avenida)	nº 3	Paulo José Condeixa de A. Branco	Remod. de um armazém			
27-07-1992	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)	nº 19A	Fernando Gabriel da Conceição Carmo	Const. de um anexo			
23-10-1992	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)	nºs 35 a 39	BESCL	Adaptação de um estabelecimento para agência bancária			
16-12-1992	Dom Nuno Álvares Pereira (Rua)		António Pereira Rocha	Const. de um edifício de 3 pisos para estabelecimento e hab.			
26-03-1993	Comendador Estevão de Oliveira (Rua)	nºs 46C e D	Maria Manuela Barata Feyo	Alt. de um estabelecimento comercial			
07-06-1993	D. Manuel I (Avenida)	nº 3	UNALGARVE-Com. e inds. de produtos	Const. de uma garagem			
28-06-1993	São João (Largo de)	nº 16	Domingos Valentim Pina	Const. edifício de três pisos			
16-09-1993	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)	nº 21 r/c	João António Loureiro Carraça da Silva	Ampl. de um anexo			
15-11-1993	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)		Roberto Augusto Costa Dias	Const. anexo para habitação			
01-02-1994	João da Costa (Rua)		Maria Emelinda Monteiro L. Oliveira	Alt. de 2 moradias para uma com sótão			
22-02-1994	Ponte-cais		Garponte-Actividades hoteleiras e náutic.	Const bar			
22-02-1994	Rui de Sousa Vinagre 1 a 18 (Rua)		António Valter dos S. Inácio	Alt. de um edifício de 1 para 2 pisos			
05-04-1994	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)	nº 18B	João Rei Barrinha	Alt. de uma moradia e anexo			
22-06-1994	Tróino (Largo do)	nº 26	Maria de Lurdes Serra da Silva	Alt. de uma moradia de r/c com sótão			
12-08-1994	Século (Rua do)	nº 37 r/c	João de Oliveira Costa Gradinho	Alt. de uma moradia para estabelecimento			
04-11-1994	Cascais (Rua do)		Herds José Catalão e Leonor C. Barrigana	Alt. de uma mopradia de r/c			
07-11-1994	Cascais (Rua do)	nº 3	José Francisco Varela	Alt. e benef. de uma moradia de r/c			
16-12-1994	Coronel Ramos da Costa (Largo)	nº 34	Hernâni Enconrão L. Pereira	Alt. de um edifício de 3 pisos			
22-12-1994	João da Costa (Rua)	nº 10	Rosa Maria da Silva Monteiro	Alt. e benef. de uma moradia de r/c com sótão			
10-02-1995	Revolução (Largo da)		Joaquim de António Branco Barreto	Const. edifício de 3 pisos para estabelecimento e escritório			
27-02-1995	Misericórdia (Largo da)	nº 10	Joaquim José Franco da Silva	Restauração de um edifício			
27-02-1995	República (Largo da) (ou Praça)	nº 1	Maria Leonor Pereira Ruçadas	Reparação e benef. de um 1º andar e aproveitamento de sótão			
10-03-1995	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)		H V Imóveis, Lda.	Const. de um edifício de 3 pisos e cave			
12-04-1995	Catalão (Rua do)	nº 7 r/c Dº	Maria Flausina Correia Taneco	Transf. de um fogo em estabelecimento comercial			
26-01-1996	D. Manuel I (Avenida)	nº 31A	Joaquim Ornelas Peralta	Adaptação de uma garagem a pastelaria/geladaria			
09-04-1996	Combatentes da Grande Guerra (Avenida dos)		João Augusto da Cunha Cabete	Const. moradia de r/c, com anexos e muro			
	Almirante Gago Coutinho (Largo)						